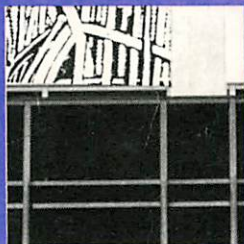


DISCURSOS

estudos de língua e cultura portuguesa

9



Fevereiro
1995

Literaturas Africanas
e Língua Portuguesa

DISCURSOS. Estudos de Língua e Cultura Portuguesa

**LITERATURAS AFRICANAS
E LÍNGUA PORTUGUESA**

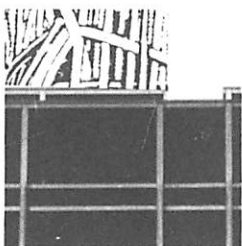


Director

Carlos Reis

Conselho de Redacção

Ana Cristina Macário Lopes, Ana Nascimento Piedade, Ana Rita Navarro, Cristina Mello, Dionísio Vila Maior, Glória Bastos, Graça Nunes, Isabel Marnoto, Pires Laranjeira, Júlio Taborda, Maria do Rosário Cunha, Vivina de Campos Figueiredo



Conselho Editorial

Ángel Marcos de Dios, Aníbal Pinto de Castro, Anxo Tarrío, Ellen Sapega, Fernando Venâncio, François Marchessou, Ivo Castro, João Camilo dos Santos, José Victor Adragão, Luiz Fagundes Duarte, Maria Aparecida Santilli, Maria Beatriz Rocha-Trindade, Maria Emília Ricardo Marques, Maria José Ferro Tavares, Maria Leonor Machado de Sousa, Maria de Lourdes Belchior, Maria Luiza Remédios, Óscar Lopes, Telmo Verdelho



Secretariado

Graça Nunes

A revista *Discursos* publicará estudos incidindo sobre os seguintes domínios:

- Temas de reflexão linguística, tanto numa perspectiva sincrónica como sob um ponto de vista diacrónico;
- Temas de reflexão sociocultural, equacionados em função da evolução e expansão da Língua Portuguesa no mundo.
- Questões de natureza didáctica, orientadas para o ensino da Língua Portuguesa, em Portugal e no estrangeiro.
- Temas de reflexão literária, relacionados com a difusão da Literatura Portuguesa e com o seu ensino, sobretudo quando articulado com o da Língua e da Cultura Portuguesa.



	Documentos de Trabalho	
Apresentação		137
Pires Laranjeira		
A aventura moderna do português em África		139
Manuel Ferreira		
Projectos e limites da CEI		155
Alfredo Margarido		
A cooperação e as condições políticas do desenvolvimento		163
Victor de Sá Machado		
	Registo Bibliográfico	177
	Em Tempo	193

Apresentação	9
Carlos Reis	

Discursos: Literaturas Africanas e Língua Portuguesa

Nota prévia	13
Relações culturais entre os países de língua (oficial) portuguesa: pontos simbólicos	15
Benjamin Abdala Junior	
A periferia da periferia	27
Inocência Mata	
A literatura moçambicana em questão	37
Fátima Mendonça	
A dimensão anti-épica da moderna ficção moçambicana: <i>Ualalapi</i> de U. B. K. Khosa	53
Ana Mafalda Leite	
O «abysmo» da (oralidade e da) escrita em <i>Chiquinho</i> de Baltasar Lopes	71
Alberto Carvalho	
Ficção angolana pós-75: processos e caminhos	89
Laura Cavalcante Padilha	
Literatura angolana: imagens da resistência feminina na prosa de ficção	101
Maria Aparecida Santilli	
Bibliografia Selectiva	
Bibliografia crítica essencial	115
Pires Laranjeira	

APRESENTAÇÃO

Apresentação

Dedicar um número desta revista às Literaturas Africanas de Língua Portuguesa é privilegiar um campo de estudos hoje consistentemente estabelecido e, ao mesmo tempo, valorizar uma produção cultural que nos últimos anos não tem cessado de se enriquecer.

Não vão longe os tempos em que o estudo das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa era, entre nós, pouco menos do que **marginal** – ou então, o que não deixa de ser significativo, um labor desenvolvido por **estrangeiros no estrangeiro**. O advento das independências de países africanos de língua oficial portuguesa não fez nascer, por derivação espontânea, literaturas que, antes disso, tinham já uma existência própria, com contornos definidos. A verdade, porém, é que, com as independências africanas e com o fim do colonialismo, foi possível (e também, de um outro ponto de vista, quase obrigatório) conhecer em profundidade e de forma progressivamente desvolta uma produção literária muito diversificada, mas também motivada por circunstâncias culturais e económicas muito diferentes das que a Europa conhece. Também por isso, quaisquer confrontos – entre, por exemplo, os oito séculos da Literatura Portuguesa e as escassas décadas de literaturas africanas ideologicamente marcadas pelos fenómenos do **negritude** e da **negritude** – são falaciosos, quando não mal intencionados.

Mas estudar as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa significa também reflectir, através delas, sobre o futuro e o destino da própria Língua Portuguesa. Porque se é verdade que ela evolui e se refina culturalmente também graças a utilizações literárias, então há-de aceitar-se, com naturalidade e sem complexos, que as Literaturas Africanas investem na Língua Portuguesa um potencial de **enriquecimento** (lexical, morfosintáctico e genericamente estilístico) que conhecemos já em proveniência brasileira e que agora nos chega de África.

De algo do que aqui se sugere tratam os ensaios reunidos neste volume, coordenado por Pires Laranjeira. Na nota prévia subscrita pelo coordenador, apontam-se já direcções que os contributos ensaísticos deste número de *Discursos* tratam de contemplar. Esses contributos vêm juntar-se agora a uma produção bibliográfica já abundante, neste domínio de estudos, tal como se atesta na bibliografia selectiva que adiante se insere; e os documentos de trabalho que completam a temática central deste número valem como testemunhos autorizados de personalidades cuja relação com África é longa, meditada e intransmissível. Sublinhe-se, dentre esses testemunhos, o significado do que é assinado pelo saudoso Manuel Ferreira: pioneiro que foi, entre nós, do estudo das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, a sua presença neste número de *Discursos* honra as páginas desta revista e permite evocar, de forma serena e penhorada, a sua memória de estudioso competente e dedicado.

Carlos Reis

**DISCURSOS: Literaturas Africanas
e Língua Portuguesa**

Para além dos temas e métodos eleitos conjunturalmente, sobressai a consciência comum de quantos colaboram nesta mostra – a de que as cinco literaturas africanas, mais duas (a portuguesa e a brasileira), sem esquecer a galega e a timorense, constituem **uma mesma galáxia literária**, baseada obviamente na capacidade intertextual que a língua comum favorece. Pensando o estatuto de perifericidade das literaturas são-tomense e guineense, e das outras (ver Inocência Mata), ou abordando temas aparentemente mais restritos (Carvalho, Santilli, Padilha, Mafalda Leite, Mendonça), defrontamo-nos sempre com essa questão principal: porque (me) falam estes – e não outros – na **minha** língua, que é nossa? Que (me) dizem? E como?

A abrir, o texto de Benjamin Abdala Junior fala de relações culturais e incentiva ao «comparatismo da solidariedade», no intuito de perseguir o específico e o comum das várias culturas, propondo, com extrema acuidade, que avaliemos a possibilidade de reaver o pensamento utópico, levando-nos a repensar as relações entre os ex-Calibans e o ex-Próspero. A fechar esta recolha, o texto de Victor de Sá Machado, português nascido em Angola, centra-se sobre a cooperação com os novos países africanos, pelouro que, na Fundação Gulbenkian, mais o tem ocupado.

Nesta nossa galáxia global, lemos Mia Couto, loiro e de olhos azuis, e, através dele, os dramas e imaginações **inventosas** de moçambicanos brancos, negros, hindus, árabes, chineses, mestiços ou muçulmanos. Lemos, em Baltasar Lopes, mestre do crioulo e da crioulide e mestre do português, a tradição oral da cultura africana e ibérica e a aprendizagem escolar dos clássicos greco-latinos, portugueses, franceses e outros. Guiados pela pena e a espada de Pepetela, divagamos pela capital do império, pelo exílio e a floresta do Mayombe, o recesso da Lunda ou o Planalto Central, à procura da utopia sonhada, construída e traída. Saboreamos, em Rui Knopfli, a réstea maneirista e a insolúvel oscilação da identidade, e, em José Craveirinha, o rasto ibero-ronga e o resto surrealizante.

Discursos

A galáxia que os artigos e os temas desta revista afloram não se poderia percorrer em tão escassas páginas. Por isso, encontram o leitor e o investigador menos afeitos a tais matérias uma bibliografia selectiva, mas que julgamos suficiente para os enredar nas malhas do delicioso labirinto das literaturas africanas. Esperemos que este número de *Discursos* ofereça matéria de reflexão para os iniciados (nos dois extremos sentidos).

Pires Laranjeira

Relações culturais entre os países de língua (oficial) portuguesa: pontos simbólicos

1. Desde sua publicação, em 1612, *A tempestade* de William Shakespeare (Shakespeare, 1969), tem sido objeto de interpretações contraditórias. Na efabulação dessa grande parábola da colonização, Próspero, o sábio duque que se asilou numa ilha centroamericana, ali encontrou Caliban, uma personagem grosseira e disforme. O duque – um «déspota esclarecido» –, ao se apropriar de suas terras e o escravizar, aculturou-o nos valores da «civilização», ensinou-lhe a sua língua. Depois, Caliban – um ingrato, na perspectiva de Shakespeare – vai se valer do conhecimento desses valores para colocar-se contra o colonizador.

Como se sabe, «Caliban» é anagrama de «Canibal» – um antropófago. «Canibal» deriva de «Caribe», que, por sua vez, vem de «Caraíba». Os caraíbas foram os habitantes da região das ilhas centroamericanas que se opuseram à colonização europeia e foram por isso estigmatizados como «bárbaros». E, sob este aspecto, na verdade o próprio Shakespeare «calibanizou» (isto é, «deglutiu») sua fonte iluminista, o ensaio «Dos canibais», de Montaigne, de 1580, traduzido para o inglês em 1603. No ensaio, Montaigne diz que «nada há de bárbaro nem de selvagem nessas nações [...] o que sucede é que cada um chama barbárie o que é estranho a seus costumes». Calibanizando Montaigne, repetimos, Shakespeare associa anagramaticamente sua personagem com o canibal – um escravo selvagem e disforme¹.

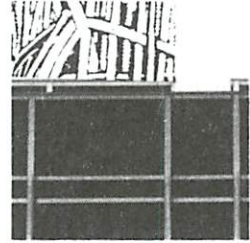
¹ Cf. Retamar, 1981. Para a extensão do conceito de calibanismo para os países africanos de língua portuguesa, ver Ferreira, 1975.

Entre as releituras de *A tempestade*, figura a de Renan, que em *Caliban, seqüência de A tempestade* (1878) identifica de forma negativa Caliban com o povo da Comuna de Paris. Em oposição à identificação negativa de Caliban de Renan, no decorrer do século XX, essa personagem veio a ser simbolicamente interpretada – por hispanoamericanos e africanos – de forma positiva, nessa sua identificação popular. Próspero seria então um déspota esclarecido europeu; Miranda, sua linhagem; Caliban, o povo colonizado; Ariel, o intelectual sem laços com a vida, a serviço de Próspero.

Caliban, nessas novas leituras, aproxima-se da perspectiva teórica do cubano José Martí, que enfatizava a condição mestiça da América Latina. Se toda cultura é no fundo mestiça, nas culturas calibânicas, de acordo com Retamar, temos uma mesclagem mais recente, quando a comparamos com outras. Na América Latina, há uma maneira de ser mestiça que envolve as culturas ameríndias, africanas e européias. Essa mestiçagem essencial, mas a nosso ver não sintética, traz-nos um estatuto crioulo – a criouldade –, uma forma plural de nos imaginarmos, com repertórios de várias culturas. Dessa forma, o estatuto crioulo é simétrico ao da antropofagia brasileira da década de 1920, formulada por Oswald de Andrade. A partir dessa mestiçagem, podemos imaginar uma comunidade cultural ibero-afro-americana, tendo em conta nossas bases antropológicas comuns. Podemos imaginar politicamente uma comunidade ibero-afro-americana, a partir de uma possibilidade objetiva de nossas culturas. Logo, não como uma figuração utópica em abstrato, mas como um «sonho diurno», na expressão de Ernest Bloch (Bloch, 1976) – uma potencialidade objetiva que pede o concurso de nossa subjetividade, isto é, de nossa potencialidade subjetiva, de nosso desejo, para nos situar dentro dessa perspectiva comum de criouldade.

2. Não há futuro figurarmo-nos como espelho de Próspero, imitando sua imagem. Mais: para o europeu, a América e a África começam na Ibéria, igualmente marcada pela mestiçagem cultural das ex-colônias dos países peninsulares. Na Ibéria certas elites desconsideram sua maneira de ser mestiça para se espelharem em Próspero, como também tem ocorrido na

América Latina e na África. A situação de dependência envolve a todos nós e precisamos desenvolver estratégias para reverter esse quadro que se agrava a todo o momento. É necessário, pois, que descentremos perspectivas: vamos pois observar as nossas culturas a partir de um ponto de vista próprio. Um descentramento como o de Caliban, afim da perspectiva antropofágica de nosso Modernismo, mordendo as culturas de Próspero e as culturas afroamericanas. Inversão de perspectivas, exemplificada pelo cubano Roberto Fernández Retamar da seguinte forma: quando um europeu quer ser simpático aos centroamericanos, ele chama o «Mar das Caraíbas» de «Mediterrâneo americano», algo semelhante se nós chamássemos – a partir de um descentramento de perspectiva – ao Mediterrâneo de o «Caribe Europeu».



Esse descentramento solicita a criação de uma teoria literária descolonizada, com critérios próprios de valor. Em termos de literatura comparada, precisamos enfatizar estudos pelos paralelos. Ao comparatismo da necessidade que vem da circulação norte/sul, vamos então promover o comparatismo da solidariedade, buscando o que existe de próprio e de comum em nossas culturas. Vemos duas laçadas, duas perspectivas simultâneas de aproximação: entre os países de língua espanhola e entre os países de língua (oficial) portuguesa.

3. Voltando à imagem de Caliban, podemos nos valer do romance *Caetés* (Ramos, 1965), de Graciliano Ramos. Nessa narrativa, Graciliano (que gostava de Eça de Queirós), calibaniza a estrutura de *A ilustre casa de Ramires* (Queirós, s/d: 1153-1405), do ficcionista português, do romance embutido no romance. O romance que João Valério (a personagem narradora) escreve é a que lemos – uma estrutura que será retomada depois em *São Bernardo* (Ramos, 1977). Os caetés, por sua vez, são recorrência histórica antropofágica: eles devoraram o Sardinha português. Uma boa parte da maneira de ser de Portugal está em nós, sob matização tropical. É por isso que Portugal,

por sua vez, irá se apropriar do repertório literário do Modernismo brasileiro, em especial no romance, como ocorreu com o chamado Neo-Realismo português. Na literatura brasileira, os escritores desse país descobrem um Portugal que não existe na Literatura além-Pirineus.

Um olhar simétrico ocorreu com os escritores africanos dos países de língua (oficial) portuguesa. Ao perseguirem a então utopia da identidade nacional, ao reimaginarem suas nações – um projeto político e cultural –, encontraram em nossa literatura uma maneira de ser em que eles próprios se viam. Isto é, descobriam as marcas da criouliidade cultural que nos envolvem e o descentramento de ótica que interessava aos seus projetos político-culturais. Ao buscarem a identificação simbólica com a Mãtria (a «Mamãe-África», profanada pelo colonialismo), dão as costas à simbolização da Pátria (o poder paterno colonial), encontrando algumas de suas marcas na Frátria Brasileira.

4. A identidade crioula permite-nos assim sonhar com uma comunidade ibero-afro-americana. Ao nível oficial, já foram realizados dois encontros de presidentes da República, o último realizado na Bahia. Como sempre, ao final desses congressos, surgem documentos que são cartas de boas intenções. Os jornais brasileiros já procuravam ridicularizar o congresso antes mesmo de sua realização. Faz parte da ideologia de Próspero descartar como ultrapassado tudo aquilo que escapar ao controle supranacional do liberalismo. Se o texto de Shakespeare foi escrito no momento em que o liberalismo engatinhava, agora Próspero torna-se ainda mais universal e atrevido. A utopia neoliberal, como dissemos, procura paralisar a história.

Dessa forma, por decreto indeterminado e não sabido dos meios de comunicação, respaldados pelas expectativas dominantes da intelectualidade dos centros hegemônicos situados ao norte do equador e, como sempre, reproduzidos ao sul – o espelho de Próspero –, tem-se enfatizado, em contradição com o que acabamos de afirmar, a convicção de que no mundo atual já não há mais espaço para o pensamento utópico. A vida contemporânea, reduzida à ênfase na esfera do privado, já seria manifestação de uma

liberdade plena e ponto de chegada da democracia. Ainda mais, a nova situação descartaria sonhos de plenitudes, situadas como abstrações sem sentido real. Pior, esses figurinos procuram imbricar os sonhos de plenitudes que percorrem a história de nova civilização com o autoritarismo. Os sonhos de plenitude, para essas formulações, além de quimeras, seriam avessos à liberdade individual.

Na verdade, entendemos que o próprio postulado de hipertrofia do privado não deixa de ser utópico, pois aponta para um mundo sem fronteiras para o indivíduo, no domínio da vida econômica, social, política e cultural. Neste momento de abolição de fronteiras, em que se esboroam os estados nacionais, o indivíduo emerge como espetáculo, um espaço individualista. A própria história não mais teria razão de existir, já que o momento presente – diríamos nós, como espaço de configuração utópica, que a ideologia neoliberal não reconhece enquanto utopia – traria em si um repertório cultural a-histórico, podendo associá-lo em combinações de objetos ao gosto dos indivíduos, libertos, assim, da preocupação com o devir. A vida seria um eterno presente – liberal e democrático.

Como qualquer utopia, essa aspiração é ideológica – um conjunto de idéias-força, no sentido genérico de ideologia – ligado aos sonhos do liberalismo. Um sonho que se pretende libertário, só que associado aos interesses de um grupo social. Nesse sentido, a ideologia acaba por ser manifestação cultural de «falsa consciência»: a materialização desse sonho não seria apenas uma aspiração de grupo liberal, mas de todos os indivíduos – o sonho de um grupo espraiando-se para toda a sociedade.

Decretaram o fim da utopia, mas nunca se publicou tanto sobre utopia do que agora. Em 1993, ganhou um prémio literário em São Paulo, como o melhor romance publicado em língua portuguesa, *A geração da utopia* (Pepetela, 1992), do ficcionista angolano Pepetela.

5. O romance *A jangada de pedra*, de José Saramago (Saramago, 1986), presta-se para a discussão do caráter nacional português, em face de uma dupla solicitação: a recente integração na Comunidade Econômica Europeia

(ao que tudo indica, como nação periférica) e a singularidade que leva o país a identificar-se, ao lado da Espanha, com suas ex-colônias.

O romance de José Saramago serve-nos igualmente de núcleo simbólico por envolver temas como o da utopia, da memória e das relações culturais entre os países de língua portuguesa e de língua castelhana. *A jangada de pedra* proporciona uma «viagem» que permite, assim, que se sonhe com uma comunidade não apenas dos países de língua portuguesa, mas dos países ibero-afro-americanos. Organizado em torno de estratégias geopolíticas e associado à situação histórica pós-Abril, esse romance permite repensar a cultura portuguesa em face da dupla solicitação apontada: a integração europeia e a singularidade peninsular. Esta singularidade liga-se às perspectivas que marcaram a história de Portugal: a atlanticidade, a ibericidade e a mediterraneidade.

Tais perspectivas, no centripetismo e no centrifugismo de suas formas de apropriações e de difusões, acabaram por estabelecer uma comunidade cultural ibero-afro-americana. Numa sociedade internacional atraída pela dinâmica dos comunitarismos entre os povos que os leva para novos reagrupamentos determinados por afinidades culturais, creio que é importante a efetiva implementação de estratégias político-culturais que nos permitam (re)imaginar essa constelação de países. Nessa comunidade (previsão de 645 milhões de falantes do português e do castelhano para o início do século XXI), Portugal, Brasil e os países africanos de língua oficial portuguesa constituiriam assim um pólo da paridade histórica que nos envolve em relação aos países hispânicos – uma paridade similar, mas que se pretende menos conflituosa do que aquela que marcou a história de Portugal e da Espanha.

Vejamos a simbologia de *A jangada de pedra*, de José Saramago, que aponta para o imaginário que nos singulariza em relação à Europa – um imaginário simbolicamente «infernai», mestiço, crioulo, no sentido que estamos desenvolvendo, e que se opõe à pureza das imagens «celestiais» da tradição cultural dos centros hegemônicos europeus.

Em epígrafe a esse romance, o ibero-americano Alejo Carpentier opõe ao ceticismo a perspectiva de que «Todo futuro es fabuloso». Tão fabuloso na

efabulação desse romance que esse futuro, na vida como na arte, torna-se avesso ao pragmatismo cético da Europa. Um «futuro fabuloso» próprio de um momento de fratura, onde «principia a vida» (Saramago, 1986: 18), que por natureza calibânica opõe-se à convenção, à rotina e ao estereótipo de Próspero. Viver, nessa perspectiva, é criar, desenredando fios de velhas meias, como as de Maria Guavaira. «Todo futuro es fabuloso», diz Carpentier. Tão maravilhoso, diríamos, que permite uma efabulação – fábula ficcional de ação política – que, num direcionamento temporal inverso, permite a atualização, na jangada de Saramago, de matéria sonhada para amanhã ou depois.

Esse deslocamento temporal operado pelo jogo artístico não nos traz imagens literárias à deriva, mas imagens-ação que aportam no presente da escrita literária, impulsionando-a por «mares nunca dantes navegados». São imagens-ação políticas que motivam uma nova épica, agora social, num movimento dialético que é, ao mesmo tempo, partida e encontro. Desprende-se a península de uma situação convencional de apêndice europeu para, no faz-de-conta ficcional, encontrar-se consigo mesma. Quando se encontra em sua identidade, a jangada ibérica é capaz de movimentos surpreendentes, já que não se (con)forma ao cais europeu, para ela «cético» e «rotineiro», onde aportou há muito tempo. «Mudam-se os tempos» e a «vontade» (Camões) aponta para outras perspectivas, para driblar, pelas laterais do jogo ficcional, um outro jogo, geopolítico, que acaba por nos enredar a todos.

A matéria geopolítica, em torno da qual se processa a estratégia discursiva dominante de *A jangada de pedra* constitui, assim, um espetáculo artístico. Mostra-nos Saramago, mais uma vez, que o poético não está nas coisas, no objeto, como observou Carlos Drummond de Andrade em «A procura da poesia» (Andrade, 1977: 76-77). O poético instaura-se pelo trabalho artístico do referencial político. Vem dele a imagem-ação (e a imaginação) política capaz de concentrar séculos num único momento – momento mítico que chama a si devir histórico e raízes nacionais. Tal concentração de tempo no momento da criação ficcional fratura o imaginário convencional a ponto de a calosidade dos Pirineus não impedir o deslocamento espacial da península – um desloca-

mento, na certa ... «vagabundo», aos olhos rotineiros que a enunciação atribui aos franceses. Como diz o filósofo popular José Anaiço, o que conta ao final das contas é o momento, e este, no sonho diurno de José Saramago, é ibérico.

O excepcional da ficção subverte padrões de referência e critérios de verdade. O momento é de ruptura e reencontro, repetimos, para que o tempo rotineiro não prossiga em suas mesmices. A concentração fantástica do tempo – própria das concentrações utópicas – provoca novas ondas internas compelindo a viagem de Dois Cavalos, automóvel e parelha, e seus ocupantes. São eles levados pelas vagas invisíveis do s(c)isma da terra a uma estranha viagem de autoconhecimento e de reconhecimento da península. Ao nível de pressupostos virtuais, as vagas exteriores, no Atlântico, devem sensibilizar os novos mundos ibero-americanos, mundos que também emergem das regiões abissais. Talvez o mensageiro dessas regiões infernais, o misterioso cão Cérbero, ao não explicitar suas intenções, queira enredar, na verdade, o leitor, tal como escolheu ao acaso as personagens do romance. A perspectiva de nova unidade que ele procura trazer como expressão do vir-a-ser imaginado, não se circunscreve apenas à Ibéria, abrange também a América Latina e as nações africanas de língua oficial portuguesa. Dado o recado, a península estaciona, aguardando a contrapartida dessas nações atlânticas.

Dentro da nova lógica do maravilhoso infernal sonhado, o negativo emerge e se torna positivo. E Cérbero, que também pode ser chamado de «Cão Constante», salta do romance *Levantado do chão* para *A jangada de pedra*. Na verdade, ele está em múltiplos lugares para exercer com eficácia sua ação demoníaca. «No reino deste mundo», do lado de cá do risco de Joana Carda, não nos pintamos com colorações negativas, talvez porque menos com menos, como dizem, dá mais. Nós nos assumimos. Não ocorre assim a predicação ética negativa do registro do inferno, como acontece na mitologia clássica ou na *Divina comédia*, de Dante. A nova viagem pelas terras infernais à procura de uma nova identidade nacional nada tem de divina, embora seja maravilhosa e profundamente humana. Em seu horizonte, a velha ética religiosa da referência clássica ou italiana, monoteísta ou politeísta, acaba por ser comutada pela nova ética político-social.

A estratégia discursiva dominante do romance leva a península a girar sobre si mesma, em movimentos misteriosos que escapam à lógica estabelecida. Uma tática, certamente, para fugir dos centros catalizadores europeus e norte-americanos. São movimentos que eles não dominam, misteriosos. Esses movimentos escapam ao racionalismo tecnocrático de curto horizonte. Entretanto, ao nível do destinatário, esse jogo criativo conforma um espaço de reflexão pelo efeito da mensagem que se «levanta do chão». Essa manifestação do futuro fecunda a todos e a tudo, não só as personagens femininas. Em gestação está a própria península ibérica que, como criança prestes a nascer, também dá suas cambalhotas. E, com traquinagens dessa natureza, que escapam ao senso comum, começa a operar em seu interior ampla transformação política, econômica e cultural.

Cria-se, assim, na ficção de *A jangada de pedra*, imagens-ação identificadas com o devir emergente no útero aquático. Tudo, repetimos, por obra da concentração do tempo histórico num único momento – «momento principal» – que permitiu a expressão do futuro desejado. Importa, qualitativamente, esse momento estranho, que escapa à compreensão do conjunto das nações européias. Aí o inferno ibérico só consegue sensibilizar, subversivamente, os jovens, logo sufocados em sua rebeldia pela autoridade paterna.

No útero aquático, o «novo» ibérico estaciona numa região geopolítica que não é de calmarias. Como a jangada se alimenta de matéria temporal, a parada é estratégica, como indicamos. Envolvida no útero, ela espera onde aportar, sem calosidades como as das regiões pirenaicas. Para tanto, países infernais da condição mestiça, da mesma forma que os da Ibéria, também precisam jogar suas pedras no oceano comum, como o fez Joaquim Sassa. Na água esbatida, terão origem círculos concêntricos de vagas, em expansão. Os vários círculos nacionais, por certo, deverão se encontrar, transformando regiões de turbulências em novos círculos mais amplos, para dessa forma o conjunto confluir para a nossa maneira de ser mestiça – nós: ibéricos, africanos, ibero-americanos.

Como se vê, a fantasia de Joaquim Sassa – uma das personagens do romance – tem uma dimensão maior. Um lance aparentemente fortuito é

realçado, pela força do imaginário político, numa onda fabulosa. Fruto da concentração do tempo, ela procura propagar-se como um mar vital mais amplo, que pode envolver, em especial, também brasileiros e africanos de língua oficial portuguesa. São espaços abertos que ficaram do lado de cá do risco de Joana Carda, enfatizamos. Se para o europeu tradicional a África começa nos Pirineus, a jangada aponta para uma situação mais infernal ainda para o pensamento preconceituoso: aí começam também as Américas e a Ásia.

Apropriando-nos, à nossa maneira, de Fernando Pessoa, em cujas águas também navega subversivamente a jangada como contexto, contra o conceito de Próspero, invertendo perspectivas, podemos afirmar, que em oposição ao que o europeu considera miticamente como «nada», podemos nós, infernais, historicizar/ dialetizar o mito, situando-o como «tudo». O que para ele é «nada», para nós é «tudo». Isto é, a nossa própria identidade, não apenas imaginada como um rito mítico, mas conquistada na *praxis*. Como uma jangada num mar vital, a utopia, da mesma forma que na efabulação maravilhosa de Saramago, também aqui deve aportar – o futuro se fazendo presente – para aproximar africanos, portugueses e brasileiros.

Benjamin Abdala Junior é professor titular e chefe do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde coordena o programa de pós-graduação de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. É autor, entre outros títulos, de *A escrita neo-realista* (1981), *História social da literatura portuguesa* (1982) e *Literatura, história e política* (1989).

Referências bibliográficas

- ANDRADE, C. Drummond de (1977) – *Reunião*, 8.ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio.
- BLOCH, Ernst (1976) – *Le princeps espérance*, Paris, Gallimard (3t.: 1976, 1982, 1991).
- FERREIRA, Manuel (1975) – *No reino de Caliban*, Lisboa, Seara Nova.
- PEPETELA (1992) – *A geração da utopia*, Lisboa, Dom Quixote.
- QUEIROZ, Eça de (s/d) – *Obras de Eça de Queiroz*, Porto, Lello & Irmão.
- RAMOS, Graciliano (1965) – *Caetés*, 7.ª ed., São Paulo, Martins.
- RAMOS, Graciliano (1977) – *São Bernardo*, 27.ª ed., Rio de Janeiro, Record.
- RETAMAR, R. Fernández (1981) – *Para el perfil definitivo del hombre*, La Habana, Ed. Letras Cubanas.
- SARAMAGO, José (1986) – *A jangada de pedra*, Lisboa, Caminho.
- SHAKESPEARE, W. (1969) – *Obra completa*, Rio de Janeiro, Aguilar, 3 vols.

A periferia da periferia*

Começar pelas palavras talvez não seja coisa vã.
As relações entre fenómenos deixam marcas no
corpo da linguagem.

(Bosi, 1992: 11)¹

Escritores africanos de língua portuguesa e seus críticos têm a consciência de que, no actual jogo de forças cultural, as literaturas africanas de língua portuguesa ocupam um lugar periférico. Porém, do que também não têm dúvidas é que a «essência» do periférico não é, claramente, um valor intrínseco às suas obras, embora condicionada por juízos de valor estético-literários, situando-se no puro domínio externo do fenómeno literário, na expressão de Pierre Bourdieu. Decorre, pois, essa perifericidade, das esferas e instâncias de legitimação da literatura, que tendem a relegar a produção literária africana para o estatuto de *subliteratura*. Não me parece arbitrário o alargamento semântico deste conceito – que foi utilizado para designar aquela literatura marginal no sistema literário *institucionalizado* do mesmo espaço sociológico – para definir o funcionamento marginal das literaturas africanas em relação ao sistema com o qual mantêm uma relação conflitual, pelo menos na sua fase primitiva. Por uma confluência de factores que referirei mais adiante, essa literatura passa, então, a agir, como *contra-literatura*, como

* O título completo deste artigo é o seguinte: «A periferia da periferia – o estatuto periférico das literaturas africanas de língua portuguesa e a dupla perifericidade das literaturas são-tomense e guineense».

¹ No primeiro capítulo deste livro, Alfredo Bosi reflecte sobre as relações etimológicas entre os conceitos de colónia, culto e cultura.

o demonstra o crítico francês Bernard Mouralis, no seu livro *As Contra-Literaturas* (Mouralis, 1982).

Com efeito, as fronteiras e o estatuto da perifericidade literária (que só existe em função de um campo literário monumental), têm mais a ver com as relações entre produção e recepção do texto literário do que com a sua qualidade estética, numa abordagem interdisciplinar em que a Sociologia tem um lugar importante. Porque, como tentarei demonstrar mais adiante, muitas dessas obras têm um grande interesse e valor sócio-ideológicos. É o caso das antologias literárias guineenses e são-tomenses (sobretudo as primeiras), que foram publicadas nos anos 70, logo após as independências políticas, e que contribuíram grandemente para a afirmação (e a confirmação) sociológica dos sistemas literários nacionais. Essas antologias, em que foram revelados muitos (jovens) escritores, asseguraram um lugar ideológico na cultura, melhor, na *cultura nacional*, que, na maior parte dos países africanos, é (ainda) um projecto; enfim, no sistema nacional.

Literaturas de «nações» em construção, com as devidas excepções de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, de nações de difícil emergência e existência, torna-se inevitável que a incidência temática seja especificamente histórico-cultural, enformada pelo social (na sua lata abrangência), numa semiose completamente diversa da da literatura europeia. É uma exigência que é imposta ao escritor africano e que ele se impõe a si mesmo, pela premência do social, e que «baralha» o leitor e o crítico europeus ou de formação europeia. Dois fenómenos se geram desse desfasamento entre o texto e o horizonte de expectativas: por um lado, a maior parte da crítica europeia marginaliza aquela literatura que não corresponde ao seu ideal do literário; por outro, dada a hegemonia das instâncias de legitimação literárias europeias (o editor, o leitor, o círculo da crítica e da leitura, a universidade, o público) – muitas das quais em África são inexistentes (exemplos de São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau), inoperantes ou muito simplesmente primitivas (exemplos de Angola e Moçambique) – o escritor africano, no seu intuito (legítimo, encarado individualmente) de ser publicado, lido e estudado fora do seu país – vale dizer na Europa – molda-se aos cânones do literário.

Decorrente das implicações ideológicas que a literatura africana tem vindo a ter, esse funcionamento confere à literatura um valor ético que é tendente à constituição de uma «cultura legítima» devido ao facto de, em África – e porventura não apenas –, à função estética estarem vinculadas duas outras: a referencial e a conativa/persuasiva. A concepção que tem da literatura uma sociedade de tradição ágrafa, em que a escola é ainda um privilégio, passa por uma função nuclear porque a literatura, como «totalidade significativa», tem a ver com a imagem e o registo da tradição, sendo a identidade literária um dos campos privilegiados da construção da identidade nacional. E isso não obstante a oralidade ter uma importância fundadora nessas sociedades em que o texto não é intermediário da comunicação. Porque, como diz Bernard Mouralis, podendo a literatura ser «instituição sem fundamento teórico, instituição empírica e pragmática, a literatura é também um sistema» – sistema independente da quantidade e da qualidade das obras. E, neste aspecto, dois críticos de formação muito diversa, de preocupações completamente diferentes, Gérard Genette e Antonio Candido, convergem. Diz Antonio Candido:



Cada literatura requer tratamento peculiar, em virtude dos seus problemas específicos ou da relação que mantém com as outras [...]. A sua [da brasileira] formação tem [...] caracteres próprios e não pode ser estudada como as demais, mormente numa perspectiva histórica, como é o caso deste livro, que procura definir ao mesmo tempo o valor e a função das obras.

A dificuldade está em equilibrar os dois aspectos, sem valorizar indevidamente autores desprovidos de eficácia estética, nem menosprezar os que desempenharam papel apreciável, mesmo quando esteticamente secundários [...].

Comparada às grandes, a nossa literatura é pobre e fraca. Mas é ela, não outra, que nos exprime (Candido, 1975).

Concorda Gérard Genette:

[...] quer contenha um livro, dois livros ou vários milhares, a biblioteca de uma civilização encontra-se sempre completa, porque no espírito dos homens se constitui sempre como sistema (Genette, 1967).

A sistematicidade é, aliás, uma das ideias fundamentadoras das literaturas angolana, cabo-verdiana, moçambicana e são-tomense, juntamente com a concertação performativa. À volta dessas ideias, as literaturas africanas realizam tópicos que se podem subsumir numa convergência temática na relação com a História – sendo a natureza das relações sociais e humanas gerada em situação de imanência colonial. Daí que, a par da essência tradicional da literatura (ou melhor, da poesia, para remontar às reflexões mais antigas), confluem nas literaturas africanas duas outras características ontológicas: a de testemunho e a de compromisso, na representação de imagens sociais. E nessa dualidade, coexistente com a ficcionalidade, a literatura funciona constantemente como (re)escrita quer da realidade colonial ou pós-colonial (este signo é uma presença obsidiante), quer dos próprios (outros) textos existentes, a saber, dos vários discursos coloniais (literário, político, etnográfico, exótico ou simplesmente negrófilo), visando a sua neutralização. E tal reescrita pretende reagir contra aqueles textos tanto no seu aspecto semântico-pragmático, como no aspecto sintáctico (construção e caracterização dos espaços, tempo e das personagens) ou no aspecto verbal (por exemplo, no tratamento linguístico das personagens). Não admira que, tendo surgido a partir de uma acção concertada, como subsidiária do discurso nacionalista, as literaturas africanas funcionem – ou tenham funcionado, na sua emergência e sistematização – como *contra-literaturas* porque construíam, representavam, apresentavam e veiculavam contra-imagens e imagens inéditas do mundo africano: a terra, o homem, a história e a cultura, tentando reescrever o mundo africano. À «agressão» ideológica, junta-se, assim, a subversão estética – e tudo conflui para a perifericidade, pela dificuldade das instâncias de legitimação considerarem tais manifestações artísticas como factos estéticos, segundo um olhar sempre direccionado para um discurso padronizado.

Mas, por outro lado, não se pense que se trata de uma autonomização em relação à «literatura central». De facto, a dependência das instâncias de legitimação europeias continua. Parece tratar-se de uma relação de que, numa perspectiva de globalização, as sociedades hegemónicas também precisam: aí procuram o outro, o diferente, o exótico ...

A relativa marginalização dessa produção da esfera da «literatura legítima» decorre, porém, de vários outros factores. Não raramente essa «menoridade» é – inconscientemente, acredito – assumida pelos estudiosos quando, no seu afã de as «elevar» ao estatuto das outras literaturas e corrigir a «injustiça» de que são vítimas, pretendem submetê-las a um tipo de abordagem decorrente da aplicação, pura e simples, de modelos e formulações teóricas europeias, sem qualquer reflexão sobre as especificidades culturais do literário africano e sem qualquer consideração de toda uma pesquisa visando a construção de uma poética africana que se está a desenvolver entre os estudiosos das literaturas africanas de línguas francesa e inglesa e nos círculos académicos desses países. Outrossim, essa atitude e esses factores são muitas vezes mascarados pela exigência do universal e da modernidade, revelando uma visão eurocêntrica do literário, porventura histórica, embora evitável. Todavia, embora muitos desses factores sejam circunstanciais, são de existência decisiva e sobre eles passaremos a reflectir.

A primeira falibilidade para a legitimação estatutária desse *corpus* decorre do estatuto secundário dos países africanos de língua oficial portuguesa no contexto mundial. Talvez não caiba no âmbito desta reflexão uma abordagem abrangente que englobe os aspectos sócio-político e económico, mas um olhar superficial pelos manuais de economia mundial informa-nos sobre a *décalage* entre os termos das relações económicas externas dos países africanos, o estado actual desses países no que diz respeito aos produtos internos e o seu lugar no processo de mundialização económica. Reportando-se às reflexões dos escritores e intelectuais africanos e africanistas, Lilyan Kesteloot, ao introduzir o capítulo «Et l'avenir? Littérature et Histoire...» (Kesteloot, 1992: 491 ss), desmonta as relações entre o histórico e o literário, através da teoria dos 3 D's (a Dívida, a Demografia e a Ditadura)

que se entrecrocavam, gerando a exigência do quarto D: a Democracia, nova fonte de matéria ficcionalizante, de que é um exemplo *A Geração da Utopia* (1992), de Pepetela. Este aspecto da transfiguração da informação imediata real, da realidade histórica que se vive naquele momento, confere singularidade ao fenómeno literário africano: *Os Patriotas*, de Sousa Jamba, naquele ano de 1990/1991 (edição em língua portuguesa), ano dos tristemente célebres Acordos de Bicesse, que proporcionariam a paz para Angola; *A Geração da Utopia*, de 1992, ano da «implementação» da democracia; e *Terra Sonâmbula* (1992), de Mia Couto, sobre a guerra, e, do mesmo autor, *Estórias Abensonhadas* (1994), no momento em que a terra moçambicana acordava com as promessas de paz que o Acordo de Roma traria – são exemplos de como a literatura africana se alimenta também da intensificação do factor *acontecimento vital na vida do país*. Porque a literatura é também fatora de acontecimentos, interferindo no sistema nacional. Mas a essa vinculação estreita entre arte e real, ainda que transfigurado, que é inescapável em sociedades em que a precariedade é uma constante, tais instâncias de recepção consideram-na algo primitiva, incipiente e reveladora de pouca elaboração literária nos actuais estudos literários.

Nesse contexto – o da marginalidade e exclusão dos próprios países no jogo de forças mundiais e das relações hegemónicas por que passam as relações culturais – contribui ainda a perifericidade da língua portuguesa, em que as literaturas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe se inscrevem: quero dizer, o estatuto secundário da expressão linguística dessas literaturas no jogo dos prestígios e das hegemónias sócio-políticas, culturais e linguísticas. Porém, o estatuto secundário da língua portuguesa parece decorrer não apenas desse jogo de forças Norte-Sul, mas também da inexistência de uma potência regional e do facto de não se terem encontrado formas políticas para a moralização linguística do português – como aconteceu com o espanhol. Estou convencida de que, por via de uma recuperação económica nos países de língua portuguesa, nomeadamente no Brasil, o português, deixando de ser língua de «muitos milhões de analfabetos e famintos», ganhará estatuto de imposição mundial. Assim, na

Europa, nas Américas e em África, a introdução da língua portuguesa no rol das línguas de comunicação passará a ser tácita.

A outra esfera geradora da perifericidade dessas literaturas é a sua expressão quantitativa, aliada à sua expressão qualitativa no que respeita a uma tradição canónica. Com efeito, é consensual a ideia de que os primórdios da literatura africana de língua portuguesa – particularmente da literatura angolana – se situam no séc. XIX, designadamente com *Espontaneidades da Minha Alma – às Senhoras Africanas!* (1849), de José da Silva Maia Ferreira². Contudo, embora admitindo o funcionamento simbólico dessa obra para o espaço africano de língua portuguesa (perspectiva globalizante que, a este nível, não empobrece a visão crítica dessas literaturas e que a história desses países explica mas que não cabe no âmbito desta reflexão), cada área geo-poética tem um funcionamento próprio, endógeno, condicionado pelas especificidades de cada dinâmica histórica. É essa dinâmica sócio-histórica e cultural específica que explica o grande decréscimo da actividade literária e de escrita entre os são-tomenses desde a instauração do regime colonial-fascista, não obstante o intenso labor editorial e jornalístico dos filhos-da-terra dos fins do séc. XIX e princípios deste século. Ou o tardio surgimento de uma elite de naturais da Guiné-Bissau e o consequente retardamento de uma actividade cultural e de produção de escrita pelos naturais do país, quando nos outros países, não apenas uma actividade de escrita, mas até literária, era uma realidade consolidada em Angola ou em Cabo Verde. Com efeito, se apenas em 1930, surge *O Comércio da Guiné*, o primeiro jornal editado por um natural, Armando António Pereira, que congregava cabo-verdianos e descendentes de cabo-verdianos residentes na Guiné, será apenas em 1963 que se «começa» a falar de uma possível Guiné literária, com a inclusão de uma voz isolada (portanto, uma manifestação muito primitiva), em *Poetas e Contistas Africanos*, de João Alves das Neves, em São Paulo. Ora, em 1963, os

² Fazer recuar essas manifestações precursoras, e não digo antecessoras, ao séc. XVI ou XVII, como tem vindo a ser defendido, é, sem grandes análises, admitir que nesse tempo já existia um espaço ideológica e simbolicamente territorializado chamado Angola, o que me parece, no mínimo, discutível.

contornos de um sistema literário nacional já estavam irreversivelmente definidos em Cabo Verde (aliás, desde os anos subseqüentes a 1936, com *Clareza*); em Angola (decisivamente desde os anos que medeiam entre 1948, com os Novos Intelectuais de Angola, e 1951/52, com *Mensagem*); em Moçambique (pelo menos após a experiência interrompida de *Msafo*, 1952) e mesmo em São Tomé e Príncipe (entre 1942, com *Ilha do Nome Santo*, e 1963, com *Poetas de São Tomé e Príncipe*). A essa tardia actividade cultural e educacional na Guiné-Bissau não será alheio o facto de, apenas a partir de 1879, aquele território passar a ter uma existência administrativa autónoma, portanto, um desenvolvimento sócio-cultural autónomo, que nem a Conferência de Berlim, através das disposições do seu Acto Geral, conseguiu impulsionar significativamente. Num tal panorama de escassez (se comparada às outras literaturas congéneres, parafraseando Antonio Candido, já aqui citado), não admira que ganhem importância nomes que em outros espaços geo-poéticos não teriam valor sociológico, como é o caso de Fausto Duarte, que poderá, neste contexto, ser considerado um precursor, juntamente com António Baticá Ferreira, representantes literários da Guiné-Bissau na antologia de 1963.

Esses «resgates», ditados por intencionalidades ideológicas e sociológicas, em países emergentes, em que a autonomia política se alicerça também numa expressão literária – esses resgates, dizia, embora compreensíveis, necessários e funcionais, talvez contenham uma faceta venenosa: a da inclusão de obras sem grande originalidade estética, o que contribui para a subestimação do *corpus* literário. Por exemplo, essa tardia, escassa e irregular actividade literária não contribuiu, numa era de aceleração global, para a sedimentação de um sistema, que não existe sem determinados pressupostos: uma tradição literária e uma memória dela, aspecto que se liga ao da transmissão. A estória, por exemplo, como a legitimaram os *griots* daquele universo (Luandino Vieira, Arnaldo Santos, António Cardoso, Boaventura Cardoso, Jofre Rocha, entre outros), é um género angolano. Dada, pois, a natureza emergente das literaturas africanas de língua portuguesa, a indefinição do seu campo literário é um dos factores (ou será consequência?) de

perifericidade: as instâncias de legitimação, embora nunca sejam apenas da esfera do cultural, são nesses países eminentemente classistas³.

Assim, consideradas na sua globalidade, as literaturas africanas são literaturas periféricas: pela ausência de monumentos literários (conceito que não se confunde com o de «autores consagrados»), pela ausência de uma (memória de) tradição, pelo afastamento dos cânones literários e, finalmente (é preciso reconhecê-lo), pela incipiência do labor de escrita, em muitos – porventura demasiados – casos. E, considerados particularmente os casos das literaturas são-tomense e guineense, a diferença não é de natureza – é, apenas, de grau. E é à volta dessa diferença de grau que se organiza o estatuto da periferia das periferias.

³ Numa mesa-redonda com os escritores africanos em Portugal, no Centro Nacional de Cultura, por ocasião do fim de um Curso de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, ao apresentar os escritores presentes na sala, não referi um historiador angolano presente – como também não havia referido antropólogos ou jornalistas portugueses também presentes. Pois bem, esse facto foi considerado um lapso condenável, digno de correcção, por alguém que achava que eu me tinha esquecido de um escritor – um historiador!

Inocência Mata é leitora do Departamento de Língua e Cultura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Mestre em Literaturas Brasileira e Africanas de Língua Portuguesa (1986), com uma tese sobre literatura são-tomense, é também autora de *Pelos trilhos da literatura africana de língua portuguesa* (1992) e de *Emergência e existência de uma literatura – o caso santomense* (1993).

Referências bibliográficas

BOSI, Alfredo (1992) – *Dialética da Colonização*, São Paulo, Companhia das Letras.

CANDIDO, Antonio (1975) – *Formação da Literatura Brasileira*, 5.ª ed., São Paulo, Editora da USP/Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 2 vols.

GENETTE, Gérard (1967) – «Structuralisme et critique littéraire», in *L'Arc*, n.º 26. *Apud* Mouralis, 1982: 25.

KESTELOOT, Lilyan (1992) – *Anthologie Négro-Africaine: Histoire et Textes de 1918 à nos Jours – Panorama Critique des Prosateurs, Poètes et Dramaturges Noirs du XXe Siècle*, Vanves, EDICEF.

MOURALIS, Bernard (1982) – *As Contra-Literaturas*, Coimbra, Almedina.

A literatura moçambicana em questão

O barco de cada um está em seu próprio peito.

(Provérbio macua citado por Mia Couto
em *Cada homem é uma raça*)

1. A condição pós-colonial das literaturas nacionais em África

Africa has had such a fate in the world that the very adjective African can call up hideous fears of rejection. Better then to cut all the links with this homeland, this liability, and become in one giant leap the universal man.

(Chinua Achebe)

A crítica contemporânea debate-se hoje com o dilema de, ao representar de uma forma totalizante as literaturas que emergiram de situações coloniais, independentemente das formas de colonização e de toda a conjuntura histórica que as desenvolveu e extinguiu, ser acusada de promover o mal que pretende corrigir.

Agrupando, sob o denominador comum pós-colonial, as literaturas do Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Caraíbas, Indonésia, América Latina e África, com o pressuposto de que a situação actual no mundo se caracteriza pela recolonização do globo através das forças multinacionais, esta recente tendência dos estudos literários não tem sido recebida com o entusiasmo que o seu posicionamento militante poderia fazer supor.

Entre os críticos das teorias pós-coloniais, destacam-se os que pensam que o uso do termo conduzirá a perspectivas a-históricas e à despolitização de algumas das suas aplicações (Shohat, citada por Hutcheon, 1995: 9), enquanto outras preocupações aludem à manutenção de uma análise em torno do *centro* colonial (McClintock, 1992).

No caso das literaturas africanas, recuperar-se-ia o conceito de literaturas africanas de expressão inglesa, francesa ou portuguesa, e adiar-se-ia uma vez mais o reconhecimento da sua autonomia¹.

Sem negar o interesse da existência de um *corpus* teórico que reflecta sobre questões particulares respeitantes, de uma forma geral, a estas literaturas, e que podem ser estudadas com recurso a instrumentos teóricos fornecidos pelo comparatismo, e, pese embora a minha adesão ao ponto de partida da crítica pós-colonial, o de se assumir como um vasto projecto emancipatório e anti-imperialista, não posso deixar de partilhar algumas das preocupações dos reticentes, nomeadamente a necessidade de esta teoria estar consciente dos seus próprios limites e dos riscos que corre de vir a ser cúmplice da «imaginação colonial» e, como refere ainda Linda Hutcheon, tornar-se «another of the First World Academy's covert colonizing strategies of domination over the cultural production of the Third World» (Hutcheon, 1995).

Consciente das armadilhas que se podem tecer em torno de posições mais extremas, como seja negar o valor do *corpus* teórico saído da reflexão sobre a(s) literatura(s) «pós-colonial(ais)» e a possibilidade de ele poder vir a representar um «contra-discurso» poderoso (Terdiman) na sociedade do nosso tempo, ou omitir/recusar o estatuto de sistema histórico-literário a cada uma delas, interessa-me por enquanto mostrar como, no plano das estratégias discursivas, utilizadas diacronicamente por escritores moçambicanos, se foram construindo algumas das particularizações que contribuíram para a configuração sistémica do *corpus* literário produzido.

Essa configuração estruturou-se em oposição a gestos literários oriundos do sistema/tradição literária que lhe deu origem, contribuindo definitivamente para a criação de um horizonte de expectativa fundado em torno da «moçambicanidade»².

¹ Pires Laranjeira aborda com lucidez este problema em *De letra em riste. Identidade, autonomia e outras questões nas literaturas de Angola, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe* (Laranjeira, 1992: 35-37).

² Adopto o conceito de «efeito de moçambicanidade» proposto por Matusse (1993: 81), por corresponder ao conteúdo do meu posicionamento, isto é, considerar que a moçambi-

Longe de ser uma categoria estável, como será o caso de literaturas como a portuguesa ou mesmo a brasileira, produzidas por um longo processo de gestação, o conceito de literatura moçambicana (literatura nacional) é por isso mesmo uma categoria em construção e para cuja definição convergem praticamente todos os elementos que, de uma forma dispersa, têm sido apresentados por autores diversos sob a forma de dominantes.

Objecto de estudo por parte dos autores interessados nas literaturas produzidas nos países africanos sujeitos à colonização portuguesa, a questão da nacionalidade literária permanece em aberto. Desde a tese da regionalidade da literatura moçambicana relativamente à literatura portuguesa, expressa por Amândio César (1967), oposta à de Alfredo Margarido (1962), até estudos mais recentes, que incluem o importante contributo de Manuel Ferreira e da geração de universitários que lhe sucederam, é possível reunir um *corpus* teórico coerente revelador da necessidade de prosseguir este campo de pesquisa³.

A percepção da literatura moçambicana como sistema, incluindo muitas das manifestações da forte e dinâmica poesia oral, não se exime à sua vinculação à dinâmica histórica da própria região austral de África.

Ponto de passagem de povos vários, cenário de lutas entre reinos hostis, vítima das fronteiras criadas pela Conferência de Berlim, colónia portuguesa de facto, mas também, «et pour cause», de outras potências e interesses económicos, com uma independência tardia obtida por força das armas e, por tudo isso,



canidade é uma construção ideológica determinada, como todas as ideologias, pela História. Uma leitura descontextualizada de partes de um texto de minha autoria (1985) fez com que Gilberto Matusse aproximasse as minhas posições sobre o assunto das de Alfredo Margarido, atribuindo-me a defesa de uma ligação entre a atitude política e o carácter nacional da literatura, o que não corresponde de forma alguma a algo que eu tenha alguma vez, explícita ou implicitamente, defendido. De outra forma tornar-se-ia incoerente a minha proposta de periodização (1988: 73-83) que, até hoje, não foi objecto de críticas discordantes.

³ Cf. Ferreira, 1977, 1984; Cristóvão, 1982; Hamilton, 1984; Leite, 1985; Margarido, 1985; Mendonça, 1985; Rosário, 1990; Carvalho, 1993; Mata, 1993; Matusse, 1993; Trigo, s/d.

território de cruzamentos linguísticos e culturais, Moçambique compartilha, com os outros países da região, uma história cultural comum a que a colonização portuguesa veio acrescentar traços que se integraram na sua fisionomia. Fazendo-se representação dessa historicidade, a literatura dificilmente se eximiu de uma forte componente realista, independentemente da sua actuação como ideologia, fosse ela da neutralidade ou da acção.

Acrescente-se ainda que as formas orais, de uma maneira geral, são reconhecidas como parte de uma poética africana *latu senso*, ou austro-africana em sentido mais restrito, e integradas ao mesmo tempo na «moçambicanidade», como prova o exemplo de algumas formas em circulação, por exemplo, a assunção de moçambicanidade de canções rurais ou urbanas cantadas em línguas africanas com substrato comum a Moçambique e países vizinhos (África do Sul, Zimbabwe, Zâmbia ou Malawi).

O mesmo não acontece com a literatura escrita em língua portuguesa, que não consegue subtrair-se à necessidade de provar teoricamente a sua autonomia relativamente ao espectro da sua progenitura (colonial), manietada pelas visões totalizantes de que a post-colonial será mais uma a acrescentar à obsoleta Ultramarina, à controversa Literatura de Expressão (Língua) Portuguesa, para não referir a (politicamente (in)correcta?) literatura dos PALOP.

Questão aparentemente linear, que exige do analista a submissão à prova, devido à pressão produzida por todos os elementos de recepção que entram na configuração dos conceitos «moçambicano» e «moçambicanidade»: crítica, prémios, reconhecimento nacional *vs* internacional, edições nacionais *vs* estrangeiras, traduções, etc., e os que, integrados no sistema de ensino (currículo, programas, manuais), reproduzem conceitos que, operando em cadeia, ajudam a sedimentar categorizações do domínio da História Literária, como autor, período, escola, movimento, ideias expressas através de movimentos ou influências.

2. Construir a tradição

We shall often find only the best, but the most individual parts of his work may be those in which dead poets, his ancestors, assert their immortality most vigorously.

(T. S. Eliot)

Como referi anteriormente, é meu interesse demonstrar como, desde as primeiras manifestações literárias em língua portuguesa, se constrói uma relação disjuntiva entre o texto moçambicano e o texto português de que se aproxima, na ausência de uma tradição vinculada à língua em que se exprime.

Independentemente de outras ligações que os mesmos textos estabeleçam com demais tradições artísticas, nomeadamente com a literatura oral africana (numa relação de conjugação) ou com outras literaturas escritas (brasileira, afro-americana, etc.), há uma consistência estrutural no *corpus* literário reconhecido como moçambicano pela crítica, tendo por referência a literatura portuguesa.

Consciente ou inconscientemente, os escritores moçambicanos procuraram (e procuram?) estratégias discursivas que levaram o *corpus* produzido a fazer o percurso que as distanciou da literatura progenitora.

Apresentarei, para tal, dois exemplos:

1. Antero de Quental – Rui de Noronha

A relação entre os sonetos «A Um Poeta» de Antero de Quental (Quental, 1979: 52) e «Surge et ambula» de Rui de Noronha (Noronha, 1936), independentemente da influência de Antero e do Romantismo português sobre o poeta moçambicano, é uma manifestação clara do que Julia Kristeva descreve como «absorção de um texto por outro texto» e remete-nos inevitavelmente para o campo da leitura intertextual.

O soneto de Antero funciona, de facto, como hipotexto do poema de Noronha, podendo considerar-se o trabalho intertextual produzido como

uma amplificação das virtualidades semânticas contidas na injunção anteriana.

Opera-se uma transformação do texto anteriano de acordo com uma intenção semântica com o seguinte desenvolvimento:

- A epígrafe de Antero «Surge et ambula» transforma-se no título de Noronha, trazendo como consequência a amplificação e generalização do alocutário (Poeta transformado em África).
- O processo metafórico que serviu a Antero para captar a ressonância hugoliana (poeta/soldado do Futuro) servirá a Noronha para captar as ressonâncias do seu tempo (África ressuscitada/Progresso).
- A força ilocutória do discurso anteriano desenvolve-se em força perlocutória no soneto de Rui de Noronha. Enquanto em Antero a epígrafe «Surge et ambula» se mantém com a sua função de sugestão ou alusão semântica, em Rui de Noronha a sua transformação em título e posterior engaste («Ouve a voz do Progresso, este outro Nazareno/Que a mão te estende e diz: África surge et ambula!») permitem definir os pressupostos ideológicos e políticos contidos na alegoria.

Como resultado, produz-se maior marcação da historicidade. O referente histórico é mais preciso que no poema de Antero e permite o reconhecimento de algumas das representações do proto-nacionalismo, nomeadamente a crença no Progresso como Salvador de África, produzidas pelo paradigma cultural/literário que orientou a produção literária dos homens de Letras na primeira metade do nosso século.

O apelo utópico das ideias de «ser africano» e «ser europeu», de ao «natural» acrescentar o «civilizacional», completa o trabalho intertextual. Dá-se o primeiro passo para que o texto moçambicano passe a ser entendido como distanciado do sistema literário que lhe serviu de referência, o da literatura portuguesa.

Justifica-se assim o papel que passou a representar para as gerações posteriores como texto fundador da nacionalidade literária moçambicana.

«Surge et ambula» adquire, pois, a qualidade de «moçambicanidade» pelo que de particular/diferente exhibe relativamente ao Outro de que necessita para se definir.

Utilizando a terminologia bastante feliz empregue por Gilberto Matusse (Matusse, 1993: 60-64), ao definir este processo, poder-se-á dizer que o conjunto de estratégias retóricas que consagram a relação entre o hipotexto e o hiper-texto produzem um «efeito de moçambicanidade» que a recepção futura irá desenvolver.

2. Joaquim Namorado – Noémia de Sousa

A segunda leitura recai sobre os poemas de Joaquim Namorado, «Manifesto» e «Navegação à vela», e «Poema para Rui de Noronha» de Noémia de Sousa.

Manifesto

Abre as janelas para a rua,
anda a vida lá fora ...
Põe molduras nos sonhos impossíveis,
pendura-os nos pregos das paredes
– são decorativos!

Deixa que o sol rasgue as vidraças,
e vem correr a aventura
de cada instante
na vida de cada hora:
que a vida só vale
quando tem
este sabor de conquista!

Deixa os suspiros profundos
e parte a guitarra mágica que te deixou D. Juan ...
deixa-me esse ar de sombra de trapista!
Vem para a rua, para o sol, para a chuva!
Ama sem literatura, como um homem!
Deixa dormir os papiros
na meditação das múmias faraónicas.
– A vida é a única lição.

(Namorado, 1945: 59-60)

Navegação à vela

Vai
pelos caminhos seguros
nos vapores das companhias
com a certeza de aportar ...
deixa
que eu continue sendo
o último tripulante
da fragata naufragada
neste mar de tubarões.

(Namorado, 1945: 40)

Poema para Rui de Noronha (no aniversário da sua morte)

[...]
Mas se tu me vens, Poeta,
desarmado e trágico,
eu te recolho fraternamente
na capulana quente da minha compreensão
e te embalo com a música da mais doce canção
ouvida de minha cocuana negra ...

E tu dorme, Poeta,
dorme teu sono tão desejado,
repousa enfim dessas fictícias tragédias só tuas,
e não atentes na canção ...

Deixa que a sua carícia te sare as feridas,
mas não atentes nela, não!

Que te pode despertar o xipócué do remorso
pois traz em si os feitiços mais poderosos
dos ngomas do Maputo
donde veio minha avó negra.

E talvez te pergunte, docemente:

ah, que fizeste de mim, Poeta,

cego e surdo e insensível,

Que fizeste d'África, Poeta?

– Que passaste e não a viste?

– que se ergueu e não a sentiste?

– que gritou e não a ouviste?

E os remorsos te seriam tão dolorosos
como matabanhas te invadindo o corpo todo, Poeta!

Ai dorme, dorme, Rui de Noronha,

meu Irmão,

continua dormindo aprisionado

na palhota maticada do teu eu.

Não atentes na canção – é tarde ...

Mas o archote, murcho e fraco,
que tuas mãos diáfanas mal logravam suster,
deixa que nós o levemos!

Embebê-lo-emos na resina das novas ânsias,
espevitá-lo-emos nas nossas fogueiras acesas,

manter-lhe-emos a vida chama

como lume das nossas esperanças sempre renovadas!

E depois, ah depois,
erguido ao alto da Vida como um estandarte
por nossas brônzeas, fortes mãos
que sua chama sanguínea de fulgor inextinguível
nos seja guia e inspiração,
esporeando a revolta nascida nas veias entumecidas.

Como um cometa
atravessando a noite de nossos peitos esmagados.

(Sousa, 1951)*

Seguindo algumas das propostas de Carlos Reis (1983: 447-456), reterei uma das características da poesia de Joaquim Namorado desta fase, isto é, o carácter fortemente injuntivo e emocional da enunciação, o que, em sua opinião, não permite a eficácia ideológica anunciada pelo programa neo-realista, para mostrar o trabalho intertextual realizado por Noémia de Sousa:

- Noémia de Sousa utiliza a estrutura vai (tu) *vs* deixa (eu) e a oposição semântica implícita do poema «Navegação à vela», amplificando todas as potencialidades nelas contidas e que Joaquim Namorado limitou, como bem refere Carlos Reis (454), à construção da imagem do poeta arauto, o que nos faz pensar ainda em Victor Hugo e Antero.
- Servindo-se dessa estrutura, constrói um poema com várias estrofes e verso longo, opondo ao poeta arauto uma força colectiva (nós = = África) descrita e nomeada: nossa terra natal/nova África/nossas brônzeas, fortes mãos/revolta nascida nas veias entumecidas. Como Rui de Noronha fizera em relação a Antero.

* Edição mimeografada depositada no Arquivo Histórico de Moçambique [1951].

- A sequência metafórica próxima da alegoria («o último tripulante/ /fragata naufragada/ mar de tubarões») é transformada numa cadeia de metáforas a partir dos lexemas archote-fogueiras-chama-lume-chama, que se articulam com a representação do sujeito, (brônzeas, fortes mãos-revolta-peitos esmagados), criando um efeito referencial ausente do poema de Joaquim Namorado.
- A construção do alucotário é amplificada pela apropriação e transposição de elementos representativos da estética neo-realista, (presentes no poema «Manifesto»): nefelibata *vs* o poeta arauto, identificação militante com a realidade. Obtém-se um modelo mais concreto e humanizado: «Rui de Noronha/meu irmão/sangrando de amores».

Ao amplificar todas as potencialidades do hipotexto (neo-realista), Noémia de Sousa introduz no novo texto uma forte historicidade e, à semelhança de Rui de Noronha, religa-o a um espaço particularizado (Moçambique) e a um tempo concreto (o das explosões nacionalistas africanas): «nossas almas passivas aprendem a querer/ com força, com raiva/ e se erguem guerreiras, para a dura luta»; «Que fizeste d'África, Poeta?». O poema marca a História e faz-se sua representação.

Esta característica da poesia de Noémia de Sousa é referida por Pires Laranjeira no recente e bem documentado estudo sobre a negritude africana de língua portuguesa, nestes termos:

O discurso do negro é, pois, injuntivamente mais preciso, descritivo e ideológico que o do Neo-realismo português, em condições de publicação e divulgação tanto ou mais agrestes, mas sem abandonar uma estratégia discursiva de cariz estético tradicional, modelada pela pressão dos circunstancialismos conhecidos (Laranjeira, 1994: 486).

Diferentemente de Rui de Noronha, cujo papel foi predominantemente o de referência fundadora, devido à recepção da sua poesia desde a sua

morte, em 1943, a poesia de Noémia de Sousa, nesta configuração precisa histórica-nacionalista-pan-africana-negritudinista-neo-realista-moderna, vai constituir modelo e apresentar reiteraões futuras.

Contudo, desenha-se também o que os aproxima, a ocupação de um espaço duplo: o da tradição literária portuguesa e aquele que é instituído pela sua própria *performance*. Como é que esta dupla herança se articula, de modo a que os textos se possam assemelhar aos dos seus antecedentes portugueses, mas sejam diferentemente «negros», para retomar a expressão de Pires Laranjeira, ou, pelo menos, «não portugueses» (negros, africanos, moçambicanos)?

Ocorre-me parafrasear Henry Louis Gates Jr., quando reflecte sobre a problemática geral da alteridade do texto «negro»:

Canonical Western texts are to be digested rather than regurgitated, but digested along with canonical black formal and vernacular texts. The result, in work such as that by Aimé Césaire, Ralph Ellison and Soyinka, is a literature 'like' its French or Spanish, American or English antecedents, yet differently 'black' [...]⁴

Pretendi deixar claro que o «efeito de moçambicanidade», produzido pela distanciação relativamente ao sistema literário português, não equivale, na minha perspectiva, a um ser (essência) moçambicano, com todas as virtualidades semânticas e ideológicas implícitas no termo: bantu-negro-africano-mestiço-crioulo.

Por isso, não me coloco entre as posições que entendem a «moçambicanidade» de um texto, ou de um conjunto de textos, equivalente a uma

⁴ O termo «black» é utilizado por Gates e por outros críticos afro-americanos tendo como referência o contexto histórico dos Estados Unidos e a actual problemática do multiculturalismo e das minorias. O ser «black», como o ser «chicano», «Chinese american» ou «native american», representa, na óptica destes autores, uma construção cultural e histórica extensiva a outras categorias sociais minoritárias como género ou orientação sexual. A sua aplicação ao caso moçambicano não é, portanto, pacífica, valendo apenas como homólogo da alteridade manifesta.

essência de que a «autenticidade» seria uma componente, nem tão pouco a um mero reflexo da vida real e à consequente atracção biografista⁵.

Penso sim que este efeito, enquanto manifestação fenomenológica, se coloca no campo das alternativas utópicas ao mundo objectivo. A sua reiteração, enquanto marca da diferença que separa a literatura feita pelos moçambicanos de outros gestos literários, cumpre a função de reguladora de uma identidade particular, a da literatura, necessária ao corpo social, *sinédoque* de uma identidade global fracturada pela pressão da História.

⁵ O início de polémica que se estabeleceu na imprensa moçambicana a propósito de *Vozes Anoitecidas* de Mia Couto, em 1986, e a argumentação utilizada pela crítica que lhe foi desfavorável, são um dos exemplos que se podem apontar.

Fátima Mendonça é docente da Universidade Eduardo Mondlane (Maputo). Prepara doutoramento sobre literatura moçambicana. É autora de *Literatura moçambicana – a história e as escritas* (1989) e co-autora de *Antologia da nova poesia moçambicana: 1975-1988* (1993).

Referências bibliográficas

- CARVALHO, Alberto (1993) – «A propósito de uma historiografia literária angolana», in *Vértice*, II série, n.º 55, pp. 9-18.
- CÉSAR, Amândio (1967) – *Parágrafos de literatura ultramarina*, Lisboa, Sociedade de expansão cultural.
- CRISTÓVÃO, Fernando (1982) – «A literatura como sistema nacional», in *Études portugaises et brésiliennes*, XVII (Université de Haute Bretagne), pp. 7-26.
- FERREIRA, Manuel (1977) – *Literaturas africanas de expressão portuguesa – II*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa.
- FERREIRA, Manuel (1984) – *No reino de Caliban – III. Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa* (3.º vol.: Moçambique), Lisboa, Plátano Editora.
- HAMILTON, Russel (1984) – *Literatura africana, literatura necessária – II – Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Edições 70.
- HUTCHEON, Linda (1995) – «Introduction. Colonialism and the Post-colonial Condition: Complexities Abounding», in *PMLA. Publications of the Modern Language Association of America*, 110(1), pp. 7-16.
- LARANJEIRA, Pires (1994) – *A negritude africana de língua portuguesa*, Coimbra, Faculdade de Letras [tese de doutoramento, policopiada].
- LEITE, Ana Mafalda (1985) – *A poética de José Craveirinha*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [tese de mestrado, policopiada].
- MACLINTOCK, Anne (1992) – «The Angel of Progress: Pitfalls of the Term 'Post-colonialism'», in *Social Text*, 31-32, pp. 1-15.
- MATA, Inocência (1993) – *Emergência e existência de uma literatura – o caso santomense*, Linda-a-Velha, ALAC.
- MATUSSE, Gilberto (1993) – *A construção da imagem de moçambicanidade em José Craveirinha, Mia Couto e Ungulani Ba Ka Khosa*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa [dissertação de mestrado].
- MENDONÇA, Fátima (1985) – «Literatura moçambicana: o que é?», in *Tempo*, 769 (Maputo), pp. 34-36.
- MENDONÇA, Fátima (1988) – «Para uma periodização da literatura moçambicana», in *Literatura moçambicana – a história e as escritas*, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane.

NAMORADO, Joaquim (1945) – *Incomodidade*, Coimbra, Atlântida.

NORONHA, Rui de (1936) – «Surge et ambula», in *África*, n.º 1, Lourenço Marques, 8/12/36.

QUENTAL, Antero de (1979) – *Sonetos*, 6.ª ed., organizada por António Sérgio, Lisboa, Sá da Costa.

REIS, Carlos (1983) – *O discurso ideológico do neo-realismo português*, Coimbra, Almedina.

ROSÁRIO, Lourenço (1985) – «Moçambique; uma literatura em busca dos seus autores», in *Tempo* (Maputo), 22/12/85, pp. 41-42.

SHOHAT, Ella (1992) – «Notes on the Post-colonial», in *Social Text*, 31-32, pp. 99-113.

TRIGO, Salvato (s/d) – «A alteridade das literaturas africanas em língua portuguesa», in *Ensaaios de literatura comparada afro-luso-brasileira*, Lisboa, Vega, pp. 61-75.

VAIL, Leroy; WHITE, Landeg (1991) – *Power and the Praise Poem – Southern African Voices in History*, London, James Currey.

A dimensão anti-épica da moderna ficção moçambicana: *Ualalapi* de U. B. K. Khosa

What I am proposing is that Nationalism has to be understood, by aligning it not with self-counsciously held political ideologies, but with large cultural systems that preceded it, out of which – as well as against which – it came into being.

(Benedict Anderson)

Na actual produção narrativa em Moçambique há dois autores e respectivas obras que se destacam pela sua qualidade e inovação de propostas temático-formais. São eles Mia Couto e Ungulani Ba Ka Khosa. As suas preocupações divergem dos modelos implícitos de escrita instaurados na fase anterior à independência.

Com efeito, à dimensão celebrativa, cosmificadora e apolínea da procura do *locus amoenus*, ideal previsto na luta pela independência e construção do país, visível em especial na poesia militante e na poética de um dos escritores mais significativos do país, como é o caso de José Craveirinha, sucede-se um período de reflexão sobre o presente actual e o passado histórico, que manifesta um distanciamento crítico positivo.

Assim, a uma fase textual, onde a vontade de exaltação heróica, resultante de um sentido de luta pela libertação da pátria, recupera alguns aspectos estruturais, ainda que de forma fragmentária, do género épico, sucede uma outra que problematiza e questiona os valores heróicos e, por isso mesmo, em termos genológicos, vai procurar as formas mais adequadas à sua procura dos sentidos críticos e paródicos. A obra de Khosa visa tema-

ticamente a questionação do passado e do presente, fazendo uma releitura das fontes históricas do século passado. O autor critica os poderes políticos e tenta mostrar como a História pode ser mitificada para uso desses mesmos poderes. Por outro lado, há uma recuperação positiva da noção de cultura e de identidade cultural, que é também manipulada ao nível genológico pela reabsorção dos modelos da oralidade e de uma certa mundividência mágico-mítica. São estes aspectos que vamos tentar analisar ao longo deste trabalho.

1. Uma narrativa histórica?

Ungulani Ba Ka Khosa, com o seu livro *Ualalapi*, moderniza a ficção moçambicana ao introduzir um género que enraíza no romance histórico. Os sinais que nos permitem identificar o género são os nomes de personagens históricos e os acontecimentos que nos convidam a ler o texto à luz de um certo conhecimento histórico.

O(s) modelo(s) do género escolhido não têm a ver com o romance histórico romântico, mas antes com algumas das estratégias da ficção histórica moderna e pós-moderna, bem como com a recuperação simultânea da genologia oral africana. Esta obra vem confirmar o entrosamento cultural das literaturas africanas de língua portuguesa, que burilam, de forma mais ou menos consciente, a sua originalidade na recriação e partilha de dois universos culturais: o europeu, que lhes legou a escrita, e o africano, de que reinventam, pela escrita, e ancestralidade e as formas orais. Há sempre uma espécie de subversão da herança adquirida, que confere aos textos africanos, a maioria das vezes, a novidade da surpresa formal.

O romance histórico, à maneira de W. Scott, que floresceu no século passado, perdeu o seu prestígio quando o modo tradicional de contar uma história se mostrou inadequado para configurar maneiras radicalmente diversas de percepcionar o real. Hella Hasse explica:

The new literary prose of the nineteen-twenties was preoccupied in the first place with the various nuances of the individual consciousness,

and with explorations in a present which could offer only relative certainties and was sometimes even thought to be devoid of any sort of certainty whatsoever. No other text type was so closely dependent upon the «omniscient narrator», and therefore appeared to be so utterly antiquated as the very genre of the historical novel (*Apud* Wesseling, 1991).

Os modernistas inovaram o género, através de um processo de subjectivização da história e daquilo que se pode denominar como transcendência da mesma. Este último aspecto refere-se à incorporação de motivos míticos. A ligação entre passado e presente é feita através do mito, que pressupõe uma outra lógica na temporalidade e activação dos sentidos. Operaram também numa questão, da maior importância, para a narrativa contemporânea, a auto-reflexividade.

Na filosofia da história, o termo «história» refere-se a dois níveis diferentes da realidade: a *res gestae*, os eventos, e a *historia rerum gestarum*, narrativa acerca desses acontecimentos. Idealmente a *historia rerum gestarum* reflecte a *res gestae*. A auto-reflexividade na narrativa histórica é uma estratégia que pressupõe a questionação nessa suposta relação directa dos dois níveis de realidade, considerando-os autónomos. Assim se justificam processos narratológicos como, por exemplo, a focalização múltipla, que manifesta a subjectividade das interpretações do passado, justapondo visões divergentes do mesmo, sem discriminar entre verdadeiras ou falsas versões, e permite uma interpretação diversificada dos factos.

A narrativa histórica contemporânea parodiza certos processos do romance histórico romântico, como por exemplo o seu realismo e a sua função didáctica. Esta última é substituída pela função crítica de questionar, reinventar, alterar, ou repor, uma diferente leitura e interpretação do passado.

Ualalapi de Khosa utiliza alguns destes processos. O autor cita Agustina Bessa Luís, antes de iniciar a narrativa: «A História é uma ficção controlada», permitindo ao leitor a referência intertextual a modelos de escrita, conhecidos pelo autor, sobre a



od.
moç
Gil Vicente

História. A noção de ficcionalidade, ou seja a questionação do discurso histórico enquanto representante da verdade dos factos e a impossibilidade de acesso a uma verdade única, são algumas das teses que o autor nos adianta neste início e deixam antever as suas intenções.

O livro abre também com uma nota do autor que expõe o tema a desenvolver, nomeadamente a figura de Ngungunhane, enquanto representação do poder, um nguni vindo do sul de África, que invadiu e colonizou os tsongas no sul de Moçambique, e que se confrontou com o exército português no fim do século passado:

É verdade irrefutável que Ngungunhane foi imperador das terras de Gaza na fase última do império. É também verdade que um dos prazeres que cultivou em vida foi a incerteza dos limites reais das terras a seu mando. O que se duvida é o facto de Ngungunhane, um dia antes da morte, ter chegado à triste conclusão de que as línguas do seu império não criaram, ao longo da existência do império, a palavra imperador. Há quem diga que esta lacuna foi fatal para a sua vida, debilitada pelos longos anos de exílio. Saltará à vista do leitor, ao longo da(s) estória(s), a utilização propositada e anárquica das palavras imperador, rei e hosi – nomeação em língua tsonga da palavra rei.

1.1 As fontes

A seguir à nota do autor, deparamos com quatro citações alternadas, duas de Ayres de Ornelas e duas atribuídas ao Dr. Liengme. São textos aspeados que funcionam como citação e descrevem o aspecto físico e o carácter de Ngungunhane. Começa, a partir destas referências, a construção e desconstrução da personagem, uma vez que entram em contradição flagrante. Os textos de Ayres de Ornelas representam as fontes da História colonial portuguesa e deduz-se que os textos do Dr. Liengme dêem voz ao pensamento dos moçambicanos.

Os contos que se seguem vão ser unidos pela tentativa de comentar estas citações, que representam pontos de vista opostos sobre uma mesma figura e testemunham versões históricas diametralmente diferentes. Estas

citações também acabam por ser o elo integrador das várias estórias, aparentemente isoladas.

Entre estes vinha o Ngungunhane que conheci logo, apesar de nunca lhe ter visto retrato algum; era evidentemente o chefe de uma grande raça ... É um homem alto ... e sem ter as magníficas feições que tenho notado em tantos seus, tem-nas, sem dúvida, belas, testa ampla, olhos castanhos e inteligentes e um certo ar de grandeza e superioridade ... (Ayes de Ornelas).

Era um ébrio inveterado. Após qualquer das numerosas orgias a que se entregava era medonho de ver com os olhos vermelhos, a face tumefacta, a expressão bestial, que se tornava diabólica, horrenda, quando, nesses momentos se encolerizava ... (Dr. Liengme).

Só direi que admirei o homem, discutindo durante tanto tempo com uma argumentação lúcida e lógica ... (Ayes de Ornelas)

[...] mas toda a sua política era de tal modo falsa, absurda, cheia de duplicidade, que se tornava difícil conhecer os seus verdadeiros sentimentos (Dr. Liengme).

Ualalapi organiza-se, assim, a partir destes textos de abertura, num conjunto de seis contos que funcionam como unidades independentes e ao mesmo tempo interdependentes. Cada uma das narrativas é precedida de um pequeno texto em itálico (muitas vezes com atribuição da autoria, outras vezes depreende-se que são do autor da obra, e oscilando entre o extracto escrito e o oral) intitulado *Fragmentos do fim*, numerados de um a seis, e que estabelecem uma evolução cronológica até à queda do império. Os contos sucedem-se a estes textos, e a sua temporalidade situa-se numa dimensão mais indefinida e mítica.

Na página anterior ao início dos contos, quatro deles são precedidos de uma citação bíblica (Job 2, Apocalipse 3, Mateus 6) ou de frases tipo aforismo sobre Ngungunhane (1). Há de novo um diálogo textual, agora triádico, entre os fragmentos e cada um dos contos e as citações. Esse diálogo, provocatório, coloca os contos a desconstruir as afirmações dos fragmentos, entrando as citações em consenso, ou funcionando como mote às histórias.

Tudo isto visando a reconstrução da personagem Histórica em personagem Estórica, em simultâneo reconhecendo que a referida historicidade é já estoricidade. Irreverência em relação à historiografia pela inversão parodicamente exagerada da retórica da representação histórica.

O primeiro conto, que dá título ao livro, conta como o guerreiro Ualalapi foi incumbido de matar Mafemane, o herdeiro legítimo do trono nguni, e a usurpação do poder que Ngungunhane pratica. A partir desta transgressão inicial se conta o sucessivo declínio do império e os acontecimentos insólitos que se lhe seguiram. Ngungunhane só surge como protagonista no conto final «O último discurso de Ngungunhane». Até aí, a sua personalidade, a forma de governação, são referidos indirectamente através de outras personagens, que, similarmente, padecem de características anti-heróicas. Os abusos de poder, a arbitrariedade, o despotismo e a covardia, são algumas das tendências mais marcadamente assinaladas.

Há um percurso lento e paulatino da chegada ao protagonista, quase à maneira de uma narrativa policial. A este respeito E. Wesseling (1991: 90) afirma:

Both the detective and the self-reflexive historical novel have a double story. The detective relates the crime which has been committed before the narrative within the novel begins, but the major plot deals with the unravelling of the crime. Likewise, the self-reflexive historical novel relates a series of events that grasped and explained in retrospect.

As provas e as pistas vão-se reunindo, conto a conto, através de uma focalização múltipla.

Outras fontes, forjadas pelo narrador, surgem no interior dos textos, o testemunho oral e também o escrito. Uma vez que *Ualalapi* é uma desmitificação das versões correntes da história de Ngungunhane (a colonial que é paternalista e a revolucionária pós-independência – implícita, não referida no texto – que lhe atribui um estatuto de herói) convida a reflectir sobre a validade de uma e de outra, das fontes escritas e das orais, e daquelas que o narrador convoca no seu próprio discurso.

1.2 Modelos da tradição e da narrativa oral: os fingimentos necessários

1.2.1 O conto

A escolha do conto como unidade narrativa leva-nos de imediato a considerar a opção como sendo adequada a um universo cultural que radica na oralidade. O romance e a novela são formas de certo modo importadas, e não têm tradição em África. Curiosamente, com o primeiro romance de Mía Couto, *Terra Sonâmbula*, apercebemo-nos que o autor articula a sua escrita por uma justaposição de unidades do tipo conto. O mesmo acontece aqui; esta narrativa é um todo, fragmentado em estórias que aditivamente vão esclarecendo e diferindo os sentidos.

Lourenço do Rosário (1989: 92) esclarece-nos que as narrativas da tradição oral africana têm uma forte componente didáctico-moralizante. Isto reflecte-se na sua estruturação, através do carácter e da sequência das suas transformações. Com efeito, algumas classificações tipológicas destas narrativas têm como critério fundamental o sentido da transformação que altera a situação inicial e determina a situação final da história, e que pode ser de degradação e de melhoramento.

Deste modo, distinguem-se dois tipos básicos de narrativas, as de tipo ascendente e as de tipo descendente, conforme apresentem uma transformação de melhoramento ou de degradação, respectivamente. O carácter didáctico das de tipo descendente está na exemplificação da punição de um anti-herói pela transgressão das regras, enquanto que no caso oposto, no prémio pela exemplaridade heróica.

Na quase totalidade dos contos, apesar da complexidade de estrutura, própria de uma narrativa escrita, insinua-se, como refere Gilberto Matusse (1993: 118), uma sucessão de transformações baseadas no modelo das narrativas de tipo descendente, em que o protagonista comete uma transgressão às normas vigentes na sua comunidade, para daí obter benefícios, acabando, no entanto, por ser punido por essa mesma transgressão.

A recuperação deste modelo, mais ou menos linear, está, naturalmente

absorvida e retrabalhada de modo poliforme, como viemos observando. No que respeita ao aspecto temático, há, contudo, uma insistência na reivindicação de valores culturais outros, de que a tradição oral e suas formas se fazem eco. Práticas e crenças animistas, dimensão mítico-mágica do universo, costumes e posturas sociais.

1.2.2 A oralidade *versus* escrita

É no «Diário de Manua» que se prefiguram algumas das questões problematizantes relativas à valorização do oral por oposição à escrita. Manua é nguni, filho de Ngungunhane. Tirou um curso de artes e ofícios e deixou escrito um diário, do qual o narrador se socorre para nos dar informações. Representa o assimilado, não é reconhecido pelos seus, nem pelos brancos. Transgride os valores e tradições da sua cultura e é punido com a morte.

Manhune transmitira ao filho e ao neto de que Manua fora envenenado pelo pai, pois era uma vergonha para os nguni ver um filho seu assimilar costumes de outros povos estrangeiros. E o pior, dizia Manhune, Manua parecia um chope, pois era subserviente aos portugueses. Matem-no na próxima oportunidade, disse Ngungunhane num dos encontros que teve com os maiores do reino (Khosa, 1991: 106).

O conto começa aliando a ideia de decadência do império com o achado do diário. A escrita é aqui o símbolo maior da recusa da cultura tradicional. E do início do colonialismo, enquanto rasura e transformação de valores dessa mesma cultura. Repare-se ainda na referência feita a um árabe, e ao seu testemunho escrito, que complementa os registos de Manua. Sabe-se, historicamente, que foram os árabes e os europeus a introduzirem a escrita em África. Estas duas personagens testemunham o início da quebra de uma tradição de oralidade.

Por entre os escombros daquilo que fora a última capital do império de Gaza encontraram um diário com uma letra tremida, imprecisa, tímida. As folhas, amontoadas ao acaso, estavam metidas numa caveira que

repousava entre ossadas humanas e animais ... Não há referência ao seu autor, mas sabe-se que pertenceu a Manua, filho de Ngungunhane (p. 97) [...] De 1892 a 1985, ano da sua morte, o diário nada diz, pois as folhas foram comidas pelos ratos. As letras que restaram estão soltas. Juntando as cinco letras tem-se a palavra morte. Ou temor. Ou tremo. Kamal Samade, que pela capital passou, deixou as suas impressões em árabe, escritas em folhas desordenadas. Pela sua pena sabe-se que Manua, desde a chegada tornou-se taciturno e mais bêbado do que nunca (p. 105).

A imposição da escrita numa sociedade de tradição oral é um elemento de desequilíbrio. A escrita aqui não é produto da evolução histórica normal e responde a uma necessidade imposta pelo exterior. Por outro lado, a desvalorização das formas de culturas indígenas, que caracterizou a política colonial de assimilação, contribuiu para a descaracterização e rasura de valores ancestrais.

A tematização da revalorização da oralidade é uma forma de manifestar uma recuperação simbólica desse estado civilizacional anterior à introdução da escrita, em Moçambique, reivindicando uma reposição de valores próprios, portanto um meio de afirmação de uma cultura que é subjugada pela hegemonia da escrita.

A este propósito é importante recordar que a oralidade é o domínio da cultura peculiar à maioria da população moçambicana, essencialmente rural e camponesa. Por outro lado, se o oral coincide com o popular, este domínio da tradição oral é conotado com a camada considerada depositária. Valorizar esse domínio é uma forma de conhecer e respeitar, reaver, talvez, contributos importantes para a recriação e reformulação de uma cultura nacional.

Neste conto patenteia-se, de forma relativamente explícita, uma espécie de moral ou função didáctica; o narrador, ao problematizar o significado da escrita na sociedade moçambicana, denega o seu valor, socorrendo-se, parodicamente, de uma estratégia temático-formal, a invenção de fontes escritas, o diário achado de Manua e o testemunho do árabe. Estas fontes forjadas no interior do texto, permitem-lhe, com ironia, reflectir sobre o abandono da

oralidade, e a cultura que ela representa, enquanto uma das causas da degradação cultural.

1.2.3 Imaginário mítico

Khosa utiliza outros processos característicos da narrativa oral, como a intervenção do sobrenatural. É característica das narrativas orais as personagens possuírem poderes mágicos, e viverem acontecimentos de ordem mágica, bem como terem de se defrontar com inimigos possuidores desses poderes, ou serem afectados por fenómenos sobrenaturais.

Nesta obra a presença de elementos sobrenaturais é quase constante, sendo as situações mais frequentes as que envolvem a estranheza e a desproporção de tais fenómenos. A incorporação do imaginário tradicional é uma das características distintivas desta ficção. Há uma valorização das crenças animistas, de códigos outros, radicados no passado, a que se atribui um valor sagrado. A isto não é certamente estranho o facto de a memória das sociedades de tradição oral se cristalizar em torno dos antepassados ancestrais. O passado institui-se como uma referência insubstituível, à qual a comunidade vai buscar a inspiração para a sua conduta no presente, bem como o exemplo para a explicação dos fenómenos com que depara.

O seu carácter sagrado detecta-se numa atmosfera cujo equilíbrio precário depende da observância das normas, tornando-se a sua explicação ou caracterização inacessíveis, pelo menos aos não iniciados. A escolha de um cenário histórico, que se vira para uma época longínqua e de contornos imprecisos, relembra a sacralidade da origem e da fundação.

Encontram-se frequentemente nos contos de Khosa marcas de um discurso sobre uma realidade impossível de representar: inquantificável, indescritível; os castigos pela não observância das regras, pelo desrespeito pelos códigos éticos, morais, culturais, atingem a natureza e os homens. São fenómenos da ordem do escatológico e enquadram-se, apesar do seu carácter insólito e fantástico, na lógica mítica que preside à mundividência da comu-

nidade. Ualalapi enlouquece após cometer o acto de matar o legítimo herdeiro do trono nguni. Morte prevista em sonhos por sua mulher:

Ualalapi susteve a lança a poucos centímetros do peito de Mafemane e soergueu-se. Passou a lança para a mão esquerda e pôs-se a correr, atravessando as casas da aldeia, e gritando como nunca ninguém ouvira um não estridente, lancinante. Desapareceu na floresta coberta pela noite, quebrando com o corpo as folhas e os ramos que os olhos ensanguentados não viam. Minutos depois o choro de uma mulher e de uma criança juntaram-se ao não e ao ruído da floresta a ser arrasada. E o mesmo ruído cobriu o céu e a terra durante onze dias e onze noites, tempo igual à governação em anos, de Ngungunhane, nome que Mudungazi adoptara ao ascender a imperador das terras de Gaza (p. 37).

Toda a série de infortúnios que atingem certas personagens de *Ualalapi*, como, para citar um exemplo, a estranha dismenorreia que dura três meses e que será a origem da morte de Damboia, tia e aliada do imperador, surge como punição que lhe é dirigida pelos espíritos, devido à sua conduta leviana e prepotente, responsável pela morte de muitos homens inocentes.

A fenomenologia escatológica prende-se obsessivamente aos líquidos: vômitos, sangues, chuvas diluvianas, entrando em sintonia a natureza com o mal estar dos homens. Grotesco, o destino das transgressões é implacável e remete para a transcendência.

Ao segundo mês, creio, choveu como nunca durante duas semanas. O sangue dela escorreu ao rio, tingiu-o de vermelho e matou os peixes que os nguni não comiam. Os crocodilos passaram a viver nas margens. Era normal vê-los à soleira das nossas portas ao raiar do dia. A princípio tentámos expulsá-los, mas eles vinham em maior número aos milhares. Alguns velhos suicidaram-se ... Outros, velhos e novos, morreram de sede, pois a água estava contaminada ao longo da extensão do rio. [...] Diariamente morriam pessoas, mas afirmava-se que morriam por velhice adiantada. Os que se suicidavam eram doentes mentais, indivíduos atacados pelos espíritos malignos. E os meses foram passando. E foi na últi-

ma quinta-feira do mês terceiro da dor que Damboia, no meio da noite deu o uivo mais lancinante que se ouviu durante aqueles meses. Morreu. Na manhã seguinte começou a chover e à superfície das águas apareceram nados-mortos das mulheres que sempre sonharam ter filhos. E era terrível termos que calcar aqueles corpos que se desfaziam aos nossos pés. Ngungunhane, magro e sem voz circulava como um sonâmbulo perdido, fumando mbhangui toda a hora (p. 72).

O mundo de ficção de Khosa apresenta-se numa instabilidade generalizada, é um mundo em desintegração. As causas deste desmoronar estão ligadas ao desrespeito pelo sistema de valores tradicionais, próprios da cultura moçambicana. Ao trazer as formas e ao recriar um certo imaginário da tradição oral na sua obra, Khosa deseja provavelmente chamar a atenção para a cultura anulada e considerada como superstição nos primeiros anos de independência, que procurou eliminar os valores do mundo tradicional.

Concordamos com Gilberto Matusse (1993: 138) quando afirma que se trata de uma caracterização do caos em que a sociedade mergulha com as viragens operadas primeiro pelo colonialismo, depois pela independência. Há efectivamente uma série de valores ideológicos que acompanham o novo poder, a partir de 75, que entram em conflito com crenças, práticas de tradições. Ao reportar-se a um outro tempo histórico o narrador quer também, e em especial, referir o actual, aquele em que vive. Curiosamente a numerologia simbólica, que parece repetida para designar o tempo mítico, refere o número onze, como emblemático. Onze noites, onze dias, onze anos de governação de Ngungunhane, onze anos de governação na primeira fase pós-independência.

1.2.4 A História narrada como profecia

U Ngungunhane! ...
Uya Ngungunya e bafazi ne madoda ! ...
(Anónimo, século XIX)

Tu és Ngungunhane! ...
Aterrorizarás as mulheres e os homens !
(*Ualalapi*, p. 21)

O livro termina com o conto «O último discurso de Ngungunhane» que nos interessa aqui destacar por vários motivos, de ordem simbólica, genológica, narratológica e temática.

Virou-se repentinamente para a multidão que o vaiava, a uns metros do paquete que o levaria para o exílio, e gritou como nunca, silenciando as aves e o vento galerno, petrificando os homens e as mulheres com as palavras que saíam em catadupa e que percorreram, em outras bocas, gerações e gerações em noites de vigília e de insónias, dada a força premonitiva que carregavam nessa manhã sem outro registo que o mar sem ondas, as nuvens de todos os tempos, a multidão concentrada, Ngungunhane falando, e o corpo bojudado oscilando para a direita e para a esquerda, enquanto os olhos reluziam e as pernas tremiam ao ritmo das palavras que cresciam, de minuto a minuto, como agora, em que Ngungunhane dizia a todos, podeis rir, homens, podeis aviltar-me, mas ficai sabendo que a noite voltará a cair nesta terra amaldiçoada ... (p. 115).

A forma como é descrita a profecia do imperador, convoca-nos para um paralelismo com certas das formas das punições descritas anteriormente. O discurso adquire a dimensão do enorme vômito de Manua, que inunda todo o barco. A profecia apocalíptica silencia e aterroriza os tsongas pela sua carga tremenda de maldições.

O imperador punido, pune por sua vez. O quê? Provavelmente a aliança dos moçambicanos com os estrangeiros. Pela primeira vez, apesar da sua figura histriónica, a personagem é apresentada com alguma dignidade,

como sendo portadora de um saber/poder oculto, com que se faz, mais uma vez, temer. Desta vez não apenas por razões de poder temporal, mas pelo uso de uma palavra que o transcende.

O discurso de Ngungunhane projecta-se até à actualidade, prevendo os males do colonialismo, a guerra pela independência e a guerra civil pós-independência. Carregado de hipérboles, imagens abjectas e visões aterradoras, a sua palavra refere o ódio, as pragas, doenças hereditárias, violência cultural, desprezo pela cultura tradicional, humilhação física, violação das mulheres, usurpação das terras, prisões e torturas, sujeição a novas práticas religiosas, assimilação linguística e, posteriormente, todas as atrocidades da guerra civil.

A profecia de carácter apocalíptico neste conto, enquanto discurso, estabelece uma relação entre o sujeito e o transcendente, tornando-se aquele portador de uma verdade futura, antecipadamente anunciada. A profecia é característica por excelência de sociedades cuja tradição é oral, e cumpre-se através da palavra dos mediadores ou profetas, curandeiros ou feiticeiros. Mais uma vez deparamos com uma estratégia por parte do narrador, de tematização e de recuperação da oralidade e seus géneros, ao colocar na boca do seu protagonista este tipo de discurso.

A profecia permite, dada a sua temporalidade abrangente, relacionar o passado com o futuro, e com o presente, sendo, por isso, adequada, enquanto género, às intenções críticas da narrativa histórica. Há neste processo narrativo, pelas formas escolhidas, a valorização do tempo mítico que se sobrepõe ao histórico. Passado e presente e futuro mais não são do que consequências transcendentais e punitivas dos actos praticados pelos homens. É esta mundividência que o narrador imprime com a selecção das formas escolhidas.

Onde vai o narrador forjar esta nova fonte, a profecia? À tradição oral, à sobrevivência e vitalidade da palavra transmitida geração após geração. O velho que serve de fonte ao narrador retransmite o seu saber, adquirido através da voz do avô:

Há pormenores que o tempo vai esboroando – disse o velho tossindo. Colocou duas achas no fogo e soprou. Novelos de fumo passaram pelo rosto. Pequenas lágrimas saíram dos olhos cansados e tocaram na pele

coberta de escamas. Afastei os papéis. Olhei-o. Era noite. Era miúdo ainda – prosseguiu – quando o meu avô me contava histórias de Ngungunhane. [...] E ele, ao contar-me as histórias de Ngungunhane, repisava alguns aspectos que o meu pai se esquecia e que tu omitiste. E são por menores importantes (p. 116-7).

Pela primeira vez, e já no fim do livro, identificamos o narrador como homodiegético, testemunha que finge ser imparcial. Ele ouve o velho no ambiente adequado, numa noite de lua cheia, em redor da fogueira. Contudo, a palavra que utiliza é escrita: «Afastei os papéis». Contrariamente à postura do velho, não manifesta emoção. Não fica ao lado daquele, afasta-se, mostrando perplexidade. Tenta ser neutro:

Levou duas achas ao fogo e soprou.

– A seca invadiu estas terras – continuou. A colheita foi má. Maguiguane quis aproveitar-se do descontentamento para a revolta mas os portugueses tinham mais forças. O império desabou para todo o sempre. Já tinha desabado com a partida de Ngungunhane.

– É isso – redarguiu o velho – Já tinha desabado. Os portugueses venceram.

– Mas perderam num campo mais vasto.

– Ngungunhane tinha predito.

– Tem razão. Não vai dormir?

– Vou dormir aqui, junto ao fogo.

Levantei-me. Estava cansado. A noite clara, sem nuvens, dava total liberdade à Lua. Comecei a afastar-me da fogueira. Com a cabeça apoiada entre as mãos o velho soluçava. [...] Entre duas mangueiras enormes, o velho com a cabeça entre as mãos, não via o fogo e a noite. Chorava. E eu afastava-me da cubata, do meu quarto, e atirava-me à noite e ao luar. Algo me intrigava no velho e no discurso de Ngungunhane (p. 125).

O verbo utilizado pelo narrador – «algo me intrigava» – manifesta uma tentativa de distanciação e de mediação entre o universo de que o mais velho faz parte, a tradição oral, e o universo aculturado do narrador. Reflecte, hesita,

partilhando uma palavra escrita que inscreve, teimosa e persistentemente, o eco dessa outra palavra ouvida.

A invenção de novas fontes e sua integração textual, bem como de géneros que se lhe adequam, foi um dos meios utilizados por este narrador de criar a sua forma de narrativa estórica, que dialoga, questionando, criticando, as visões estabelecidas pela história colonial e oficial acerca da figura de Ngungunhane.

Ana Mafalda Leite é professora auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Doutorou-se em Literaturas Africanas (1989) pela mesma universidade. É autora de *A poética de José Craveirinha* (1991), *A modalização épica na literatura africana* (1995) e de livros de poesia. Traduziu livros de Barthes e Todorov para português.

Referências bibliográficas

BHABHA, Homi, K. (1990) – *Nation and Narration*, London/New York, Routledge.

KHOSA, U. B. K. (1991) – *Ualalapi*, Lisboa, Caminho.

MATUSSE, Gilberto (1990) – «A restauração do equilíbrio perdido», in *Tempo*, 11/11/90.

MATUSSE, Gilberto (1993) – *A construção da imagem de moçambicanidade em José Craveirinha, Mia Couto e Ungulani Ba Ka Khosa*, Universidade Nova de Lisboa [dissertação de mestrado].

ROSÁRIO, Lourenço (1989) – *A narrativa africana*, Lisboa, ICALP/Angolê.

WESSELING, Elisabeth (1991) – *Writing History as a Prophet*, Amsterdam, John Benjamins Publishing Company.

O «abysmo» da (oralidade e da) escrita em *Chiquinho* de Baltasar Lopes

Assim, não acreditavam na dualidade do bem e do mal, e para eles não existia o inferno nem era ministrada justiça depois da morte [...] Nessa história, um rebanho de carneiros brancos estava numa margem e na outra um rebanho de carneiros pretos. Quando um carneiro branco balia um carneiro preto atravessava a água e ficava branco. Quando balia um carneiro preto, um carneiro branco atravessava a água e ficava preto.

(in Anne Bancroft, *As Origens do Sagrado*)

Como se deduz do próprio título do romance, *Chiquinho*, do autor cabo-verdiano Baltasar Lopes (1947), a composição da narrativa obedece ao cânone geral da ficção autobiográfica, definindo um percurso de «formação» que progressivamente se ajusta a um paradigma de valores simbólicos do homem cabo-verdiano instruído e, ao mesmo tempo, alegóricos da própria individuação da nacionalidade crioula. Em três etapas se cumpre esse plano formativo escalonado entre a idade de cinco anos, altura em que o pai emigra para a América, e cerca dos vinte em que inicia a carreira de professor de posto, logo vencido pelo ciclo cosmogónico «tempo de seca», «catástrofe da fome», «tragédia das mortes generalizadas» e «partida para a América» para junto do pai.

O ciclo geracional emigrante iniciado pelo avô, re-presentado no texto pela avó, processa-se num crescendo linear que atribui à injunção de Chiquinho na esfera do pai, mediadora da relação «avô ≈ neto», o papel de lançadeira que enovela diferentes isotopias. Na que se realiza à superfície do texto, tem obviamente lugar o encadeamento de eventos que denotam a ordem do

social e, nesta, a execução do programa narrativo destinado pelo pai, por legítima ambição de família. O caminho percorrido conduz a um desenlace inevitável, portanto finalização trivial, deceptiva, de todos os projectos que a família levedara para si, transferidos para Chiquinho menino de boa cabeça.

Mas o facto histórico e social da emigração-diáspora tem também como um dos seus efeitos decapitar a família da figura do «homem da casa», motivo para se tornar um fenómeno gerador de duas deficiências existenciais em relação metonímica. Uma delas converte a mãe em «viúva de vivo» enquanto a outra sonega ao filho a possibilidade de realizar salutarmente o seu percurso edipiano. Daí portanto a duplicação lógica da função de reunião com o pai, por um lado de consequência da catástrofe e, por outro, de meio indispensável à «prova castrante» que lhe permitirá assumir-se merecedor do amor de Nuninha.

Tratando-se de um romance que define para a educação de Chiquinho um percurso de significação paradigmática, as três etapas que a compõem sucedem-se logicamente no plano da composição textual em partes designadas «Infância», «S. Vicente» e «As-Águas». Na primeira, intitulada em sentido etário, domina o espaço materno de S. Nicolau, na aldeia (Caleijão) e na Vila, correspondente à formação do imaginário infantil no quadro das tradições étnicas e à introdução no universo do saber racional do Seminário-Lyceu.

Em «S. Vicente» fecha-se a sequência de formação passiva na ciência liceal, enquanto se abre, em contacto com o grupo de jovens das restantes ilhas, a que processa a iniciação de Chiquinho no sentimento (mal assumido) do ser-indivíduo amoroso e na consciência (contraditória) de ser parte da realidade social urbana, destinado a cumprir uma missão. A vocação de escritor que se descobre, afinada pelo lirismo amoroso pessoal, tanto serve ao plano de intervenção social do grupo como, sobretudo, se abre a significações culturais que esboçam a tese do realismo necessário à representação genuína do crioulo.

Visto pelo ângulo das suas coordenadas estruturantes, à forma quase linear do eixo temporal da acção só convém de facto a arquitectura espacial binária que o texto postula para a circulação de Chiquinho, fechando-se

sobre si, por regresso ao mesmo, ao espaço originário do Caleijão. Ora o «regresso» ao mesmo (espaço) de Chiquinho dialectizado pelo tempo induz a qualidade, uma vez mais contraditória, de o um-o-mesmo também ser um-o-outro (do mesmo) medido pela diferença do seu novo saber, à luz do padrão representado pela avó (por mamãe-velha).



Se a primeira parte do texto, «Infância», compõe para o Chiquinho o modelo do que pode ser o imaginário de cultura étnica, rural, entretanto dialectizada pelo conhecimento escolar do Seminário-Lyceu, na segunda, «S. Vicente», exhibe-se o exercício do Poder exógeno (colonial) que define as regras do jogo social e económico do meio urbano. Pela maneira como reduz a acção e a «ciência-saber» de Andrezinho torna-se evidente a necessidade da «partida» final de Chiquinho em busca da «Informação competente», do «saber» que apetrecha o outro, a fim de no «regresso», mais tarde, poder converter a utopia em lugar tópico e a ucronia em tempo de actualidade.

Em «As-Águas» cabe ao poder endógeno, centrado na cultura oral dos mais velhos e, nas circunstâncias, cósmico, barrar o medíocre percurso, de viabilidade apenas aparente, de professor de posto que se abria a Chiquinho. Os humanos obstruem nele o autor que se revelou no espaço anterior de cultura urbana dominada pela escrita, enquanto o tempo-clima acaba por lhe reduzir a função docente, de difusor da escrita e do saber escolar, a um desemprego que o torna inútil.

Sentir cruelmente a falta dos «companheiros do Grémio» é um modo de exprimir essa solidão intelectual no espaço de S. Nicolau, onde o Seminário-Lyceu se havia apesar de tudo imposto como centro de irradiação cultural. Como o Autor dá em representação em Tio Joca e em Euclides Varanda, a cultura do Seminário-Lyceu assumira um papel humanista essencial, mas parece não ter conseguido condições para se impor como espaço de escrita. Ambos representam papéis de personagens falhadas por analfabetismo técnico, devido ao desemprego sócio-profissional das respec-

tivas competências aliás divergentes em alguns aspectos culturais e ideológicos de fundo.

Tio Joca ensina Vergílio a Chiquinho na sua visita à Praia Branca (Lopes, 1984: 51-52) e fala da história de Roma citando «Tito-Lívio» debaixo da embriaguês para esquecer a sua impotência contra a seca que se aproxima, comportando-se como um ser cultural intrínseco. Em «Nuninha Vai para a Escola» o Autor esclarece a sua constituição de «Ser» de competência básica, dotado de atributos de cultura universal, de destreza retórica e de domínio da linguagem, não marcada ideológica ou temporalmente e, portanto, válida em qualquer cultura¹.

Por seu lado, Euclides Varanda representa o tempo «Histórico»-cultural da «aceitação», sem condições de «Saber» próprio seu para exercer o trabalho de filtragem na comunicação entre culturas diferentes. Incumbiu-lhe o papel fundador da escrita no espaço ágrafo, e vale por essa função «iniciática» tanto ideológica-republicana como literária-romântica.

Entre Euclides Varanda e Chiquinho-personagem encontra-se instalado um intervalo de tempo ôntico e epistemológico de valor absolutamente essencial para o adequado entendimento de toda a ficção do Autor. No que respeita a Tio Joca, o seu caso é o significativo da originalidade do texto em termos literais, em ordem à origem impressa no sub-título que acompanha a primeira edição da obra como *Chiquinho – romance caboverdeano*.

Em rigor, a originalidade de *caboverdeano* ~ Tio Joca consiste neste fundo crioulo de humanismo universalista que, por uma parte, pertence ao ramo «novi-latino». Em maior rigor, a originalidade fundamental de *Chiquinho* integra a primeira parte do sintagma, *romance*, e parte do juízo de Chiquinho sobre a poesia que leu de Euclides Varanda. Interessando-o sinceramente a emoção religiosa dos alexandrinos fortemente influenciados por Herculano, é o julgamento de competência da alma crioula de Chiquinho que salva o velho e, sem o saber, se salva a si mesmo (Lopes, 1984: 229)².

¹ No sentido de «métissage culturel», como defende Léopold Sédar Senghor.

² Como na teoria dos conjuntos, em matemática, as relações que se estabelecem entre elementos próximos; cf. Badiou, 1982: 237.

O acto que associa o romantismo novecentista ao republicanismo histórico (*Id.*: 230) das primeiras décadas do século XX, gere uma síntese de tempos culturais abstractamente insólita que, contudo, este espaço torna congruente. E o que conjuga a religiosidade católica («Harpa do Crente») ao agnosticismo republicano histórico engendra outra síntese de substâncias humano-subjectivas que as personagens naturalizam.

Ou seja, o interesse sincero do crítico literário Chiquinho não se dirige ao poema imperfeito, de alexandrinos mal medidos (*Id.*: 229), mas ao sujeito de escrita original que, ao «adoptar» os textos do «outro», tanto ideológicos como literários, «adapta-os» primeiro à sua personalidade de indivíduo autóctone que produz para as «gerações jovens» (*Id.*: 235).

Ora, nos termos em que o Autor formula a questão, a originalidade de *Chiquinho*, e de Chiquinho, representa um momento de síntese verdadeiramente totalizadora. Parte de um contexto dominado pela oralidade (nha Rosa Calita, Mamãe-Velha, nhó Chic'Ana, todos os velhos, nas sessões nocturnas de «Água-do-Canal»). Toma por base instrumental a sua competência retórica e poética humanista e, considerando o trabalho oficial recebido por herança das gerações anteriores, que adoptaram os modelos exógenos, adapta o todo à realidade actual.

Assim ocorre em «S. Vicente» quando se descobre apaixonado. Chiquinho «lê» a sua «tortura deliciosa de estar querendo uma morena de cabelos anelados» (*Id.*: 129) numa linguagem de grande poder de fusão. Começa pelo discurso tradicional do seu mundo oral de Caleijão, recorrendo aos géneros maravilhoso cavalheiresco (*Id.*: 129) e mítico náutico (*Id.*: 131), e termina no contemporâneo da vida urbana mindelense de mornas e bailes (*Id.*: 130, 131).

Passando do texto lírico (discurso = fala) de auto-descoberta amorosa ao de inserção sociológica no grupo do «Grémio», o sujeito desloca-se da área de «textos» de referência oralizante para os de referência escrita. E é neste lugar que, como tivemos já oportunidade de ver, o Autor atribui pela primeira vez a Chiquinho a qualidade de autor. Fá-la depender explicitamente do exercício da escrita e, neste contexto, reaparece a referência a

Autores de obras literárias exógenos à sua cultura, significando assim a ausência de conterrâneos anteriores directamente legíveis.

A cultura humanista («Tio Joca») e estes cultores das letras de gerações anteriores («Euclides Varanda») fazem também parte da sua herança cultural, e são um pressuposto do «Saber» que não carece de explicitação. Igualmente dispensada de justificação encontra-se a «Formação» tradicional que participa na substância da sua alma.

Na prática social prevista pelos planos do «Grupo», a arte de Chiquinho não pode ser entendida pelo primo (*Id.*: 151) devido exactamente à originalidade da sua técnica dependente destes conteúdos humanos. Tendo de ser objectivo o seu realismo, e incidindo ele sobre a concretude empírica da vida comum, Chiquinho representa-a incluindo-se ele próprio nela. E, com ele, entra na forma e na substância do texto aquilo que Chiquinho é, como objecto vítima actual da crise económica e como sujeito humano cultural «autêntico», de acordo com as tradições da sua moldura cultural.

Os seus escritos literários são o lugar teórico e prático onde a «História» se estrutura como cultura literária. Participam na categoria dos textos que fazem a síntese entre os textos anteriores, orais, e os textos contemporâneos, escritos, para instituírem uma escrita original, igualmente «autêntica». Assim ocorre, com efeito, em alguns capítulos de «S. Vicente» já referidos, nomeadamente os incidentes sobre João Col (Cap. 13), Carnaval (Cap. 17), Parafuso (Cap. 16, 23) e Ribeira Bote (Cap. 24).

Contudo, e de acordo com o desenvolvimento que o Autor dá ao texto em «As-Águas», este tempo de escrita literária, viável em «S. Vicente», é ainda inadmissível no espaço de S. Nicolau onde vigora o texto oral³. Por um lado, são deficitárias as condições objectivas de escrita que não pode prescindir de um meio intelectual adequado. Mal inicia o estudo sociológico programado pelo «Grupo» (*Id.*: 259), a própria catástrofe reduz essa tarefa à impertinência (*Id.*: 269).

³ Na ordem do texto é o registo oral que vigora no Caleijão.

Por outro lado, e este segundo aspecto possui maior interesse cultural, a escrita funciona no espaço rural como um perigo ameaçador ou, no mínimo, como um inimigo a aniquilar. Não é essencial saber que «os homens direitos [...] [não] tomavam a sério» (*Id.*: 222) o papel «de maluco»⁴ assumido pelo Sr. Euclides Varanda. Essencial porém é que pagavam a garotos para rasgarem o cartão em que se anunciava como escritor.

O valor objectivo e diegético das acções é independente das intenções dos seus sujeitos e, neste contexto, como observa José Lima, elas têm por sujeitos homens dotados de poder de troça, que só vêem a chuva e as «bacas», e são destituídos de imaginação generosa (*Id.*: 223), ou seja, de competência para a literatura escrita. Destruindo o cartão que anuncia o velho como escritor reduzem-no à inexistência, do mesmo modo que os rapazes da idade de Chiquinho o menosprezam, duvidando dele, da sua personalidade e da sua arte, mesmo que a ignorem, admitindo a eventualidade de ser maluco por acompanhar o velho (*Id.*: 235).

É em função deste contexto de repressão da escrita que, em «As-Águas», Chiquinho reduz a sua actividade de autor a um cartão endereçado a Nuninha, anunciando-lhe o «*sentido diferente*» da sua vida actual. E, singularmente, é na altura em que a catástrofe da seca desorganiza a ordem do Calejão que surge de novo o Chiquinho autor.

Desintegrado da sua função oficial por fechamento da Escola (Cap. 13), nos Cap. 14, 17 e 18 retoma o estilo criativo, idêntico ao exercitado em «S. Vicente», como se a perda de poder da sua ordem desobstruísse os condicionismos postos à liberdade de escrita.

Notemos entretanto que a circunstância de, em «S. Vicente», Chiquinho se tomar por objecto do seu próprio discurso, primeiro no género lírico e, depois, na escrita sociológica do grupo do «Grémio», acentua o estatuto da autobiografia. A coincidência de sujeito entre o «eu» personagem e o «eu» narrador, que é também um autor em formação, faz aparecer a estrutura formal da «mise-en-abyme» a que já fizemos referência. Contudo, e de acordo

⁴ O atributo de «maluco» ligado a «intelectual» arrasta o descrédito da escrita.

com as restrições impostas pelo tempo cultural acabadas de referir, a respeito da repressão da escrita pela ordem oral de S. Nicolau, o efeito de «mise-en-abyme» fica perturbado quanto à orientação dos seus termos.

Por um lado, podemos encará-la em sentido comum. E, nesta ordem de leitura, a isotopia dominante tematiza o exterior do texto naquilo que o sujeito é, descobrindo-se Autor. Mas, por outro lado, e em sentido contrário, pertence à ordem dos factos objectivos a impossibilidade funcional da escrita no tempo da história. Uma vez que a diegese termina no momento da partida, é fora do espaço materno que ela tem lugar.

Nestas circunstâncias precisas, o efeito de «mise-en-abyme» desdobra-se e transforma-se em efeito de «mise-en-relief», permitindo que o sujeito se distribua por duas funções que tornam a sua imagem e o seu lugar completamente ambíguos. Em vez de ser o presente da enunciação que se precipita directamente para o interior do texto, transformando-se em conteúdo enunciado, gera-se o efeito inverso de auto-projecção do conteúdo para uma instância superior. O passado dos acontecimentos vividos demanda ser dito, num hoje constantemente renovado, e impõe-se no seu próprio modo de acontecer como forma e substância, à instância de enunciação.

Ora, esta segunda orientação não anula a primeira, de modo que elas funcionam como uma espécie de «jogo de espelhos», constituindo o lugar último onde o texto se define como originalidade. No primeiro sentido, o texto obedece à isotopia escritural, e institui o percurso de «Formação» de um sujeito que se faz autor, através de uma síntese que recupera a tradição oral na escrita. No segundo sentido, o texto obedece à isotopia representativa, e institui o percurso de «Formação» de um sujeito étnico, no ponto em que se inicia a transformação de dois tempos, um passado simbólico de orientação comunitária e um presente referencial individualizador.

Em conjunto, o «jogo de espelhos» liga «inelutavelmente» (Lopes, 1984: 219) os sujeitos dos dois planos de «dictum» e de «factum». O primeiro, orientado no sentido da «mise-en-abyme», explica a constituição individual da alma de crioulo, através do universo que (o) diz e que justifica a substância do seu «ser». E, o segundo, no sentido de «mise-en-relief», ostenta a dinâ-

mica sócio-cultural deste universo, identificado pelo sujeito que engendrou para o dizer e para ser nele. Referidos ao sintagma de sub-título, *romance caboverdeano*, o primeiro tem por função definir a originalidade do *romance* e, o segundo, de *caboverdeano*.

A singularidade desta questão decorre da fenomenologia histórico-cultural ligada à edição de *Chiquinho* que, na edição de 1961, omite aquele sub-título presente na de 1947. A «presença» e a «ausência» não entram no esquema de desvendamento e de ocultação (Dolto, 1981: 7-12). São simplesmente duas formas de presença numa situação que tem de específico o facto de a primeira ser inaugural. E torna-se necessário assinalar a sua função diferenciadora, por se tratar de uma circunstância especial que, por utilizar a língua portuguesa fora da área que lhe é específica, pode gerar a confusão quanto à origem e à autonomia do texto.

Na ocorrência, aponta simultaneamente para os dois termos do sintagma, considerando a diferença tanto da «forma romance» como da «substância caboverdeana». E, pertinentemente, o género «autobiográfico» presta-se ao tratamento da figura singularizante, pela via da «Formação». Nas condições de integração que, como vimos, correspondem à arquitectura do texto, a constituição da personagem é simultaneamente um acontecimento de identificação e de individualização.

Também nesta convergência reside um factor de originalidade do texto, mas com a ressalva de a considerarmos como um processo de elementos em inter-acção e não um estado de qualidades fixas. Situa-se deliberadamente na categoria de textos que podem colocar o problema do seu «género» e da sua «origem», essencialmente culturais e não de conteúdo.

Com efeito, uma vez repercutidos os itens «romance» e «caboverdeano» no conteúdo, as suas funções não são apelativas, destinadas a persuadirem o destinatário, mas poética e referencial para demonstrarem a sua genuína diferença. Chiquinho e todas as restantes personagens desempenham as funções de campos semânticos em busca da sua individualidade, no interior de uma identidade sincrética em rápida mutação.

Sendo específico das categorias «individualidade» e «identidade» a

tendência para a mútua neutralização, à data da segunda edição do texto, em 1961, já registam a sanção do tempo «Histórico»-cultural que, em 1947, ainda se colocava como problema no plano da estética da recepção. A inatenção da crítica relativamente à primeira edição, também oportunamente referida, veio confirmar a necessidade do sub-título, como cláusula de reserva pelo Autor, a fim de prevenir a ausência de espera em relação à literatura da área cabo-verdiana, à sua diferença, e ao romance que se identifica por essa mesma diferença.

Assim deslocada a questão para a fronteira do texto, situada no lugar em que entra em diálogo com os outros textos culturais, a sua originalidade pode ser observada em ordem ao trabalho textual que ele mobiliza. Consideramos em especial, e em primeiro lugar, o conjunto de pequenos textos que o Autor distribui ao longo do texto, por citação directa, a fim de obter novos efeitos complexificantes da significação geral do texto continente⁵.

Não sendo o mais elevado, o número de ocorrências que se registam em «Infância» obedece exactamente à progressão lógica da «Formação», mas não exclusivamente referida a Chiquinho. A primeira é constituída por dois versos de romanceiro, introduzido pela matriz de origem europeia (Lopes, 1984: 22), e a segunda consiste numa quadra de lexemas justapostos, originária da matriz africana, e atribuída a um negro escravo, provavelmente de origem mandinga (*Id.*: 37)⁶. Relacionam-se entre si e com o texto continente por funções de especialização muito nítidas. Enquanto o primeiro fornece uma unidade de sentido semanticamente explícita, de natureza literária, ao segundo fica reservada uma componente musical muito acentuada pelo ritmo.

Os restantes textos desta unidade textual compreendem três tipos que se distribuem segundo um nítido princípio de ordem. Primeiro surgem pequenos textos onomatopaicos (*Id.*: 45, 46, 99) utilizados pelos meninos

⁵ Por «texto continente» consideramos o texto dominante de todos os outros no processo de intertextualidade.

⁶ Devido à ocorrência dos lexemas «malé» e «samba» ligados à língua sudanesa mandinga e ao facto de «mandingado» aparecer no texto (Lopes, 1984: 87).

como «canções de trabalho», para espantarem os corvos nas sementeiras de milho. Depois inclui uma carta da América com a notícia da morte acidental do operário fabril (*Id.*: 103). O terceiro é novamente um texto onomatopaico, agora atribuído a um velho mendigo que paga as esmolas imitando o arrolhar dos pombos (*Id.*: 110).

Em conjunto, os cinco textos funcionam como documentos que balizam o processo diacrónico da história da cultura do Caleijão rural e oral. Uma vez definida a base sobre os dois primeiros de origem matricial, a linguagem «primitiva» e puramente instrumental da onomatopeia⁷ evolui para o estágio superior, mas incipiente, da epístola de emigrante. Esta possui a especial significação de representar a convergência da gramática da fala oral com a da escrita, numa síntese imperfeita com uma ortografia e uma sintaxe comandadas pelo registo vocálico.

Representa o estágio «Histórico»-cultural adequado aos velhos, num tempo em que a escrita se impõe à oralidade por motivos funcionais da vida económica. Sem nenhuma força condicionante exterior, é a própria necessidade subjectiva, ditada pela relação inter-humana, que cria a utilidade deste encontro de incidência na tecnologia da comunicação. O último destina-se a acentuar o sincretismo geral da situação, oferecendo um exemplo desfuncionalizante que transporta a linguagem para o domínio da actividade lúdica.

Na segunda unidade textual, onde se regista o maior número de textos, a sua significação liga-se aparentemente ao engendramento do efeito de verosimilhança que justifica a festividade humana, mau grado a situação de penúria económica. Contudo, na perspectiva da «Formação» de Chiquinho, esta abundância de fragmentos textuais, de poética étnica⁸ no género «morna» ou outra simplesmente lírica (*Id.*: 130, 134, 166, 173, 176, 178, 179, 183, 205, 212), conotam o estado amoroso de Chiquinho, ao mesmo tempo

⁷ A onomatopeia com o sentido instrumental é ainda, linguisticamente, uma forma primitiva, muito longe da qualidade «simbólica» da linguagem verbal.

⁸ Poesia «étnica» parece-nos uma designação mais adequada do que tradicional ou popular, designação que não convém à norma, alguma produzida por poetas de elevada qualidade intelectual.

que compõem o ambiente artístico, no estádio superior de plenitude cultural, favorável (ou necessário) à sua auto-descoberta de escritor.

Neste contexto artístico já ocupado pela poesia, torna-se lógico e necessário preencher o vazio da prosa. Chiquinho desempenha esse papel, devidamente motivado. Subjectivamente qualifica-o o amor e objectivamente, dispõe da informação recolhida durante os inquéritos e do «Saber» fazer retórica.

Com a sua função de centro de polarização diegética, *Chiquinho* é um texto que se compõe na unidade anterior, «Infância», identificado pela baliagem de textos que, em primeiro lugar, significam a «Formação» étnica da comunidade. Na unidade seguinte, «S. Vicente», é individualizado pela sua escrita fundadora que sincretiza a sucessão de etapas-textos da comunidade rural numa síntese posta ao serviço da ficção realista urbana.

Neste contexto se integra igualmente a carta da mãe para significar, ao lado da poesia artística, a prosa que também se afirma como «arte» pelo seu rigor de escrita. A sua função primeira é contudo de intenção pragmática e vigilante, indiciadora da «repressão»⁹ do meio agrícola sobre o literato Chiquinho. Como agora se compreende, tal «repressão» da oralidade sobre a escrita não é uma deliberação de má fé, mas manifesta-se por efeito lateral, exercida sobre uma actividade «gratuita» num meio de economia humana precária.

Enquanto os fragmentos intertextuais proliferam em «S. Vicente», em «As-Águas» têm de respeitar esta filosofia de escassez. São apenas quatro, e dois obedecem ao estilo de anúncio formal, breve, conotando exactamente o recúo do estatuto da literatura escrita no espaço de S. Nicolau. O primeiro refere-se ao próprio Chiquinho, para testemunhar a decisão pessoal de abdição do seu papel de sujeito amoroso e de escrita contemporânea (*Id.*: 213), genuinamente autóctone. O segundo regista o acontecimento referido aos «homens sérios» que anulam o prosador «antiquado» (*Id.*: 223), Euclides Varanda, destruindo (não reconhecendo) o escrito que o anuncia como escritor.

⁹ Empregamos o lexema «repressão» sem sentido ideológico.

Os dois restantes fragmentos textuais reforçam simplesmente esta redução da individualidade pessoal ao poder da identidade comunitária. Um refere uma quadra de Euclides Varanda inspirada em Tomás Ribeiro e, portanto, confinada à função de monumento cultural de relação exógena (*Id.*: 229). O outro tem o mesmo sentido monumental, mas no interior da cultura que se desenvolve por nacionalização da isotopia épica, no repertório do romancista de nha Rosa Calita. Tendo passado dos heróis carolíngios à crónica trágico-marítima dos camponeses marinheiros (avô de Chiquinho), prossegue na actualidade incluindo Chiquinho e todos os companheiros do «Grémio», «heróis» sacrificados no isolamento das Escolas espalhadas pelas ilhas (*Id.*: 261-262).

Como acabamos de ver, aceitar a «Integração» diegética na comunidade é concomitante do desaparecimento discursivo de fragmentos textuais. Tudo se passa conforme a exigência lógica do universo do Caleijão, com a projecção da sua economia do texto, reduzindo o aparecimento de fragmentos intertextuais. Nesta balizagem de percursos identificadores dos mundos rural e urbano, a individualização de Chiquinho encontra-se esgotada em «As-Águas» e deve submeter-se à lei do mais forte.

O último factor de originalidade do texto, capaz de subsumir os mais importantes elementos da estratégia de escrita do Autor, consiste na significação que podemos dar à mutação operada pela força catastrófica da seca e repercutida sobre a escrita, como acima referimos. No grupo de sequências «A.1 ==> A.2 ==> B.1», Chiquinho regride por auto-limitação para fazer sua «Integração» na comunidade. Na sequência final, «B.2», desloca-se a correlação de forças, e Chiquinho passa a ocupar o lugar do mais forte. O mais importante nesta ocorrência de regresso à escrita consiste no sentido da sua utilização. Retomando a anterior função de repórter (Cap. 14), Chiquinho utiliza-a como um ficcionista que faz a «crónica» (Cap. 13) dos acontecimentos catastróficos.

Voltamos assim, e uma vez mais, ao efeito de «jogo de espelhos», mas agora conhecendo as suas motivações. E, como se torna evidente a partir da assunção final da escrita por Chiquinho, a figura poética insólita da «mise-

-en-relief» ocupa um lugar lógico-temporal anterior. Encontrando-se o Caleijão ameaçado pelo risco de desaparecimento, é necessário que faça a sua «crónica», a fim de a salvar da morte e de preservar a sua identidade de universo humano produtor de cultura.

Chiquinho compromete a sua escrita nesta função que transforma em «História» a geração dos velhos responsáveis pela sua «Formação». E, ao fazê-lo, dá origem à figura poética da «mise-en-abyme» que o revela autor, sujeito individual de escrita que manipula a linguagem do signo referencial sobre os escombros da linguagem simbólica anterior. Retomamos, portanto, a figura Autorial de «leitura-escrita» responsável pelo ideograma do texto.

Recobrando a leitura que fizemos a propósito de Chiquinho em processo de revelação autorial, o ideograma desenvolve-se agora no limite em que a linguagem procura organizar-se como discurso do texto. E a sua figura única é constituída pelo aprisionamento da oralidade na escrita, não para a destruir, mas para a resgatar e incluir no processo cultural, exactamente do mesmo modo que ele, sujeito-Autor de escrita, possui uma alma de menino feita de oralidade.

No plano das estruturas de composição do texto, a lógica do discurso oral encontra-se presente na imposição do tempo-cronologia à diegese, em prejuízo da lógica causal. Com a sua ordenação fortemente motivada pelo desenvolvimento de eixos semânticos, as sequências que a cronologia encadeia obedecem rigorosamente à lógica associacionista da fala oral, de que é exemplo paradigmático o Cap. 24 de «Infância».

A partir do tema-motivo da alma de António Carrinho todo o longo enunciado se expande por despiste de eixos semânticos subsumidos pelas regras da analogia, do contraste e da contiguidade. Começando pelo motivo que os juntou, os velhos deixam-se levar pelo a-propósito de histórias que se desencadeiam umas nas outras, esquecendo-se do início até que um motivo exterior os faça regressar ao ponto de partida.

E este processo em que assenta o encadeamento das suas falas é também o que rege a memória do sujeito Autor de enunciação que, no «incipit» textual, diz «Como quem ouve [...], recordo» (*Id.*: 11). Por efeito do «jogo de

espelhos» submete a lógica de todo o texto, mesmo nos momentos em que a diegese mais depende de factos objectivos, à construção associativa sobre um longo «a propósito» em que tudo faz eco a tudo. Faz alterar os temas, encaixa-os uns nos outros à medida que manipula as unidades-histórias que os encerram, actualizando o próprio dispositivo usado pelos velhos do Caleijão que representa.

Mas, se neste plano o Autor guarda parte das estruturas da ordem simbólica anterior, a do signo contemporâneo encontra-se presente sob dois modos fundamentais. Um deles respeita à espacialização dos conteúdos ao longo da cadeia do enunciado, e encontra em Chiquinho personagem a sua configuração plena, sob a forma de ambiguidade em sucessiva transformação substancial.

Anotando apenas algumas realizações típicas, podemos referir, em «Infância», no plano ético, a admiração pelo rebelde Chico Zepa e, ao mesmo tempo, a submissão aos mais velhos. Em «S. Vicente», no plano ético e estético, a predicação amorosa pela modernista Nuninha e a qualificação figurada em motivos do discurso tradicional. E, em «As-Águas», no plano ético-ideológico, o ressentimento expresso contra os «gravatas» e a afeição que o liga a eles.

O segundo nível em que consideramos a originalidade do texto, estruturada como ideograma, corresponde ao plano da linguagem, tanto nas falas atribuídas às personagens como na enunciação de Autor que se institui como norma textual. Em termos gerais, o Autor elabora uma síntese linguística que inscreve a língua cabo-verdiana, falada, no registo escrito da língua portuguesa, cabo-verdianizando-a¹⁰.

Não se trata obviamente de uma síntese obtida por duas entradas linguísticas do mesmo nível gramatical. No essencial, o fenómeno consiste em «adoptar» a língua portuguesa, mas «adaptada» de modo a poder configurar os diferentes registos que compõem a personalidade do universo cabo-verdiano representado.

¹⁰ A «síntese linguística» em questão não pode ser desligada da formação do próprio Autor, da sua arte retórica-humanista do Seminário-Lyceu de S. Nicolau e da sua promoção de mestre filólogo, incompatível com qualquer espécie de «'carnaval' linguístico» (Cf. Vieira, 1987: 7).

Na sua realidade textual ela prolonga e completa a ordem formal ambígua que temos vindo a explicitar, e destina-se a elevar o «ser» identificado, cabo-verdiano, ao estatuto de sujeito individualizado, condição essencial do estatuto de sujeito «Histórico». No caso de *Chiquinho* a individualização é «Histórico»-cultural, e consiste em fundar, sobre a base anterior de referência oral, regida pela criação anónima, a categoria de Autor tributada de direitos e de nome-assinatura ¹¹.

¹¹ A literatura escrita é verdadeiramente responsável pelo conceito de «direito jurídico de Autor» por retirar a obra do anonimato, «manducador», como é uso ser referido pelos críticos africanos.

Alberto Carvalho é professor auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Doutorado em Literaturas Africanas com a tese *A ficção de Baltasar Lopes. Contributo para a originalidade da literatura cabo-verdiana* (1988), é também autor de «*Viagens na minha terra*» de Almeida Garrett (1979).

Referências bibliográficas

LOPES, Baltasar (1984) – *Chiquinho*, 5.ª ed., Linda-a-Velha, ALAC.

BADIOU, Alain (1982) – *Théorie du sujet*, Paris, Seuil.

DOLTO, Françoise (1981) – «A propos de la fonction symbolique des mots», in *Au jeu du désir*, Paris, Seuil.

VIEIRA, Arménio (1987) – «Prefácio», in Baltasar Lopes – *Os trabalhos e os dias*, Linda-a-Velha, ALAC.

Ficção angolana pós-75: processos e caminhos

[...] tradição e ruptura se espelham reciprocamente e a dialética dos dois termos esclarece a quantos andamos nessa grande esquina que é a história de nosso tempo.

(Gerd Bornheim)

Desde há muito temos insistido na eficácia simbólica de dois espaços que com frequência servem de base para a cenarização de contos, novelas e/ou romances angolanos. Trata-se, de um lado, de Luanda, sem sombra de dúvida o *locus* privilegiado da ficção contemporânea; e não só. Os textos revelam prazer especial em exaltar seu fascínio, no deliberado empenho de recuperá-la mitopoeticamente. Ao lado desse primeiro lugar «assinalado», aparece um outro, se não de forma tão reiterada, com certeza igualmente densa. Trata-se de Lunda, sempre representada como um espaço de resistência onde os modos de vida autojustificativos dos povos de origem resistiram pelos séculos, o que justifica o fato de ser a região uma das mais importantes no extenso e diverso panorama cultural de Angola.

A partir de tais considerações, podemos reafirmar que Lunda e Luanda não se auto-representam apenas, mas se fazem metáforas da existência de duas Angolas. A cidade à beira-mar plantada é o espaço por excelência onde se condensaram os sinais da presença do colonizador branco e sua forma ocidental de demarcação urbana. Já o berço de Lueji significa uma forma de condensação imagística de outras realidades territoriais angolanas onde, ao invés de marcas brancas, avultaram senzalas e quimbos, como negros sinais.

Essas duas Angolas, conforme a história nos mostra, continuam, mesmo depois da independência, dentro e fora do texto literário, a excluir-se ou, pelo menos, a defrontar-se, como avalia Aníbal, personagem de *A Geração da Utopia*, último romance de Pepetela,

Há duas Angolas, elas se defrontaram. Duas Angolas provenientes dessa cisão da elite, a urbana e a tradicional. [...] Felizmente nesta guerra houve um empate, nenhuma destruiu a outra. Mas continua a haver duas Angolas. Temos de tapar esse fosso, voltar a criar as pontes (Pepetela, 1992: 306).

Em certa medida, a ficção contemporânea, em seu empenho ideológico de contribuir para a construção da nacionalidade, por diversos processos e caminhos, busca definir os limites do que significa uma fala literária própria. Nesse sentido, acirra-se o desejo de recuperar tudo aquilo que é percebido pelo imaginário como representativo de um passado local onde se fincam as profundas raízes de uma identidade nacional que, sabemos, está ainda em processo de formação, dada a diversidade étnica existente.

Esse mergulho em busca da raiz, sem qualquer traço de nostalgia, perpassa produções narrativas surgidas contemporaneamente em Angola, ou mesmo fora dela, como se dá com *Patriotas* de Sousa Jamba, romance originalmente publicado em inglês. Tais textos empenham-se em construir pontes entre as duas Angolas ou estabelecer um traço de união entre ambas, não importando a facção ideológica a que o escritor pertença. Sabe-se que o sonho de unificação absoluta está ainda distante, mas a ficção se empenha em fixar os contornos da face nacional, empreendimento difícil já que a visão histórica do colonizador foi o elemento responsável pela tentativa de redução da policromia cultural de origem em monocromia, rasurando-se o diverso e implantando-se a falsa premissa de uma unidade territorial e política controlada pela metrópole ou, se quisermos, pelo Ocidente. Podemos aqui lembrar o que Edward W. Said nos diz sobre como se efetivou o domínio desse mesmo Ocidente que dispunha de uma espécie de «arquivo» a lhe facilitar o trabalho de achatamento das diferenças: «O que unificava o

arquivo era uma família de idéias e um conjunto de valores que se tinha provado efetivo de vários modos» (Said, 1990: 52).

O intelectual deste fim de século, ao perseguir a diferença e insistir na policromia, não pretende regressar às origens; impossível retorno. Pertencendo à esfera urbana, reconhece a distância existente entre ele e o outro que, nos longínquos quimbos e senzalas, vive ainda muito perto do legado da tradição ancestral. Manuel Rui se faz um dos arautos desse saber, ao mostrar os laços de cumplicidade existentes entre ele e o nômade tribal, embora todo o fosso que parece separá-los: «Nem eu nem o nómada pensamos em regressar ao antes de. Tudo para nós é depois, a partir de agora. E nem sequer é redescoberta, mas sim afirmação transformadora» (Rui, 1979: 543).



Há, pois, o lugar do letrado e o do não-letrado, mas o poeta não os percebe como excludentes. Dito de outro modo: o eixo da tradição ancestral e o da transformação se entrecruzam. Como em jogos de espelhos, um traz em si a imagem do outro, multiplicada. Desse modo, não obstante toda a força mítica das raízes, fincadas no solo do «antes de», não se quer perder a consciência do presente, percebido como uma pulsão transformadora. Daí o poeta dizer: «Eu, letrado, transformo-me quando me falo e escrevo em parte oraturizado» (*Idem*).

Nesse feixe de falas e tempos, precisa-se recortar a questão da língua de expressão dos textos literários, o português, por sua vez também um legado da cultura transplantada, parte do arquivo ou biblioteca de que fala W. Said. Tal língua é, ao lado das nacionais, uma das formas através de que «reconstituem-se passados, imaginam-se solidariedades, sonham-se futuros», como bem sintetiza Benedict Anderson (1989: 68). Não é gratuita, pois, a cena, ainda em *A Geração da Utopia*, em que a personagem Elias, ao se atribuir o título de bispo, assim se explica: «Tinha de ser um título em língua de todos, portanto em português» (Pepetela, 1992: 284). Continuando a seguir a trilha aberta por Anderson, verificamos que, ao lado das línguas de origem, levanta-se essa outra força, o português, também ela um dos pilares onde se

sustenta a comunidade imaginada que é aquela nação africana, sendo uma das línguas que liga afetivamente muitos angolanos a seus mortos.

Não se trata de deixar as culturas autóctones em segundo plano, pois elas souberam resistir à tentativa de achatamento e, hibernando embora, como afirmou Amílcar Cabral, permaneceram vivas. A resultante histórica desse entrecruzamento ou do diálogo entre o próprio e o alheio se pode definir ainda, recorrendo-se uma vez mais a Manuel Rui, no mesmo texto:

Ser pátria assim, multilinguística e multicultural, é ser-se mais rico para a criatividade [...] Numa pátria assim, sempre o real se decifra por ângulos cada vez mais diferentes e a própria criação é a multicriatividade, pelo que é essencial: o homem (Rui, 1979: 543).

Recuperando, nas malhas do texto escrito, a fala ancestral que nas rodas, à volta das fogueiras, contava estórias, sempre formas de dizer a História, o produtor artístico contribui para o renascimento simbólico da identidade, soterrada, mas viva. Enlaça-se, como quer boa parte da crítica, nessa recuperação, o ético ao estético e dessa forma reafirma-se a angolidade na força de sua diferença, sempre um múltiplo. Tenta-se reescrever a frase histórica, por tantos séculos apagada: o *eu*, ou seja, o familiar, volta a ser o grande sujeito cultural (cultura autóctone), enquanto o *ele* passa a ser efetivamente o outro da cultura transplantada, rotomando ainda W. Said ou mesmo lembrando Todorov.

Muitos são os procedimentos possíveis para se chegar a essa resultante multicriativa. Dentre eles destacamos o gozo com que a letra abraça a voz, organizando-se uma festa cosmogonicamente ritualista que se manifesta por uma fala híbrida, quase cerimônia de iniciação. Para dizer de tal festa na qual a tradição e a transformação ocupam a cena, convocam-se aqui dois ficcionistas da prosa contemporânea que parecem apontar duas soluções estéticas e ideológicas distintas para se obter um mesmo resultado cultural: Boaventura Cardoso e Pepetela.

Desde a sua primeira obra, a coletânea de contos *Dizanga Dia Muenhu* (1977), Boaventura radicaliza sua postura estética, deixando clara a direção

de seu olhar e o lugar de onde fala. Neste, como no segundo livro, também de contos, *O Fogo da Fala* (1980), há um claro acumpliciamento com o homem do povo angolano, sujeito privilegiado das ações narrativas, situadas, sobretudo, na cidade de Luanda, e mais precisamente ainda, nos musseques ou outros bairros populares que nela existem. A cada novo texto aprofunda-se o sentido daquilo que já nomeamos de festa da palavra marginal, com o sujeito da enunciação atizando as chamas da fogueira de sua cultura autóctone. Isso explica por que o fogo se vai tornando um elemento mais e mais significativo na produção textual do ficcionista. Assim, o elemento ígneo se faz presença obsessiva na terceira coletânea *A Morte do Velho Kipacaça* (1987) até se transformar na principal força representativa do romance *O Signo do Fogo* (1992).

O conjunto da obra de Boaventura deixa claro que ele tem plena consciência da força africanamente mágica da palavra, sempre um mais além de si mesma. A palavra artística é, em sua percepção criadora, fogo que alimenta a forja dessa mesma criação. Nesta forja – e a imagem recorrente do ferreiro no romance se faz elemento metafórico basilar – se delineia um novo referente e a cultura européia se dobra, qual ferro em brasa, à cultura de origem que a cada passo parece querer devorá-la. Vale notar, em *O Signo do Fogo*, a atomização dos mitos do Ocidente, transformados em algo profundamente africano. Assim, a mitologia grega é convocada para que se invertam os valores dos sinais. O fogo é trazido da ilha de Delfos, mas o ferreiro ou o forjador não se permite apenas ler como Hefestos. Maior que ele é Xangô ou Shango, com seu machado de duplo gume e o olhar que tudo vê. Todo o passado do saber clássico universal encontra lugar no romance, mas se desmobiliza, transportando-se, como o fogo, para um outro lugar, «ex-cêntrico», dito e redito como apenas angolano. Repensam-se as margens e o processo de incorporação se dá pelos caminhos do esfacelamento e da «outridade». Repetindo com Linda Hutcheon:

O movimento no sentido de repensar as margens e as fronteiras é nitidamente um afastamento em relação à centralização juntamente com seus conceitos associados de origem, unidade e monumentalidade que atuam no sentido de vincular o conceito de centro aos conceitos de eterno e uni-

versal. O local, o regional e o não-totalizante são reafirmados à medida que o centro vai se tornando uma ficção – necessária, desejada, mas apesar disso uma ficção (Hutcheon, 1991: 85).

Nesse processo de reapropriação, Boaventura busca a fecundação da terra pelo fogo, não apenas das armas físicas como parece também deixar claro nesse e em outros textos, mas, acima de tudo, recuperando a própria identidade do angolano, sujeito de um destino histórico que lhe fora negado por séculos. Ele quer mostrar – tanto no quimbo onde assistimos ao komba alegre e dançante do Velho Kipacaça, quanto nas ruas de Luanda onde a brasa vermelha do amor de Tutuxa incendeia e quase mata – a eficácia simbólica dos mitos de origem, sempre colocados em uma margem vazia pela visão redutora do eurocentrismo, incapaz de destrinçar-lhes os segredos, como se dá na visão final do conto «A Morte do Velho Kipacaça», que empresta nome à coletânea:

Inesperadamente, surge fogueira grande se alastrando. [...] Água! Aguué! Água! Aguué! – o grito, gritante. [...] Vem vindo galopante: a fogueira. Eh! No crepitante das chamas tem grunhidos de animais. Vem vindo galopante, fogosa: a fogueira (Cardoso, 1987: 93-94).

A roda do komba de Kipacaça e o malho do ferreiro, mesmo que neles reconheçamos o laivo da utopia, buscam reafirmar a força mítica e multicriadora do que o desejo artístico percebe como sendo capaz de plasmar a nação, como uma «comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana», de acordo com Anderson (1989: 14). Noutras palavras: a roda e o malho dizem de Angola na força de sua diferença, daí porque o narrador de *O Signo do Fogo* a cada passo reitera: «No fogo estava a solução. O ferreiro ergue o braço musculado e malha no ferro em brasa» (Cardoso, 1992: 97).

Como o artista que, munido de seu instrumental de trabalho, na folha branca do papel, «malha no ferro em brasa» de sua própria criação transformadora, queimando-se com ela, para ver renascido o sentido histórico de

sua própria alteridade. Mesmo tomando várias formas, o ferro jamais deixa de ser ele mesmo, matéria prima que se faz maleável, desde que submetida ao fogo transformador. Boaventura, no acumplicamento com o destino histórico de seu povo, acredita, e por isso repete muitas vezes, que «Amanhã o fogo fecundará esta terra» (*Idem*: 105). Poderíamos tentar completar: fecundada, tal terra parirá seus novos filhos, sempre outros em relação à experiência histórica anterior.

Quanto à obra de Pepetela, bastante vasta e diversificada, nos ateremos apenas àquela em que o ficcionista reflete sobre o projeto de criação da nacionalidade, mormente por um diálogo mais fecundo entre a ficção e a história. Tal projeto é percebido pelo imaginário do escritor como algo que só pode ser atingido, em um primeiro momento, pela revolução e, no pós-independência, pela interação das duas Angolas, a urbana e a tradicional, no sentido da citação atrás recuperada. Desde *Mayombe* (1980) percebe-se a tentativa do autor de, partindo da realidade fragmentada, estabelecer as bases de um projeto de nacionalidade, repetimos, que necessariamente teria de passar pela diferença, marca elementar dos fios formadores do vasto tapete da identidade angolana, sempre um múltiplo. Mas será talvez em três romances em particular que esse diálogo entre a ficção e a história se faz mais denso e/ou tenso, com o produtor artístico aprofundando o mergulho na alteridade, sem nunca perder de vista o universal: *Yaka* (1983), *Lueji* (1988) e *A Geração da Utopia*.

As ações de *Yaka* são precedidas de uma «Nota prévia» assinada pelo «Autor». Ali, os laços entre ficção e história se estabelecem, quando, falando sobre «o círculo yaka» o enunciador o considera «apenas uma idéia errante, cazumbi antecipado da nacionalidade», embora alerte também para o fato de que o núcleo da obra será uma «estátua», «pura ficção», portanto (Pepetela, 1984: 6). De uma forma ou de outra, transformando a estátua em elemento de permanência que une os diversos momentos da narrativa, a se estender de 1890 a 1975, sempre em forma de fragmentos – «A boca» (1890/1904); «Os olhos» (1917); «O coração» (1940/41); «O sexo» (1961) e «As pernas» (1975) –, o narrador procura estabelecer uma relação entre pas-

sado, presente e futuro, apresentados dialética e dinamicamente. Todo o movimento do texto se faz no sentido de desvendar o enigma da estátua, enigma este sempre a perseguir a personagem Alexandre Semedo, grande costurador dos tempos que se sucedem no romance.

A exemplo do que fizera anteriormente com a máscara em *Muana Puó* (1969), também com a estátua Pepetela tenta dar forma a um «sonho real que todos procuram. Procura que cria vida» (Pepetela, 1978: 170). Para isso, representa-a como símbolo falante e organizador, ao transformá-la em um dos contadores da estória dos Semedo. A sua voz se entrelaça com a de Alexandre e à do narrador onisciente, mostrando, nessa ruptura caleidoscópica do ponto de vista, a impossibilidade de pensar-se a estória, duplo da História, fora da perspectiva dialética.

Vale notar que só o bisneto de Alexandre, Joel, ao optar pela ação revolucionária, se torna capaz de desvendar o enigma de Yaka, cuja decifração o bisavô, branco comerciante de Benguela, tanto perseguira, sem conseguir. Nesse momento de revelação, mostra-se todo o nível de denúncia que marca a obra, pois a estátua passa a ser a síntese do desprezo que o negro escultor devotava ao branco senhor da dominação. Diz Joel:

– A estátua representa um colono, avô. Repare bem. É o que o escultor pensava dos colonos. Ridicularizados. Veja o nariz. Burros e ambiciosos (Pepetela, 1984: 294).

Enigma desvendado, a estátua readquire a função utilitária, como se dá com o objeto artístico nas comunidades tradicionais. Isso explica por que será a sua voz que fechará o contado, deixando-se ouvir plenamente no epílogo, encerrado em forma de pergunta que, para ser respondida, pedirá outra estória, em um colar sem fim:

Posso então me desequilibrar do soco e ficar em cacos pelo chão, a boca para um lado, os olhos pelo mar, o coração embaixo da terra, o sexo para o Norte e as pernas para o Sul? Ou será melhor aguardar ainda? (*Idem*: 302).

Processo semelhante será retomado em *A Geração da Utopia*, não com

uma pergunta final, mas com um laivo de triste ironia, resultante da plena consciência de que será difícil, pelas vias abertas na própria obra, atingir o estádio daquela «Procura que cria vida», anunciada em *Muana Puó*. Daí a constatação final do narrador, alertando para a morte da utopia: «Como é óbvio, não pode existir epílogo nem ponto final para uma estória que começa por portanto» (Pepetela, 1992: 316).

O fecho de *Lueji*, também com uma pergunta, é bastante distinto dos outros dois. Tal pergunta dimensiona a humanidade da mítica figura de Lueji, a criadora do império lunda e uma das personagens-núcleo do narrado, juntamente com a bailarina Lu que a representa no palco, em forma de dança. Diz o texto, encerrando sua fala:

Lueji criou o Império e criou as condições da sua destruição. Só podia ser assim. Porquê culpá-la da sua humanidade? (Pepetela, 1989: 483).

No fundo dessa cena, talvez, ecos da recente história de Angola na qual *A Geração* mergulha tão fundo.

No romance *Lueji*, o diálogo entre tradição e transformação atinge um ponto culminante no espaço da contemporaneidade ficcional angolana. Não é gratuito o fato de os dois territórios simbólicos, Luanda e Lunda, serem a base da cenarização narrativa do texto, cujas ações se passam em dois grandes núcleos temporais: em um passado mais remoto onde se inscreveu o mito da formação do império lunda, criado pela rainha Lueji, e em um futuro – com relação ao momento da enunciação – às vésperas do ano 2000, quando uma segunda Lueji, bailarina, vai representar, em Luanda, a história feita estória dançada da primeira. Nesse processo de recuperação, o fundamento é a busca do original, mas sem qualquer traço de xenofobia, e a pista final nos é fornecida pelo narrador, quando diz nascer do encontro entre tradição e transformação,

[...] um género próprio, nacional, indo buscar temas e passos à tradição dos camponeses, misturando por vezes as culturas de origem, e estilizando com recurso ao que de mais avançado se fazia no Mundo (Pepetela, 1989: 170).

Dá-se, assim, nesse novo projeto, o enlace entre o próprio e o alheio, síntese percebida como a forma de se poder construir uma nação que seja plenamente angolana. A tradição e a transformação acasalam-se no balé de Lu que dança Lueji, daí o romance dizer, deslocando para a música o que se pode afirmar para o presente histórico vivido pela jovem nação angolana:

[...] essa música que nos aponta a possibilidade de futuro, porque renasce dum passado livre, embora também servil, como tudo que existe neste Mundo no qual afinal nos inscrevemos por direito próprio, o direito de sermos nós, redescobertos, maravilhados com a nossa existência de sempre, orgulhosos por sermos diferentes e tão iguais aos outros (*Idem*: 471).

Diferença, redescoberta, alteridade, igualdade, orgulho. Eis alguns substantivos que emergem quando se lê, não apenas essa passagem do romance *Lueji* de Pepetela, mas a ficção angolana pós-75 em seu conjunto e em seu afã de encontrar processos e caminhos pelos quais se exaltem, ao mesmo tempo, a exata dimensão da magia de sua diferença e a força do seu profundo universalismo.

Laura Cavalcante Padilha é professora adjunta da Universidade Federal Fluminense; Coordenadora de Pós-Graduação em Letras e Directora do Núcleo de Estudos Brasil-África da mesma Universidade. É autora de vários artigos sobre Literatura Portuguesa e Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e do livro *O Espaço do Desejo: uma leitura de «A Ilustre Casa de Ramires» de Eça de Queirós* (1989).

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict (1989) – *Nação e Consciência Nacional*, São Paulo, Ática.
- BORNHEIM, Gerd (1987) – «O conceito de tradição», in *Bornheim et alii – Tradição/Contradição*, Rio de Janeiro, Zahar, pp. 13-29.
- CABRAL, Amílcar – «Resistência cultural», in *Textos Africanos de Expressão Portuguesa* (v. 1), Luanda, Ministério da Educação, s/d, pp. 137-141.
- CARDOSO, Boaventura (1980) – *O Fogo da Fala*, Lisboa, Edições 70.
- CARDOSO, Boaventura (1982) – *Dizanga dia Muenhu*, São Paulo, Ática.
- CARDOSO, Boaventura (1987) – *A Morte do Velho Kipacaça*, Lisboa, Edições 70.
- CARDOSO, Boaventura (1992) – *O Signo do Fogo*, Porto, Asa.
- HUTCHEON, Linda (1991) – *Poética do Pós-modernismo*, Rio de Janeiro, Imago.
- JAMBA, Sousa (1991) – *Patriotas*, Lisboa, Cotovia.
- PADILHA, Laura (1987) – «Lunda e Luanda», in *Angolê, Artes e Letras*, Lisboa, II, 5: 10.
- PADILHA, Laura (1992) – «A vez e a voz da margem», in *Boletim do SEPESP* (v. 4), Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 11-19.
- PADILHA, Laura (1993) – «Faca amolada (tradição e ruptura em Boaventura Cardoso)», in *Anais do XIII Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro/Calouste Gulbenkian/José Bonifácio, pp. 316-320.
- PEPETELA (PESTANA, Artur) (1978) – *Muana Puó*, Lisboa/Luanda, Edições 70/UEA.
- PEPETELA (PESTANA, Artur) (1980) – *Mayombe*, Lisboa/Luanda, Edições 70/UEA.
- PEPETELA (PESTANA, Artur) (1984) – *Yaka*, São Paulo, Ática.
- PEPETELA (PESTANA, Artur) (1989) – *Lueji (O nascimento dum império)*, Porto, ASA/UEA.
- PEPETELA (PESTANA, Artur) (1992) – *A Geração da Utopia*, Lisboa, Dom Quixote.

Discursos

RUI, Manuel (1979) – «Entre mim e o nómada – a flor», in *África*, Lisboa, I, 5: 541-543.

SAID, Edward W. (1990) – *Orientalismo*, São Paulo, Companhia das Letras.

TODOROV, Tzvetan (1989) – *Nous et les Autres*, Paris, Seuil.

Literatura angolana: imagens da resistência feminina na prosa de ficção

[...] o grande pensador político A. I. Herzen já afirmava, em meados do século XIX, a importância que teria uma *história do riso* para a compreensão adequada dos fatos da cultura ...

(Boris Shnaiderman, «Paródia e mundo do riso»)

Este texto pretende reunir reflexões acerca de um elenco mínimo de textos, postos em confronto. Ou seja, objetivou realizar um exercício de comparação, reduzido ao número mais restrito de obras que essa natureza exige. Foram escolhidas, então, para isso, duas obras de ficção, *Nga Mutúri*, de Alfredo Troni, e a «Estória da galinha e do ovo», de José Luandino Vieira. Tendo sido anteriormente examinadas, cada uma por si, chamaram ao desafio de serem cotejadas na medida em que seus índices de analogia relevavam os outros, de diferença, adequados a desenvolver o tema em questão.

Quanto aos estudos de elenco de textos, por mínimo que o conjunto seja, consumam-se sempre numa forma programada de intervir na recepção por re-direcionar a atividade do leitor, possibilitando modificar o horizonte de expectativas (da qual trata Jauss) que a leitura unitária lhe teria originado.

Vários poderiam ser os critérios de seleção de obras para esse fim: fama, perfeição artística, função ideológica, ou até utilidade pedagógica, entre outros.

No caso, a decisão foi ditada pela conveniência de melhor entender o processo de evolução de uma literatura, ainda pouco estudada pelo quanto

merece, uma conveniência caudatária do sentimento de apreço ao manifesto sentimento nacional dos angolanos e a necessidade, adiada, de sua cultura erigir os próprios cânones e autoridades que melhor a pudessem representar.

A escolha recaiu, então, sobre obras insertas em períodos literários distintos.

Northrop Frye dissera que os períodos – assim como os gêneros ou outras categorias como tal – foram marcos conceptuais, **dentro** ou **desde** os quais o leitor ou o crítico percebem os dados básicos observáveis. Mas, tratando-se de períodos de literatura, não só os marcos conceptuais mudam, como a própria determinação dos elementos básicos depende das noções que os formam, pois o horizonte de expectativas a que já se fez menção, intervém na leitura de uma obra e é por ela alterado no tempo, em um movimento constante de ação e reação. E, por outro lado, a experiência da unidade, de qualquer marco conceptual ou da totalidade de marcos conhecidos em certo momento, é sucedida pela percepção da diferença, a qual por sua vez contribui para o processo, atualizando ou até questionando nossa visão unitária do nível.

Assim, estas obras sintomáticas de períodos re-visitados, não só facultam a percepção da diferença pela perspectiva do nosso «aqui», «agora», como, retiradas do isolamento de seu ciclo, convergem para um contexto novo gerado do confronto entre elas que assim se procura e quer explicitar.

Conforme o título deste artigo já sugere, aqui se trata de obras escritas na época colonial, isto é, antes da emancipação política de Angola.

A tomar por base um critério de periodização largo e prático, com duas instâncias-mestras, poder-se-ia registrar *Nga Mutúri* (1882) na primeira delas, ou seja, numa instância embrionária que vai até meados do século actual, e a outra, a «Estória da galinha e do ovo» (de *Luuanda*, 1964), na segunda delas, isto é, naquela em que a Literatura Angolana ingressaria em sua fase decisiva de expansão.

Embora, assim, desemparelhadas, do ponto de vista de ciclos literários, as duas obras contribuem, cada qual a seu modo e no âmbito de seus respectivos limites de construção literária, para a edificação da Literatura Ango-

ana, a partir de escritores/pensadores paralelamente construtores de um novo poder político que num tempo futuro haveria de triunfar.

Assim terá sido com Alfredo Troni, de *Nga Mutúri*, e o foi com José Luandino Vieira, da «Estória da galinha e do ovo».

Troni que dirigiu periódicos, destacando-se na prática do jornalismo luandense, ocupou também importantes cargos públicos na África então portuguesa e, segundo reafirma Carlos Ervedosa, haveria aí «adquirido larga notoriedade, pelos seus sentimentos humanitários combatendo a escravatura e defendendo os indígenas» e como «autor dos regulamentos da lei que declarou definitivamente extinto o estado de escravidão». Eleito deputado por Angola, em 1878, conforme refere o mesmo Ervedosa, «por uma extraordinária maioria dos votantes», porque «personagem política de pouco agrado do governo» teve anulada sua eleição. Ao ser, pela mesma razão, transferido para Lourenço Marques, demitiu-se imediatamente de suas funções e, montando banca de advogado, fixou residência em Luanda onde morreu em 1904.

Pelos impulsos de outra conjuntura, Luandino, de naturalidade portuguesa como Troni, também assinalou sua biografia pela concomitante militância de escritor e político insubmisso, com uma conhecida larga folha de registros na vida pública angolana. De ajudante de mecânico a diretor de empresa, trabalhador na barragem de Cambambe, transitou para as práticas culturais da Associação dos Naturais de Angola e para o MPLA de que lhe valeram as prisões sucessivas (1959, 1961, 1964), o exílio, e só poder retornar a sua pátria de eleição em 1974. Com obras importantes publicadas desde 1960, Luandino é o marco-contraponto nas correlações a serem estabelecidas com Alfredo Troni.



Nem a Luandino, tão distanciado da situação social e política de *Nga Mutúri*, mas também nem a Alfredo Troni do período de fundas marcas da dependência cultural, são aplicáveis as ponderações de Manuel Ferreira, quanto à literatura que cataloga como **colonial**: de fechada perspectiva euro-

cêntrica, onde «o homem negro aparece como que por acidente, por vezes visto paternalisticamente», em que «a norma é a sua marginalização ou coisificação» e na qual «o branco é elevado à categoria de herói mítico, de desbravador de terras inóspitas».

Troni não estaria, pois, no caso daqueles para os quais a história será «de uma severidade implacável» e sua obra não se «arrumará», então, no discurso da ação colonizadora ou no nacionalismo imperial, «saudosista e deslumbrado».

Nga Mutúri, tomada do contexto que este ensaio chamou de Vertente Colonialista, deixa, entretanto, de corresponder à estreita expectativa de época, pelo desvio que dela é.

Todos estes primeiros dados, rarefeitos do muito a dizer sobre os autores em questão, destinam-se a esboçar o lado aparentável deles e das obras que serão objeto de cotejo, nas quais entretanto, acabará por ficar ressaltado o que em cada um e em cada uma é inconfundível.

Posto isto, há a reiterar que também não é por decorrência do uso do mesmo idioma que os dois escritores se considerariam fatores da mesma literatura, pois não é, como se diz na palavra enfática de José Craveirinha, «o uso da marca das tintas e pincéis que classifica em igual compartimento valorativo certas pinturas». Nesse caso, diria Craveirinha, «apenas há uma identidade de materiais. O resto são analogias».

Sem seguir ponto a ponto o raciocínio do poeta moçambicano, ou seja, sem chegar a cogitar de identidade de materiais na questão, de semelhança ou de diferença de obras literárias, aqui também se entenderá que efetivamente a angolidade de cada um dos textos a se compararem terá de ser aferida num nível que transcende o plano estrito da língua, do português em que ambas foram escritas.

Finalmente, cabe esclarecer porque este ensaio se propõe a tratar de **resistência** e de **resistência feminina**.

Entre as várias formas de adesão ou de recusa ao modelo de escrita no bojo da qual a «mimesis» da conformidade ou do inconformismo se processa, decidiu-se aferir os níveis de resistência naquelas em que o modelo

social ou a causa do colonizador, apresentando-se como forçados, permitiam acompanhar a resistência, pelas gradações nas atitudes solitárias ou solidárias das mulheres, diante da ordem imposta de fora, assinalada através de imagens da repressão disseminadas nos textos.

Quanto à eleição de histórias de mulheres, dois estímulos foram determinantes: o primeiro procede do interesse pelos estereótipos literários femininos, à imagem e semelhança de seus correspondentes extraliterários: aqueles de não legitimação da mulher ao nível do homem no sistema econômico-social, os da *praxis* doméstica desvalorizada porque fora do cômputo das atividades rentáveis, ou pelo menos sem a retribuição social que ao homem é concedida no sistema de produção.

O segundo decorre dos efeitos literários empolgantes que elas podem gerar pelo quanto surpreendem como mais ou menos transgressoras de um sistema, ou fundadoras de um novo estádio também para si, mulheres, como quota sua na transformação do sistema vigente que constrange. O que pareceu mais empolgante foi apreender essa mulheres pelo viés de sua luta paralela ou marginal à dos homens, pela qual elas mesmas ensaiam sua específica escalada no processo da emancipação. Sobre tudo isso, elas também se aparentavam como membros da família literária feminina, vista pela perspectiva masculina «condescendente», permissiva antes que paternalista, e que as focaliza como «facies» do humor, na ordem social em que elas, contudo, com pouca ou muita eficácia, protagonizam, afinal, a subversão.

Da comum genealogia das mulheres que convidam à aventura dos caminhos cruzados com a paródia e o mundo do riso, mas produzidas em tempos ímpares e distanciados da história de Angola, revelavam, entretanto, marcas de diferentes ciclos da literatura angolana que importava distinguir.

Na primeira das obras a que se vai retornar, *Nga Mutúri*, a narrativa começa com a apresentação da personagem, transposta para o discurso indireto, em que se consubstancia sua nova auto-identificação, pela negação de suas origens, logo a seguir referidas. E, desde então, já se tem o primeiro dado: Nga Mutúri assim surpreendida a reconsiderar-se na idade da prudência e do caldo de galinha, deixa entrever seu percurso de mulher, já

versada no «que era» e versada «no que devia parecer». Visto que emudece se a humilham pelas categorias de sua etnia, ela acaba por anunciar-se, então, pelos atributos do estereótipo e do silêncio. Clichês de discriminação, postos linearmente na relação de causa e efeito, identificam-na, por isso, como mulher, como mulher angolana.

Eis como na proposta literária desta novela e através dos móveis femininos refletem-se também os conflitos alimentados nas sociedades onde se instaura o processo de colonização e nas quais a introjeção de um sentimento de inferioridade em relação ao colonizador é forma de abalar a resistência do colonizado, sob a pressão de preconceitos que facilitam o efeito estabilizador sobre o sistema em imposição.

Na sequência da apresentação, seu passado se recorta esgarçado pelos fiapos das lembranças que remontam à vaga recordação de outros tempos, «numas terras muito longe, de onde a trouxeram quando era pequena», sinalizando sua idade da inocência como quase plenamente obliterada pela «segunda natureza», pela fase da suspeita e dissimulação que pouco daquele passado deixa emergir. É nesse passe que Nga Mutúri, ou Nga Ndreza, resgata, na memória, seu momento decisivo de passagem, assinalado pelos gestos iniciáticos que simbolizam a troca da vida existencial e essencial de seu mundo, do mundo de sua etnia, pela participação em outro, em que está determinada a sua condenação pelo «quituxi» (crime do tio). A estória registra que «a mandaram lavar e desmanchar-lhe o lindo penteado seguro pelo *ngunde* e *tacula* que lhe fizera a *mama*, tirando-lhe as miçangas e os búzios e todos os enfeites».

O processo de entranhamento na nova sociedade onde seu futuro se forjará é, entretanto, pontilhado por outros marcos de acesso, onde ela paga o preço das duras penas para vislumbrar a pouco e pouco o microcosmo fechado e sistemático da cultura estranha, da qual muitos preceitos ela absorverá. Na progressiva perda de identidade original pelo percurso em que vai de mucama a «Senhora Viúva» e finalmente, comerciante e agiota, Nga Mutúri determina, então, sua ambígua jornada: enquanto o outro do «muari» a quem serviu, ocupando o espaço masculino por ele deixado e consumando-se na boa cidadã incorporadora de uma ideologia de classe, de

uma ideologia estrangeira, com a corrosão dos valores nacionais; enquanto seu desempenho decorre do próprio sexo, onde seu percurso é de cambiantes, entre o da mulher como **construção** e **objeto** de desejo do homem e como **abjeção**, pela forma como é por ele descartada a outros títulos. Um texto com essa natureza de conflitos poderia provocar o impacto próprio do trágico, não fora a ironia, ou mesmo a comicidade até rasteira que advém do desempenho ambíguo da personagem, no emaranhado do processo de permutação cultural onde as sobrevivências da cultura sotoposta enfatizam desajustes e incompatibilidades com a que se está a defrontar. Note-se o risível na ambigüidade da figura feminina, bifronte, «muito séria», «portando-se bem» – segundo a conveniência citada pelo modelo de «dama» da sociedade a que a foram atrelar, em contraste com o dos sincretismos culturais, onde sua cultura de origem emerge. É pela tenacidade dessas forças «naturais» (rezar em Mbundu, ou socorrer-se de Nossa Senhora de Muxima e fazer mandinga para engravidar; dançar as sembas (umbigadas), nas festas de aniversário de óbito do muari) que Nga Mutúri resiste ao curso avassalador da cultura que se lhe impõe.

Mas é também da colagem da solenidade convencional da cultura segunda, à informalidade ou espontaneidade da cultura original que resulta o efeito paródico de sua imagem, sobre o quanto ela deixa introyar em si, do automatismo dos gestos da cultura que imita e da dissimulação com que ela, como pessoa e, por extensão, a sociedade que vem a condicioná-la, querem fazer-se passar pelo que não são.

Posta a recusa a uma outra cultura e o esvaziamento da cultura de origem, segundo a perspectiva em que se assentam nessa noveleta, deduz-se que na obra de Troni projeta-se a posição inconformista do parodiano não por assumir ou recusar especificamente uma ou outra cultura, mas pelo fato de que o contato entre elas obedece ao princípio de sufocamento de uma pela outra, mais facilmente exercido sobre a mulher, convencionalmente o sexo frágil, em toda instância. A graça em que se envolve a figura feminina não apaga o caráter de denúncia, e de preocupação com o esvaziamento da cultura autóctone, pelo flanco convencionalmente mais vulnerável, ou de

menor resistência de uma sociedade ao que a outra a obriga ingerir e que nem sempre, como neste caso, dela é o melhor.

Troni não teria o propósito de sugerir soluções. O veio paródico que explora não se pressupõe como metodologia de encontro de uma proposta niveladora. Abre ao questionamento, na medida em que o modelo-produto dessa *mélange* cultural se oferece, para desvelar, no grotesco da situação instaurada, que a sobrevivência do colonizado só se assegura com sua entrada no jogo do sistema colonial dominante.

Quanto à «Estória da galinha e do ovo», de José Luandino Vieira, já não apresenta uma personagem feminina destacada, ou mulher citada na sociedade em que vive, mas um grupo que se recorta e desnuda do anonimato dos musseques, da população indistinta, confundida na periferia urbana, lançada à sua própria sorte. E, nesse caso, é pelo conjunto de mulheres que se vetorizam os incidentes no sentido de se transformarem elas, de objeto a sujeito, no processo social que, por essa inversão, elas contribuem para transformar.

À volta do julgamento da pendência entre duas delas, no espaço estrito de seu quotidiano onde elas vão instituir e solidificar as regras do jogo comunitário, ressaltar padrões consuetudinários, ter-se-á uma micro amostragem de que é no desempenho solidário do grupo que está a salvaguarda de sua auto-determinação.

De início confessada uma «incompetência» para o ato de julgar, proclamada pela mais velha delas e por delegação unânime do grupo, elas passam a apelar para uma presumida competência, buscada de fora. Sucessivas interposições «brancas» fazem, então, fracassar a ação mediadora, pois todos os interpositores com a função de terceiro imparcial no litígio, supostamente determinados a fazerem justiça, paradoxalmente desempenham o papel contrário, em favor de si mesmos, na mira de seu próprio proveito, opondo-se, portanto, ao desejo das mulheres.

O eixo central dessa estória luandina move-se sobre outro estereótipo, o das sociedades africanas tradicionais, ditas primitivas, arcaicas, estacionárias, sem História, nas quais o discurso colonialista inculcou a falácia da competên-

cia enquanto privilégio das chamadas sociedades progressivas, modernas. Estas, sim, teriam chegado a formas superiores de desenvolvimento.

Pois as mulheres luandinas, ao cabo desta *estória*, contrariando este clichê da repetição e da passividade, provocam a desordem que subverte a regra do passivo da *História* colonial africana.

Na escola da vida, em que se converte então o musseque, a lição da *praxis* dita a lógica das ações nos rumos da conciliação interna que convalida o princípio da solidariedade como garantia do sistema pelo qual o grupo, uno e coeso, mantém sua aliança no confronto com o adversário comum, no quadro das disputas coloniais.

Os vários mediadores que aparecem como «mais adiantados» e para «bem julgar» sobre o destino do ovo cuja posse duas mulheres insistem em disputar, instituem o que se poderia chamar, neste conto, de paródia da justiça «civilizada».

Reproduzem-se então, através de fragmentos e corruptelas da retórica convencional dos tribunais, dos interlocutores «brancos», e pelo contraponto com a linguagem espontânea do musseque, respectivamente, as vozes de inautenticidade da justiça institucionalizada e de autenticidade dos novos julgadores, informal mas efetivamente dispostos à verdade, pela prática correta de julgar.

Daí decorre que o discurso que os interpositores tentam reproduzir já não seja acatado como se emanasse de uma entidade neutra e superior, conforme se supõe que seja o que flui, ainda que mediatamente, do Estado e do poder.

Neste ponto é que, também eficazmente orquestradas pela extraordinária competência do criador desta *estória*, as imagens da fala angolana pelo contraponto com a estrangeira, instauram o cômico de palavras e de situação, ao enfatizarem a «rigidez mecânica», de que falava Bergson, no caso da linguagem «oficial» intransitiva ou inadequada à realidade da hora e da vez em que se vai aplicar.

Cumpre aqui ressaltar o desempenho das mulheres luandinas no espaço atravessado pelo «discurso de autoridade» e ao longo dos contrastes

entre as falas da autenticidade e as falas da dissimulação. No transcurso dessa interlocução elas realizam o fazer da resistência angolana, invalidando os esforços de deslocamento cultural e o enfraquecimento da coesão do grupo, através do sentimento comum de insubmissão do colonizado à preceptiva do colonizador. Contraria-se, então, a expectativa de os colonizados não se livrarem do sentimento de inferioridade em relação ao colonizador e conseqüente abalo da força de resistência que, mais uma vez, asseguraria o êxito daqueles sobre este, em favor da segurança do sistema opressor.

Este ensaio feminino converte-se, pois, numa forma bem humorada de sublevação na classe dominada, pela reação das mulheres através da qual se constrói um ponto de vista comum implicitamente decorrente do exercício coletivo de auto-determinação.

Se uma obra de ficção pode facultar uma lição de estética numa lição de vida, a «Estória da galinha e do ovo» é uma exemplar produção literária enquanto «mimesis» bem realizada, por dramatizar, com êxito, a relação entre «cultura popular» e «cultura erudita», contributo para a relação que Gramsci já entendia como contributo para a perspectiva dinâmica do processo social. Pela convergência das visões diversas que ocorrem para o caso, para a pendência das mulheres, o que estava confuso clareia-se na interlocução sempre estimulada, na estratégia verbal em que a verdade progressivamente leva a melhor.

As mulheres da «Estória da galinha e do ovo», são apreendidas às voltas com o que está mais ligado às funções naturais, como a alimentação e a reprodução, sem que a sua imagem se reduza ao grotesco popular. Bakhtine, a propósito, já estimava que justamente essa relação com as funções naturais é o sinal infalível da «saúde popular», um instinto de renovação simbolizado pelo motivo da **morte-renascimento**.

É, pois, pelo «feeling» na defesa de suas necessidades básicas como as de sobrevivência e de continuidade da espécie, que as mulheres luandinas rompem com a tradição da busca enquanto privilégio masculino e patriarcal. Na «Estória da galinha e do ovo», tateando a realidade da conjuntura que vivem, elas estão na demanda de suas procuras, descobrindo, no poder de achar, o poder de julgar.

As figuras femininas da «Estória da galinha e do ovo», como Nga Mutúri, encarnam a mulher em face do mundo e sintomatizam o tempo em que seu terreno já não se pode conceber como o da margem, o da periferia do processo social. É a sua hora de cair em cheio na vida e a moral da estória nos textos que elas animam é a de que, para elas, viver é tanto ou mais perigoso do que uma voz masculina reiteradamente proclamava em Guimarães Rosa.

Já não é mais prioritária, nem no caso de *Nga Mutúri*, nem no caso da «Estória da galinha e do ovo», aquela recorrência literária do jogo amoroso no sentido de exercício a dois. Nas obras que nos propusemos a rever, a literatura passa a ocupar-se delas com ênfase em outro tipo de parceria com o homem, o da co-aprendizagem no jogo bruto da sociedade em geral.

Vale dizer que, tanto no caso de *Nga Mutúri*, como no caso das protagonistas da «Estória da galinha e do ovo», à imagem da articulação das linhas no espaço geométrico, a questão afetiva, ou da relação homem/mulher é como a tangente que intercepta a secante do processo social global.

Na primeira das obras retomadas, a prescrição do «dever fazer» imposta à mulher acaba por induzi-la, também, a transgredir. Mas a transgressão não chega a consumir-se, entretanto, como um valor para subverter a sociedade em que se dá. Será uma meia-derrota sob a meia-vitória feminina de alcançar o jogo do poder dos tempos coloniais.

Quanto às mulheres luandinas, elas tendem já para o estágio de organização que a rede informal da aliança tácita entre elas vai anunciar.

Se *Nga Mutúri* logra entrar para as estruturas de poder da sociedade colonial, as mulheres luandinas de longe a ultrapassam, na medida em que, iluminadas, se mobilizam não só para atingir as estruturas de poder, mas para as transformar.

Maria Aparecida Santilli é professora titular na Universidade de São Paulo, onde ensina Literatura Portuguesa e Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa. É membro do conselho editorial da *Discursos*. É autora de *Arte e representação da realidade no romance português contemporâneo* (1979), *Africanidade* (1984), *Bocage: de olhos nos olhos* (1984) e de *Estórias africanas. História & antologia* (1985).

BIBLIOGRAFIA SELECTIVA

Bibliografia crítica essencial

1. Revisão crítica

Optou-se, nesta bibliografia selectiva, por escolher livros mais genéricos, abrangentes, sobre mais do que um tema ou país. Todavia, não se podia deixar de referir livros que tratam apenas de um país ou mesmo uma temática específica, ou um autor, que, pela sua capacidade de inovação, de descoberta, de originalidade, constituem marcos históricos ou instrumentos incontornáveis nos estudos literários. Uns foram preteridos por demasiado antigos e/ou por não se encontrarem sequer nas bibliotecas portuguesas (por exemplo, de Albert Gérard) e outros por acharmos que, face à quota estabelecida (vinte livros), teriam forçosamente de ser sacrificados. Trata-se, pois de uma bibliografia bastante selectiva, mas que contempla volumes fundamentais sobre a matéria.

ABDALA JUNIOR, Benjamin – *Literatura, história e política*, São Paulo, Ática, 1989, 199 pp.

Único livro de peregrinação textual pela modernidade das sete literaturas de língua portuguesa, que, como o título indica, reserva à história, política e ideologia o decisivo papel de motores do sentido das suas identidades, específicas caracterizações e modo de funcionamento junto do leitor. Privilegiando os marcantes e diferenciados exemplos de literatura *engagé*, numa perspectiva não limitadora, mostra como, nos diversos países, se foi forjando o apelo literário da utopia.

ABDALA JUNIOR, Benjamin *et al.* – *Les littératures africaines de langue portugaise (actes du colloque international, 1984)*, Paris, Gulbenkian, 1985, 570 pp.

Volume de actas do maior colóquio realizado até hoje. Para além da óbvia diversidade de perspectivas, decorrente de diferenciada proveniência, formação e métodos dos autores das comunicações, ressaltam os contributos de M. Ferreira e A. Margarido, respectivamente sobre o mito hesperitano da literatura cabo-verdiana e a dificuldade das novas literaturas em estruturarem-se na época colonial. A identidade nacional foi versada mais genericamente por B. Abdala Junior, Albert Gérard, Hamilton, Kandjimbo, Lisboa, Margarido e Riaúzova. Escritores mais tratados: Pepetela, Luandino, Craveirinha, Knopfli, Teixeira de Sousa e Manuel Ferreira.

ANDRADE, Mário de – *Antologia temática da poesia africana*, Lisboa, Sá da Costa, 1975 e 1979, 2 vols., 274 + 183 pp.

O mais antigo, persistente e profícuo teorizador africano de língua portuguesa, de um ponto de vista militante. A antologia temática da poesia africana, com seu prefácio de síntese, representa o cúmulo do pensamento do autor. Não contemplando a narrativa, como a anterior (publicada em Argel), tem a vantagem da introdução subliminar e de estar ao alcance do público. Um documento histórico-literário.

ERVEDOSA, Carlos – *Roteiro da literatura angolana*, 3.^a ed., Luanda, UEA, 1985, 165 pp.

A primeira versão, tendo surgido em 1963, deu origem ao livro que, a partir de 1974, *estabilizou* na forma que continua a ser editada, a que o A. apenas modificou substancialmente as páginas finais, relativas à década de 70 e à independência nacional. Modestamente, o A. chamou-

-lhe *Roteiro*, mas continua a constituir um óptimo exemplo de rigor, objectividade, síntese e saber intrínseco de quem participou (na CEI) no estímulo à criação dos outros, inclusive organizando antologias. Abrangendo desde Maia Ferreira a Ruy Duarte de Carvalho, só não dá conta dos textos revelados nos últimos 20 anos. Antecedendo os livros de M. Ferreira e R. Hamilton, alarga bastante a temática e a perspectiva restritivas de Mário de Andrade. Uma visão de dentro, num panorama abrangente e sintético, da literatura angolana.

FERREIRA, Manuel – *No reino de Caliban*, Lisboa, Seara Nova e Plátano, 1975, 1976 e 1985, 3 vols., 328 + 488 + 517 pp.

O autor foi o mais profícuo investigador e publicista das literaturas africanas em questão. Os três volumes calibanescos, fruto sobretudo de um longo trabalho de pesquisa anterior ao 25 de Abril de 1974, reúnem um manancial de poetas e textos dos cinco países, sob uma perspectiva muito alargada, pondo à disposição dos investigadores e do público em geral dados biobibliográficos, iconografia e introduções aos movimentos e revistas. As considerações do estudo introdutório seriam, depois, retomadas nos ensaios (transformadas, aumentadas). Mesmo após o aparecimento dos dois volumes de Hamilton, mantém-se uma trilogia imprescindível a uma visão panorâmica e esclarecedora da poesia relativa aos cinco países. Os seus limites encontram-se precisamente no confronto com a sua antologia de 50 poetas africanos, mais selectiva.

FERREIRA, Manuel – *A aventura crioula*, 3.^a ed., rev., Lisboa, Plátano, 1985, 380 pp.

Disse Baltasar Lopes que este livro podia ser a tese de doutoramento do autor. De facto, constitui como que um tratado sobre a cabo-ver-

dianidade, ou seja, os fundamentos e as características da cultura cabo-verdiana. Este livro, onde a literatura tem um lugar importante, pode mesmo considerar-se um esboço de história da literatura do país crioulo, sem dúvida a primeira tentativa da sua explanação e explicação. M. F., antes da independência, não hesitou em exaltar o movimento da *Claridade* como fundador da cabo-verdianidade, situando a criouldade cabo-verdiana no mundo como um processo e um resultado verdadeiramente originais.

FERREIRA, Manuel – *Literatura africana de expressão portuguesa*, 2.^a ed., Lisboa, ICALP, 1987, 2 vols., 142 + 152 pp.

Dois pequenos volumes, todavia panorâmicos e enumerativos, da col. Biblioteca Breve, de introdução às literaturas, que procuram ser exaustivos, tocando todos os países, géneros e principais autores e obras.

FERREIRA, Manuel (org.) – *Literaturas africanas de língua portuguesa*, Lisboa, Gulbenkian, 1987, 237 pp.

Volume de actas de um colóquio organizado pela Fundação Gulbenkian (em 1985), que reuniu uma parte dos que, em Portugal, trabalham no assunto. Três estudos dedicados a Pepetela, dois a Honwana e, entre outros, quatro à oratura, um dos quais (sobre a História entre um povo Herero) completamente deslocado do tema do colóquio. Outros escritores abordados: Baltasar Lopes, Knopfli, Grabato Dias, Gabriel Mariano e Luandino.

FERREIRA, Manuel – *50 poetas africanos*, Lisboa, Plátano, 1989, 483 pp.

Devemos tomar esta antologia, mais o volume de ensaios, a história das literaturas e o dicionário (estes dois a sair em breve), como um der-

radeiro legado em que se pode verificar o crivo do autor quanto à representatividade dos poetas. Limitado pelas condições editoriais, o autor optou por 50 poetas dos cinco países, alijando os que lhe pareceram menos importantes e os que, em relação aos volumes de *No reino de Caliban*, julgou decididamente como não genuínos africanos.

FERREIRA, Manuel – *O discurso no percurso africano – I*, Lisboa, Plátano, 1990, 378 pp.

Este volume de recolha de ensaios, de que resta conhecer o segundo, mais as histórias das literaturas africanas e o dicionário ficam como o repositório mais significativo, juntamente com *A aventura crioula*, do que o autor pesquisou, pensou e deu a conhecer sobre a matéria. Discute o negrismo e outros movimentos e conceitos próximos, teoriza sobre o mito hesperitano na literatura cabo-verdiana, sobre a literatura colonial ou as condições de pertença às literaturas africanas e apresenta uma visão descomplexada, abrangente e optimista sobre a língua portuguesa nos espaços em que é usada. Tal como o título indicia, podem descobrir-se as questões fundamentais da história das literaturas africanas (e encontrar respostas), seguindo o percurso da própria descoberta africana do autor.

FERREIRA, Manuel – *História das literaturas africanas de língua portuguesa* (a sair).

Abrimos esta excepção para um inédito com mais de mil páginas dactilografadas. Pode considerar-se o testamento heurístico do autor, que se sustenta na retoma, reformulação e ampliação de todas as suas propostas anteriores, focando todos os temas, problemas e períodos das cinco literaturas. Assim, restringe o *corpus* da poesia relativamente aos volumes de *No reino de Caliban*, mas toma em consideração,

neste amplo bosquejo histórico, todos os autores que possam esclarecer as ambivalências literárias luso-africanas e melhor explicar os fundamentos de uma africanidade não demasiado restritiva, ao mesmo tempo que privilegia o critério de explicitude textual da africanidade, do empenhamento ideológico e, além disso, do percurso biográfico. Por outro lado, realça decisivamente os movimentos fundacionais da inovação nacionalista (*Claridade, Mensagem, CEI, Cultura, Msaho, Raízes, Charrua*, etc.), deles fazendo emergir, com mais clareza, os criadores considerados na sua individualidade (Soromenho, Luandino, Craveirinha, Orlando Mendes, Baltasar Lopes, etc.). Em relação à obra de Hamilton, a autores e realizações como *Caliban*, Knopfli, Mestre ou Troni, destina-lhes um lugar mais conforme com o seu labor.

HAMILTON, Russel – *Literatura africana, literatura necessária*, Lisboa, Ed. 70, 1981 e 1984, 2 vols., 246 + 295 pp.

É o primeiro esboço de uma história da literatura, antecedido por uma versão mais reduzida e redutora, em inglês, *Voices from an Empire*. Abarca todos os países, procurando registar os seus momentos, movimentos, escritores e textos mais importantes. Uma visão nacionalista, por vezes restritiva, de cunho ideológico (algo negróide), biográfico e militante, leva-o a desconsiderar marcos de referência como os de Knopfli e *Caliban*, Alfredo Troni, Edições Imbondeiro ou David Mestre, subalternizando-os nos respectivos contextos (decerto, num ou noutra caso, como Imbondeiro, por desconhecimento). Privilegia a posição dos escritores *engagés* e os aspectos étnicos, castiços, ideológicos, políticos e históricos mais explícitos dos textos. Não deixa de ser, todavia, a primeira e incontornável visão de conjunto dessas literaturas.

LABAN, Michel – *Angola, encontro com escritores, e Cabo Verde, encontro com escritores*, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 1991 e 1992, 2 + 2 vols., 962 + 818 pp.

Entrevistas a escritores: testemunhos imprescindíveis para se poderem compreender muitos aspectos das literaturas em questão (contextos, histórias, biografias, motivações, carências, etc.). Num período como este, não pós-ecdótico, de uma heurística e hermenêutica basilares, os testemunhos são fundamentais, como meio primário (não básico, nem decisivo) de lançar apoios para uma melhor compreensão genética e fornecer dados à historiografia. Laban deixa falar os escritores. Outros poderão, a partir daí, estabelecer conexões, confrontos e conclusões parciais para as suas próprias investigações e teorias.

MARGARIDO, Alfredo – *Estudos sobre a literatura das nações africanas de língua portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, 559 pp.

Esta recolha de textos dispersos, de proveniência e funções diversas (Portugal, França, jornal, revista, opúsculo, prefácio, etc.), escritos, na maior parte, entre meados dos anos 50 e 60, tem, por isso, um valor histórico. Mas a sua importância não se esgota ao transmitir-nos a visão empenhada de um militante da CEI (ver o seu depoimento nesta revista), marcada pela análise ideológica, sociológica e económica da literatura. Sendo um dos três históricos dos estudos de literaturas africanas, em projecção e consequências, continua a não se poder evitar a sua pertinência e acutilância. Desconte-se um reducionismo do método e do *corpus* que elege e verifique-se a adequação das suas «Teorias e epistemologias» (215 pp.) à actualidade.

MATA, Inocência – *Pelos trilhos da literatura africana em língua portuguesa*, Pontevedra/Braga, Cadernos do Povo, 1992, 96 pp.; *Emergência e existência de uma literatura. O caso santomense*, Linda-a-Velha, ALAC, 1993, 246 pp.

Duas obras de uma ensaísta são-tomense que viveu muito tempo em Angola. Para se abordar a literatura colonial (são-tomense e guineense) e a sua conceituação é necessário apreciar os contributos desta investigadora, nestes dois livros e em *Literaturas africanas de expressão portuguesa* (Lisboa, Universidade Aberta, 1995), e confrontá-los com os de M. Ferreira e S. Trigo. No volume mais recente, retirado da sua dissertação de mestrado, a A. reflecte sobre os conceitos de literatura colonial e intervalaridade literária (a confrontar com a tese de doutoramento de Cândido Beirante), reanalisa o lugar da narrativa na literatura são-tomense e estuda o modo como o referencial do mundo insular é textualizado pelos diversos escritores, coloniais ou nacionais.

MENDONÇA, Fátima – *Literatura moçambicana – a história e os escritos*, Maputo, Univ. Eduardo Mondlane, 1989, 119 pp.

Decorrente da actividade universitária da A., corresponde, em Moçambique, ao livro de Ervedosa sobre Angola. Tem a mesma função de, pela primeira vez, sistematizar conhecimentos, estabelecer periodizações (o de Ervedosa marcado pela visão por décadas) e eleger autores considerados preferenciais. Tal como Ervedosa, Andrade, Margarido e Ferreira, nas respectivas dimensões, vivenciou o percurso da literatura moçambicana, nos últimos 25 anos, como que *por dentro*. Tal como eles, também organizou uma antologia que contribui, com este livro, para reorientar a nossa perspectiva e a própria representatividade da literatura moçambicana. Fulcrais, entre outros, os estudos sobre a periodização, Rui de Noronha e Orlando Mendes.

MOSER, Gerald & Manuel Ferreira – *Bibliografia das literaturas africanas de expressão portuguesa*, Lisboa, IN-CM, 1983, 405 pp.

Trata-se da terceira bibliografia, na esteira das de Amândio César e Mário António F. de Oliveira (1968) e do próprio G. Moser (1970), ambas pouco opulentas. Instrumento de trabalho incontornável, tem, pelo menos, uma edição em inglês, o que lhe permite um alcance indelével. Arrola textos literários, críticos e ensaísticos, revistas e outras publicações (com enumeração dos colaboradores) e inclui ainda notas biográficas.

PORTUGAL, F. Salinas – *Rosto negro. O contexto das literaturas africanas*, Santiago de Compostela, Laiovento, 1994, 136 pp.

Escrito a pensar na Galiza, propõe-se como introdução (pré-textual) ao tema das literaturas africanas em geral, mas com inflexões específicas nas de língua portuguesa, situando-as no seu contexto genético, institucional, ideológico e político. Trata-se de uma aguda e sintética reflexão teórica sobre os fundamentos, o estatuto e o lugar que ocupam essas literaturas escritas, emergentes de um processo colonial.

SANTILLI, Maria Aparecida – *Africanidade – contornos literários*, São Paulo, Ática, 1985, 111 pp.

Livro que recolhe alguns ensaios desta precursora dos estudos literários africanos no Brasil. Debruçando-se maioritariamente sobre Angola, com incursões em Cabo Verde, trata, entre outros temas mais localizados, da africanidade e da identidade nacional (ou seja, a especificidade desses discursos), sem olvidar os laços com as literaturas portuguesa e brasileira, desta recolhendo os ecos nas africanas.

TRIGO, Salvato – *Ensaaios de literatura comparada afro-luso-brasileira*, Lisboa, Vega, s.d. (1976), 159 pp.

As literaturas que se comparam são as africanas, a brasileira e a francesa, e quase nada a portuguesa (desta, só a colonial), ao contrário do que o título parece indicar. Aqui se defende a necessidade de uma *arqueologia e uma antropologia literárias*, se estudam tópicos como a escola e a prisão e autores como Uanhenga Xitu, Tenreiro, Luandino, além do conceito de alteridade aplicado às literaturas africanas.

VEIGA, Manuel – *A sementeira*, Linda-a-Velha, ALAC, 1994, 402 pp.

Recolha da maior parte dos textos ensaísticos do A. sobre a cultura, a língua e a literatura cabo-verdianas. Embora a temática literária não seja exclusiva, é óbvio, no seu caso, que a reflexão linguística é inseparável daquela, atendendo a que se trata do mais empenhado defensor do crioulo como língua cabo-verdiana preferencial. O A. dedica especial atenção ao «primeiro romance cabo-verdiano», a romances de Romano, Teixeira de Sousa e Arménio Vieira, além de dilucidar o que entende por «nacionalismo, continentalidade e universalidade» na literatura do seu país.

Resolvemos acrescentar à bibliografia selectiva outros livros de ensaística (exceptuando antologias), entre muitos resultantes de teses ou também de recolha de trabalhos dispersos, que assim aqui ficam exarados, sem carácter de exaustividade, mas demonstrando, desde já, a expansão desta especialidade: Maria Luísa Baptista, *Vertentes da insularidade na novelística de Manuel Lopes* (1994); Donald Burness, *Six Writers from Angola, Mozambique and Cape Verde* (1977); Patrick Chabal, *Vozes moçambicanas* (1994); J. A. S. Lopito Feijó K., *Meditando; textos sobre literatura* (1994); Roberto Francavilla, *Viaggio nella letteratura capoverdiana* (1994); Aldónio Gomes & Fernanda

Cavacas, *Literatura na Guiné-Bissau* (1992); Luís Kandjimbo, *Apuros de vigília* (s.d.); Pires Laranjeira, *Literatura calibanesca* (1985), *De letra em riste. Identidade, autonomia e outras questões na literatura de Angola, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe* (1992) e *Literaturas africanas de expressão portuguesa* (1995); Ana Mafalda Leite, *A poética de José Craveirinha* (1985) e *A modalização épica nas literaturas africanas* (1995); Eugénio Lisboa, *Crónica dos anos da peste* (1973-75); Jorge Macedo, *Poéticas na literatura angolana* (s.d.) e *Literatura angolana e texto literário* (1989); Ana Maria Martinho, *Contos de África escritos por mulheres* (1994); David Mestre, *Nem tudo é poesia* (1989); Gerald Moser, *Essays in Portuguese-African Literature* (1969); Fernando Mourão, *A sociedade angolana através da literatura* (1978); Navas-Toríbio, *Perfis ilhéus. Vozes e porta-vozes no cenáculo caboverdiano* (1989); Mário António F. de Oliveira, *Reler África* (1990); Carlos Pacheco, *José da Silva Maia Ferreira. O homem e a sua época* (1990) e *José da Silva Maia Ferreira. Novas achegas para a sua biografia* (1992); Helena Riaúzova, *Dez anos de literatura angolana* (1987); Lourenço do Rosário, *A narrativa africana* (1989); Elsa Rodrigues dos Santos, *As máscaras poéticas de Jorge Barbosa e a mundividência cabo-verdiana* (1989); Salvato Trigo, *A poética da «geração da Mensagem»* (1979) e *Luandino Vieira, o logoteta* (1981); José Carlos Venâncio, *Uma perspectiva etnológica da literatura angolana* (1987), *Literatura e poder na África lusófona* (1992) e *Literatura vs sociedade* (1994).

Finalmente, não podíamos esquecer também a referência a autores de teses de doutoramento e mestrado (algumas já publicadas e referidas nesta revista e outras não), defendidas em Portugal, Brasil, França, Suíça ou noutros países: Cândido Beirante, Alberto Carvalho, Ana Costa, António Cândido Franco, Fernanda Cavacas, Simone Caputo Gomes, Virgínia Gonçalves, Pires Laranjeira, Ana Mafalda Leite, Manuel dos Santos Lima, Elisalva Madruga, Inocência Mata, Gramiro de Matos, Hilário Matusse, Luzia G. do Nascimento, Mário António F. de Oliveira, Maria Cristina Pacheco, Laura Padilha, F. Salinas Portugal, Lourenço do Rosário, Elsa Rodrigues dos Santos, Manoel de Souza e Silva, etc. (P. L.)

2. Revistas em revista

Há duas espécies de revistas nesta listagem: as africanas que marcaram decisivamente essas literaturas, por serem órgãos de um movimento ou por albergarem, em momentos especiais, a produção dos escritores; as que, por serem publicações dedicadas à investigação e divulgação de literatura, prestaram à dos PALOP um serviço indelével, quer através de uma continuada atenção, quer de números temáticos.

De entre as revistas não contempladas nesta bibliografia, reduzida a um elenco de vinte, por óbvias constringências editoriais, registem-se as brasileiras *África* (do Centro de Estudos Africanos/Univ. de São Paulo) ou *Estudos Portugueses e Africanos* (da Univ. de Campinas), que têm dedicado a sua atenção também às literaturas africanas. Não se deve esquecer o espaço posto à disposição da abordagem dessas literaturas por publicações como, entre outras, a *Revista Internacional de Estudos Africanos* (de Jill Dias) ou a *Revista Internacional de Língua Portuguesa* (da Associação das Univ. de Língua Portuguesa), para além, claro, de uma ou outra revista dos estabelecimentos de ensino superior, tanto em Portugal como em variadíssimos países.

ÁFRICA (1976-86), 14 números, Lisboa.

Revista de literatura, arte e cultura sobre os PALOP, editada e dirigida por Manuel Ferreira. Pelo conteúdo e a qualidade gráfica, foi a melhor revista do género que se publicou em Portugal e uma das melhores do mundo. Entre muito outro material diversificado, constituíram pontos altos a publicação de 10 poemas inéditos de Marcelo da Veiga e o número dedicado a Agostinho Neto, além de artigos importantes sobre a recepção das literaturas africanas nos, então chamados, países de Leste. Aí publicou a maior parte dos que escreveram sobre as literaturas africanas em português.

CALIBAN (1971-72), 4 números, Lourenço Marques (Maputo).

Cadernos dirigidos por João Pedro Grabato Dias (o português António Quadros, poeta e pintor) e Rui Knopfli, que chegaram ao 3.º número, duplo. Voltados para uma universalidade que não descurava os temas e problemas locais, divulgaram poetas portugueses (Sena, Assis Pacheco, João Rui de Sousa, Ramos Rosa, Herberto Helder) e moçambicanos (Rui Nogar, Sebastião Alba, Knopfli, Fonseca Amaral, Jorge Viegas, Orlando Mendes, Craveirinha, etc.), mas também Eliot, Marianne Moore e Zbigniew Herbert. Na sequência do Neo-realismo, da Negritude e da Resistência, constituíram uma opção diferenciada, não insensível à moçambicanidade, mas também não obsessivamente vinculados. O texto de Knopfli sobre o seu «mestre» Fonseca Amaral foi elucidativo sobre as preferências literárias daquele.

CERTEZA (1944), 2 números, Mindelo (Cabo Verde).

Revista que, através de Manuel Ferreira, seu mentor, introduziu o Neo-realismo em Cabo Verde. Colaboração de Arnaldo França, Filinto Elísio de Menezes, António Nunes, Nuno Miranda, Teixeira de Sousa, Orlanda Amarílis. O terceiro número não chegou a sair, destruído na tipografia pelo poder governativo.

CHARRUA (1983-86), 8 números, Maputo.

Revista literária promovida por jovens, no âmbito da Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO), em que avultaram as revelações de Hélder Muteia, Pedro Chissano, Juvenal Bucuane e, sobretudo, Ungulani Ba Ka Khosa, entre outros, a par de consagrados (Craveirinha, Orlando Mendes). A crítica e o ensaísmo não lograram a renovação

(que aconteceu nas páginas dos jornais e na revista noticiosa *Tempo*), mas a revista serviu como balão de ensaio e sobretudo meio de divulgação dos novos tentames.

CLARIDADE (1936-1960), 9 números, Mindelo, Cabo Verde.

Renovou a concepção de cultura e a literatura, a partir de São Vicente, tendo como figuras de proa Baltasar Lopes, Jorge Barbosa e Manuel Lopes. No frontispício do 1.º número, publicou uma *fição* (cantiga de batuque), dando o mote das suas preocupações crioulas, populares e nacionalistas, que se traduziram, ao modo romântico, no ensaísmo etnográfico e linguístico, na pesquisa das tradições afro-europeias, na assunção da narrativa de tradição realista e de uma poesia moderna, versilibrada, baseada no substrato cultural cabo-verdiano. Nela saiu, em 1947, o primeiro trecho do romance *Chiquinho*.

COLÓQUIO/LETRAS, 21 (1974), 39 (1977) e 110-111 (1989), Lisboa.

Dedica umas secções regulares de resenhas às literaturas africanas, além de esporádicos artigos. No n.º 21, registem-se os primeiros testemunhos importantes sobre o futuro da língua portuguesa nos novos estados africanos. No n.º 39, quase inteiramente dedicado às literaturas africanas, há poemas de vários autores e, entre outros, artigos de Fernando Martinho sobre o tema da esperança, de M. Ferreira sobre o orgulho de ser preto, e de Alexandre P. Torres sobre Castro Soromenho. No n.º 110-111, em que Moçambique tem a preponderância, anotem-se as crónicas de Knopfli e Lisboa, além de poemas deles e de outros, textos inéditos de Jorge Barbosa, João Lopes e Eugénio Tavares e um artigo de Perpétua Gonçalves sobre a situação linguística no país do Índico.

CULTURA (II) (1957-60), 12 números, Luanda.

Sucedeu à *Mensagem* angolana e, tal como ela, foi proibida. Saíram 12 números completos e três para manter o título. Pertença da Sociedade Cultural de Angola, distingue-se da primeira série pela nítida procura da nacionalidade, todavia apresentando-se como aberta a variados quadrantes. Colaboraram escritores em início de carreira, como José Luandino Vieira, António Cardoso, Arnaldo Santos, Henrique Abranches, Tomás Jorge, Henrique Guerra, João Abel ou Mário António. Continuada da *Mensagem*, procurou alargar os fundamentos do seu empenho e alcance, sintonizando com a CEI, na fase mais activa desta, se bem que, por vezes, nalguns textos (de Mário António e Cardoso) se duvidasse da real valia e extensão do movimento cultural em marcha. Constituiu o suporte para a ultrapassagem do Neo-realismo e da Negritude.

FRAGMENTOS (1987-), Praia (Cabo Verde).

Revista cultural e literária do Movimento Pró-Cultura, fundada por José Luís Hopffer Almada, tem procurado suprir o desaparecimento de *Raízes*, mas aproveitando o caminho aberto por *Ponto & Vírgula*, apresentando-se, por isso, menos monolítica e academizante e graficamente jovem. Assenta na colaboração de novos valores como o director, Osvaldo Osório, Vadinho Velinho, etc., ou retomando veteranos como Mário Fonseca, T. T. Tiofe ou Arnaldo França, num eclectismo dirigido a um público cômico da complementaridade da tradição e da modernidade.

ITINERÁRIO (1941-55), 142 números, Lourenço Marques (Maputo)

Revista mensal em que colaboraram sobretudo moçambicanos, portugueses e angolanos, servindo fundamentalmente como lugar eclético

Discursos

de divulgação. Ao contrário de outros órgãos de comunicação, não foi tribuna de uma geração ou movimento, mas pólo aglutinador de diversos empenhos. Desse ponto de vista, aberto e plural, acabou por se tornar importante para a moçambicanidade, a partir de 1947, através dos contributos de alguns dos principais escritores (Craveirinha, Mendes, Noémia, Nogar, Knopfli).

LAVRA & OFICINA (1976-85), 53 números, Luanda.

Começou como suplemento literário de jornal e passou a gazeta da União dos Escritores Angolanos (UEA), tendo tido muitas edições de números múltiplos. Marcada pelo pendor militante, nacionalista e patriótico da pós-independência, dedicou-se principalmente à divulgação dos escritores angolanos. Procedeu a inquéritos sobre a sua actividade e hábitos de escrita. Editou também, entre outros, números temáticos dedicados à literatura para a infância e juventude, aos escritores da zona afro-asiática e a Agostinho Neto.

LETRAS DE HOJE, 80 (1990), Porto Alegre (Brasil).

Revista da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, centra-se no estudo da literatura portuguesa. Este número especial versou também autores e temas como Agostinho Neto (por Maria Aparecida Santilli), a angolidade de Boaventura Cardoso (Benjamin Abdala Junior), Luandino Vieira (José Ornelas), Uanhenga Xitu (Maria Luísa Remédios), Ungulani Ba Ka Khosa (Zenilda Grawunder) ou Pepetela (Ivo Bender).

MENSAGEM (1951-52), 4 números, Luanda.

Órgão da ANANGOLA, que corporizava os interesses nacionalistas, incluindo o Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (MNIA), e se propunha desenvolver a cultura em Angola (literatura, artes, ciências, etc.), também através de um ambicioso plano de alfabetização. Possibilitou a convergência do nacionalismo com o Neo-realismo e a Negritude. A censura apenas permitiu duas edições, uma delas com um número triplo. Sobressaem as colaborações poéticas dos angolanos Agostinho Neto, Viriato da Cruz, António Jacinto e Mário António, entre outros, e da moçambicana Noémia de Sousa. Um texto de Mário de Andrade sobre o quimbundo exemplifica o desejo de votação à pesquisa do mosaico etno-linguístico e cultural de Angola. Prepara-se, finalmente, uma reedição.

MENSAGEM (1948-1964), c. de 36 números, Lisboa.

Órgão da CEI, designada sucessivamente como circular, boletim e revista, de saída intermitente. Aí colaboraram dezenas de escritores das várias colónias e dos mais importantes, muitas vezes usando pseudónimos, com textos literários, críticas e ensaios. Marcaram a viragem dos anos 50 para os de 60 os ensaios de Margarido. A publicação contribuiu decisivamente para o espírito de grupo dos africanos e para que os debutantes pudessem exercitar potencialidades e exprimir posições. Indispensável ao conhecimento da africanidade, nacionalismo e práticas culturais dos africanos (na Europa e África) nos anos de formação e viragem.

NOTRE LIBRAIRIE, 112, 113 e 115 (1993), Paris.

Estes três números sobre as literaturas de todos os PALOP servem como óptima introdução à matéria. Incluem panoramas elucidativos,

artigos falando de temas imprescindíveis (*Claridade*, literatura tradicional, Pepetela, Agostinho Neto, Luandino Vieira, Baltasar Lopes, Manuel Ferreira, a guerrilha, etc.), entrevistas (a Baltasar Lopes, Germano de Almeida, Mia Couto, etc.), bibliografias activas muito completas e notas de leitura desenvolvidas, focando livros considerados obrigatórios, como os de Ferreira, Hamilton e outros.

PARALELO 20, (1957-61), Beira.

Dedicada, primeiro, à cultura e arte, mas também à divulgação científica, passou, depois, sobretudo a partir do n.º 7, até ao último (n.º 10-11), quase exclusivamente à literatura e arte. Congregou colaborações de portugueses e africanos tão diversos como Craveirinha, Eugénio Lisboa, Virgílio de Lemos, Carlos Alberto Lança, Daniel de Sousa, Fernando Couto, Rui Knopfli ou Manuel Ferreira, todavia, em geral, provenientes do Neo-realismo, do nacionalismo independentista ou, pelo menos, com uma visão de mundo e uma cultura anti-conservadora.

PONTO & VÍRGULA (1983-87), 17 números, Mindelo, Cabo Verde.

Surgiu investida de uma vocação jovem e renovadora, por contraponto com o peso institucional de *Raízes*, mas nela colaboraram escritores, artistas e intelectuais de todas as tendências. Liderada por Leão Lopes e Germano de Almeida, alcançou o estatuto de órgão cultural independente e crítico quando se manifestou abertamente contra fuzilamentos na Guiné-Bissau. Além disso, demonstrou uma verdadeira abertura a quadrantes culturais e de intervenção nem sempre contemplados em revistas similares: a ecologia, os festivais de juventude, a história da purgueira, etc.

RAÍZES (1977-81), 27 números, Praia.

Dirigida por Arnaldo França, que estivera ligado à *Certeza* (1944), pode dizer-se que, nessa linha de continuidade, apareceu na pós-independência como a grande revista de Cabo Verde, durante algum tempo e 27 números, alguns deles múltiplos. Acolheu ensaios de grande fôlego e importância (sirvam de exemplos o de Dulce Almada Duarte, com 45 páginas, sobre a problemática das línguas nacionais, e o de Mário de Andrade sobre literatura africana e consciência nacional). Divulgou novos poetas e prosadores (Vera Duarte, Jorge Tolentino, etc.) ou textos provenientes das gavetas (de Timóteo Tio Tiofe e Mário Fonseca a Corsino Fortes).

RESEARCH IN AFRICAN LITERATURES, vol. 13, n.º 3 (1982), Austin, Texas.

Número especial, organizado por Gerard Moser e dedicado às literaturas dos PALOP. Inclui trabalhos, além de notas de leitura, de Manuel dos Santos Lima (sobre o exílio dos escritores), Russel Hamilton (nacionalismo e literatura angolana), Donald Burness (literatura e etnografia), Norman Araújo e Fernando J. B. Martinho (ambos sobre poesia cabo-verdiana), entre outros, dois deles focando a herança africana no Brasil.

TCHOLONA (1994-), Bissau.

Surgiu como órgão do Grupo de Expressão Cultural (GREC), que agrega, entre outros, Abdulai Silá, António Soares Lopes, Carlos Vaz, Leopoldo Amado e a brasileira Moema Parente Augel, para promoção e divulgação das letras, artes e outras formas de cultura. Ao contrário da revista *Soronda*, centrada na sociologia, economia, antropologia e

história, Tcholona dá primazia às letras e artes, destacando-se, nos dois primeiros números, de Leopoldo Amado, um panorama das letras guineenses (despreconceituado, abrangente), dois textos sobre o livro de Domingas Samy, o «primeiro de ficção no país», além de poemas, artigos sobre a oratura, música ou fotografia.

VÉRTICE, 55 (1993), Lisboa.

Número especial, com um trecho inédito da *História das literaturas africanas*, de Manuel Ferreira (ver, nesta *Discursos*, um outro trecho inédito), um conto de Orlanda Amarílis e outros textos, entre os quais os de Alberto Carvalho (sobre historiografia da literatura angolana), Inocência Mata (São Tomé e Príncipe), Ana Mafalda Leite (Mia Couto, Knopfli, Craveirinha), Arnaldo França (com um «Panorama da literatura cabo-verdiana», homónimo e complementar do saído em *Notre Librairie*), Carlos Pacheco (leitura pública em Angola, no séc. XIX), Paula Tavares (Pepetela), Fernando Martinho (também sobre Pepetela), Ana de Santana e outros.

Doutorado em Literaturas Africanas, Pires Laranjeira é professor auxiliar na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. É autor de *Antologia da poesia pré-angolana* (1976), *Literatura calibesca* (1985), *De letra em riste. Identidade, autonomia e outras questões na literatura de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe* (1992) e de *Literaturas africanas de expressão portuguesa* (1995).

DOCUMENTOS DE TRABALHO

Publicamos, nesta secção de Documentos, três textos radicalmente diversos.

De Manuel Ferreira, um trecho inédito da *História das literaturas africanas de língua portuguesa*, a sair cremos que brevemente, de reflexão sobre a língua portuguesa em África e do seu convívio com as línguas africanas nos textos literários. O texto que aqui damos ao prelo deve ser apreciado em conjunto com outra sua reflexão concomitante, mais extensa e abrangente, inserida em *O discurso no percurso africano – I* (ver bibliografia selectiva). Agradecemos à família do saudoso autor, falecido em 1992, especialmente à viúva, a escritora cabo-verdiana Orlanda Amarílis, que autorizou a publicação.

De Alfredo Margarido, apresentamos um depoimento sobre a Casa dos Estudantes do Império (CEI) como alfobre de pensamento nacionalista e frentista, numa época em que teve uma actuação decisiva, enquanto organizador de antologias e teórico, na definição do **campo literário** dos futuros cinco países africanos. Por isso, também neste caso, ganhar-se-á em ler as suas palavras a par das que escreveu para a introdução às *Antologias de poesia da Casa dos Estudantes do Império, 1951-1963*, em dois volumes, justamente acabados de chegar aos escaparates, de que damos notícia na secção de Registo Bibliográfico desta revista.

Finalmente, de Victor de Sá Machado, que nasceu em Angola e também pertenceu à CEI, inserimos um depoimento sobre a cooperação entre Portugal e África, extensiva ao domínio da língua e da cultura, por parte de quem, na Fundação Calouste Gulbenkian, está acostumado a deter responsabilidades nesse sector, fechando assim o triângulo de colaborações afro-luso-brasileiras aberto por Benjamin Abdala Junior.

Pires Laranjeira

A aventura moderna do português em África

1. Do acesso e viabilidade da língua portuguesa como língua oficial em África

Dos cinco países africanos, três deles, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, eram (e são, claro) multilingues, enquanto os arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, territórios desertos que eram, só depois do povoamento (escravos africanos e colonos, na quase totalidade portugueses), foram, cultural e linguisticamente, semantizados. Como sempre acontece em casos desta natureza, os africanos resistiram até onde lhes foi possível à penetração da língua e cultura portuguesas. Portugal, porém, terminou por estar em África mais de 500 anos e, a 500 anos de colonialismo, não há povo, não há cultura, não há língua que logre defender inteiramente a sua integridade. Obstaculiza-se, é certo, a sua marcha através do interior do país, mas jamais se consegue impedir que ele – o colonialismo – nuns casos mais, noutros menos, ganhe algum terreno. Foi o que aconteceu com a língua e cultura portuguesas em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Os órgãos da hierarquia do Estado, a estrutura oficial, toda a máquina colonial, nomeadamente através dos Aparelhos Ideológicos do Estado, actuando como devoradores do sistema sócio-cultural do colonizado, vão enfraquecendo as resistências dos povos africanos. Diga-se que essas resistências são espontâneas, cegas, naturais, não obedecem a nenhum plano colectivo conjugado como às vezes certa terminologia antropológica ou ideológica ou política insinua ou declara altissonantemente. Ou seja que, ao contrário do que vulgarmente se deixa no ar, quanto aos africanos terem sabido

criar a sua frente de resistência cultural e linguística, a nosso ver diríamos de outro modo: que obedeceram a uma necessidade imperiosa e fundamental ligada ao anseio de sobrevivência, sobrevivência que só pode acontecer se mantido o equilíbrio e vencido o caos. Assim, a resistência não foi um fim, antes um meio no impulso de uma necessidade vital, como é de norma acontecer nos casos desta natureza.

Nos dois arquipélagos citados – Cabo Verde e São Tomé e Príncipe – ali ficaram, frente a frente, escravos e colonos. Os colonos com a sua língua de dominação, os escravos, porventura oriundos de mais de um grupo etno-linguístico, impossibilitados, em tantas circunstâncias, de comunicarem, totalmente, entre si: obrigados a aprenderem a língua do colonizador, duas coisas se tornaram fatais: aprendendo a todo o custo, e rudimentarmente que fosse, a língua do dominador, houve de modificarem-na, segundo leis gerais da linguística (simplificação, redução, etc.), sequestrando um *sabir*, um *pidgin* transitando para um crioulo, que termina por se generalizar a toda a população,

As línguas maternas, quer as de origem bantu, quer as de origem islâmica, quer os crioulos de base portuguesa, nunca foram vistas com bons olhos pelo colonizador. Que, por isso, as não ensinou, menos as acarinhou e sempre as combateu por diversos modos e meios, com excepção para os missionários católicos ou protestantes, sobretudo os protestantes, que ministravam, por método, o ensino das línguas africanas, ao mesmo tempo que a língua portuguesa. Ao ser criado o ensino oficial nesses países, por vezes apenas teoricamente, foi-o na língua portuguesa. E a imprensa, a religião, a escola, o exército, a administração, utilizavam-na exclusivamente. Assim, a função do prelo – a arte de impressão – levado pelos portugueses para o que então, nos meados do século XIX, se chamava de «províncias ultramarinas», era a de imprimir textos unicamente em língua portuguesa, sistema que os franceses, mais ou menos utilizaram, também, nas suas ex-colónias, enquanto os ingleses, aplicando o método do *indirect rule* (administração indirecta), cuidaram de ensinar as línguas africanas. E é tal circunstância que explica o aparecimento de literaturas nacionais nas línguas maternas das nações que se libertaram do domínio inglês.

Obviamente que a língua portuguesa, de um ou de outro modo, embora veladamente, nunca deixou de ser, por parte de muitos, objecto de opressão, uma vez que era vista e sentida como um instrumento de dominação. E, no entanto, alcançada a independência nacional, os cinco países terminaram por adoptá-la como língua oficial. Que ponderáveis razões teriam estado na base desta decisão?

Uma delas, por exemplo, o facto de serem países multilingues, pelo menos três dos mais populosos, e que citámos atrás, o que de imediato levou a colocar-se a questão de saber qual a língua materna que deveria ser escolhida para desempenhar as funções de língua oficial. Ora pela experiência histórica é sabido que, por muito grandes e convincentes que fossem as razões aduzidas a favor da língua escolhida, os restantes grupos etno-linguísticos não aceitariam de bom grado tal decisão, e levantar-se-iam tais e tantas discussões, e consequências imprevisíveis sobreviveriam. Além disso, a língua portuguesa possuía uma longínqua tradição no ensino, com as vantagens que tudo isso implica e pelos motivos que constituem o suporte desse facto: livros, dicionários, professores, escolas, material didáctico, enfim, o necessário e indispensável apoio logístico.

Outra das razões que militava a favor da escolha do português como língua oficial era o facto de a utilização da língua portuguesa se tornar no instrumento ideal e imediato de comunicação entre os Cinco, que, no amplo painel dos seus objectivos, um deles avulta como condição *sine qua non* para a sua defesa e desenvolvimento: a unidade entre eles. Outra razão seria a possibilidade de o português, como língua internacional, prestar-se à comunicação nos aerópagos internacionais. Além disso, como argumento de primeiro valimento, estava a circunstância de a língua portuguesa passar a constituir-se no grande elemento de unidade nacional, e isto se entende melhor se tivermos presente que três destes cinco países são constituídos por várias nações – grupos etno-linguísticos – fortemente recortados, resistentes, fechados. Enfim, factores políticos, ideológicos, culturais, administrativos, etc., estão na base das grandes decisões linguísticas tomadas por tais países. Mas não se pense que essas decisões foram tomadas de afogadilho. Essa

decisão já havia sido colectivamente assumida, na década de 60, pelos responsáveis dos movimentos de libertação. De tal modo, que a escolaridade nas zonas libertadas já era feita na língua portuguesa. Desde então tudo se encaminhava para a decisão histórica de a ela ser conferido o estatuto de língua oficial. Estranho destino, mas o pragmatismo ditou a sua lei.

Passados que são quinze anos* após a independência nacional dos citados países, verifica-se que a institucionalização da língua portuguesa como língua oficial é um facto irreversível. Que, cada vez mais, serão menores as oposições declaradas ou não contra ela. Interessa saber que os Cinco adoptaram para com a língua portuguesa uma atitude que historicamente não é inédita, se considerarmos na nossa contemporaneidade a atitude da União Indiana, em 1947, ano da sua independência nacional, e ulteriormente o caso das ex-colónias africanas francesas ou inglesas. E vem a ser que esta atitude se traduz numa nova filosofia político-linguística, que foi a de não considerarem a língua portuguesa uma língua estranha, partindo da circunstância de que a língua é um facto cultural e que, por sua vez, os factos culturais poderão ser, legitimamente, reapropriados pelos outros. Assim, a língua portuguesa passou a ser incorporada no sistema linguístico e cultural desses países. Daqui resultaram medidas extraordinárias no domínio do ensino, que se cifram pela intensificação da escolaridade, criação de escolas, formação de professores, organização de livros escolares, etc., implicando o dispêndio de somas astronómicas. Mas os resultados estão à vista. Pode dizer-se que, nos três países africanos continentais, à data em que os portugueses saíram de África, o número de falantes de português seria na ordem de 8 a 15%, e que a taxa de analfabetismo rondaria pelos 97%. Hoje o número de falantes de língua portuguesa estará na ordem dos 40% a 50% e a taxa de analfabetismo com a marca de uns 70% e em certos casos ainda menos. Estas percentagens são diferentes, para melhor, em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

* Trecho da *História das literaturas africanas de língua portuguesa*, inédito, escrito em 1990. Manuel Ferreira faleceu em 17.3.92 e já não pôde rever esse trabalho. Fizemos algumas alterações (título, início e referências bibliográficas), no sentido de adequar o texto a esta publicação. (P.L.)

Isto não exclui a consciência que os responsáveis dos Cinco possuem sobre as dificuldades e as deficiências imensas, e de toda a ordem, quanto à carência de escolas, à qualidade dos professores, à escassez de livros e outros materiais. Seja como for, acredita-se que, dia a dia, as coisas vão melhorando e que a caminhada é irreversível. Donde se possa dizer, com um certo folgar, que a tendência actual é para a re-nacionalização da língua portuguesa. Ela vai sendo readaptada às novas condições sócio-culturais, para que possa desempenhar, da melhor maneira possível, as suas funções de comunicação e expressão. Por isso se altera, se modifica, angolanizando-se, moçambicanaizando-se, caboverdianizando-se, guineizando-se, santomensilizando-se.

Deste modo, os portugueses, cada vez mais, aceitam a filosofia de que a língua portuguesa já não tem dono. Cada país é dono da língua adoptada, é a cada um que cabe administrá-la. A língua portuguesa, hoje, possui tantas *normas* quantos os países ou zonas culturais estrangeiras onde ela se fala. E são também tantas as literaturas de língua portuguesa quantos os países que a têm como língua nacional ou oficial, acrescido este número, do Brasil, até que Timor-Leste venha a tomar o assento vago, e que por direito lhe pertence, nesta assembleia dos sete, e onde cabe também a Galiza, herdeira prestigiada do ramo galaico-português.

Acresce que as literaturas dos Cinco países africanos desenvolvem-se, evoluem e, através dos seus mais credenciados representantes, vão penetrando noutros países, noutras culturas, e, enquanto isso acontece, elas contribuem para tornar mais universal a língua portuguesa.

Esta aventura moderna do português em África, que viveu outras aventuras, já citadas, como as da Galiza, do Brasil, em Goa e Timor, tornou-a uma das mais importantes línguas do mundo e, segundo a UNESCO, uma das mais disseminadas pelo planeta. Actualmente serão cerca de 170 milhões de utentes, no ano 2000 serão 200 milhões.

2. Sobre o modo como as línguas maternas foram interferindo no texto literário de língua portuguesa

A língua portuguesa levada pelas gentes das Descobertas e Expansão para tão longínquas e insuspeitadas paragens da África, Ásia, Américas, Oceania, mercê dos contactos militares, religiosos, administrativos e sobretudo comerciais, terminou por ser utilizada – e em circunstâncias especiais adoptadas – por essas longínquas populações.

Claro que uma língua, quando adoptada ou mesmo utilizada para fins utilitários de natureza de contacto, ao impacto com as línguas locais, ao longo de séculos, vai sofrendo múltiplas diglossias.

Foi por isso que, por tais paragens e entre as mais desvairadas gentes, se criaram, na progressão do uso de uma língua estrangeira – a língua portuguesa – as imensas formas dialectais de que resultaram, posteriormente, crioulos de base portuguesa, sendo ainda hoje conhecidos os fenómenos dialectais evanescentes de Damão e Diu, Malaca, Ceilão, Macau, etc.

Concretamente em relação à África – e sobre o que é ainda hoje vivo e pujante, para além dos dialectos de Casamansa, junto à fronteira litorânica do Senegal, ou da ilha de Fernão Pó – há os crioulos de Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe, e Guiné-Bissau, todos eles de base portuguesa, e de um modo cientificamente confirmado, no que toca a Cabo Verde, com um léxico de origem portuguesa na ordem dos 98 a 99%, na informação pessoal de Baltazar Lopes que, inicialmente, na sua obra fundamental *O dialecto crioulo de Cabo Verde*, publicada em 1957, havia admitido uma percentagem de 97%.

Em Angola e Moçambique não há um único crioulo; podemos considerar, sim, formas dialectais da língua portuguesa, em determinados pontos do país; ou seja, alterações que a língua portuguesa tenha sofrido em localidades, cidades ou subúrbios de cidade, musseques de Luanda, por exemplo, etc., embora possamos considerar que, de um modo generalizado, a língua portuguesa sofreu fortes modificações naqueles territórios e em toda a sua dimensão. Sofreu e, neste próprio momento, acomoda-se na incorporação de palavras e expressões as mais variadas, oriundas das línguas nacionais.

Essas significativas modificações, em determinadas coordenadas espaço-temporais, adquiriram tal intensidade e profundidade que levaram à criação de diversos níveis de língua.

Ora é este fenómeno, complexo e aliciante, não só para o linguista como também para o antropólogo, que os escritores transpuseram para os textos.

Cidadãos naturalmente sensíveis à substância que lhe é cara por excelência – a linguagem – ao impulso da necessidade criativa, e dependendo de várias circunstâncias sociológicas, culturais, ideológicas, etc., no acto da escrita tendem a construir esteticamente uma linguagem a partir da oralidade linguística.

Para se poder avançar na exposição, relembremos que a rede linguística dos Cinco é bastante diversificada, com a particularidade de que, enquanto Angola, Moçambique e a Guiné-Bissau são países multilingues, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe são bilingues: além da língua portuguesa, têm o seu próprio crioulo como língua materna, dando-se ainda a circunstância de na Guiné-Bissau o crioulo recobrir grande parte do seu território.

A partir deste quadro, vamos tentar ver, a traços largos, o modo como os escritores, usando a língua portuguesa, se houveram, na sua condição de criadores de linguagem.

No caso de Angola, as primeiras produções literárias situam-se em Luanda, logo nos meados do século XIX. Pertencendo Luanda à área linguística do quimbundo, já nos primórdios da literatura angolana se dá conta da intercepção daquela língua materna nas estruturas do português. Não propriamente na que é considerada a primeira obra literária angolana, *Espon-taneidades da minha alma* (1849), de José da Silva Maia Ferreira, uma vez que este se limitou a introduzir um ou outro vocábulo africano, e, a bem dizer, isso aconteceu num só poema («A minha terra»), tematicamente subsidiário da fauna ou da flora do país: «Selva de tribo selvagem», «Zagaia», «Palmeiras de sombra copada» (p. 13). Por sua vez, João E. da C. Toulson, em «Poesia» e, como adiante melhor tornaremos a ver, desenvolve um pouco

mais o processo, utilizando o quimbundo no diálogo poético, paralelamente ao diálogo em português:

- *Gazuáa, naló catesso*
- Disse queixosa, e fugiu

Num e noutro caso, trata-se de manifestações do fenómeno *convívio linguístico*, isto é, as duas línguas situadas, lado a lado, não se confrontando, não se fundindo, apenas se justapondo, convivendo. Com a diferença de que no caso de José da Silva Maia Ferreira o *convívio* resulta da introdução deste ou daquele vocábulo no interior da frase, enquanto em João E. da C. Toulson o *convívio* é expresso no paralelismo de duas frases. É esse mesmo fenómeno (a utilização da frase completa em quimbundo) que vamos encontrar no poeta angolano Joaquim Cordeiro da Matta, e, concretamente, naquela que viria a ser a sua única obra, *Delírios – Versos, 1875-1887* (1888), em poemas tais como «Kicóla», por exemplo. Ou então como no poema «Nguibanga – Kiê!» (Que faço!), dedicado a Eduardo Neves, outro poeta que, não sendo angolano de nascimento, também enriqueceu a linguagem poética com o uso suplementar do quimbundo:

- Ai! camôna camuxima!*
- Ai! querida filha d'alma!*
- Ai! meço ma meço mâmi!*
- Ai! olhos, irmãos dos meus!*

É por esta época do séc. XIX, ou seja, na década de 70/80, que outros poetas, mesmo portugueses radicados, não deixaram de ser tentados a empregar palavras ou expressões em quimbundo, em alguns dos seus poemas, nomeadamente o caso exemplar de Eduardo Neves.

Na ficção, o mestiço angolano Pedro Félix Machado parece nunca se ter verdadeiramente sentido atraído pelo processo transgressivo da linguagem, quer na sua poesia quer na sua ficção. Atento, sim, a grafar as palavras do

português popular quando usadas por certos tipos de personagens sem instrução. No resto, o seu discurso corre nas exigências da linguagem escrita que se quer expressiva: «Movido por um instinto de curiosidade muito natural, Fernando folheia no beliche o livro, logo que o recebeu de Leonilla. Não que contasse ou adivinhasse que nele haveria coisa que lhe dissesse respeito, mas porque esperava encontrar nas páginas que ela tivesse lido, alguns traços do seu modo de sentir» (*Scenas d'África – romance íntimo*, 2.^a ed., 1982, p. 10). Ao contrário, Alfredo Trony, português radicado, durante dezenas de anos e falecido em Angola, na sua pequena narrativa, *Nga Muturi* (publicada em folhetins na imprensa angolana e portuguesa em 1882) reeditada, em livro, no ano de 1973, utiliza o quimbundo não só através de palavras ou frases semeadas pelo texto: «quitanda»; «quinda»; «ritoaia», «giponda»; «tinha custado m'ite samanu», como ainda nos diálogos, embora apenas em escassos momentos: « – Macunha oana ni joana».

Gostaríamos de reverenciar este fenómeno, sobretudo em relação a Trony, que, se era angolano do coração, não o era de nascimento. Numa época longínqua em que o colonialismo tendia a subestimar os aspectos das culturas africanas, para não dizer que por elas tinha um imenso desdém, verificar-se que um escritor português introduziu na sua escrita, plasmada de um português de excelente recorte (lembrando Almeida Garrett pelo estilo e Eça de Queiroz pelo processo narrativo), a presença do quimbundo, dando-lhe assim estatuto de cidadania, é sintomático e o menos que revela é que Alfredo Trony desfrutava de um bem nem sempre presente: a capacidade (a enorme capacidade, neste caso) de compreender o Outro. De resto, sabe-se, quanto essa sua prática de alteridade se manifestava em tudo quanto ele fazia em Angola, a bem dizer ao longo de 30 anos, como aliás aconteceria, quer no século XIX quer no século XX, com outros portugueses radicados. Designação esta institucionalizada para significar aqueles portugueses que, tendo ido para as ex-colónias portuguesas, aí se fixaram e integraram. Na ordem literária, vários foram os que, tornando-se escritores, quiseram, e lograram, ser poetas «africanos», inclusive partilhando dos ideais de libertação. Após a independência nacional, alguns adquiriram a cidadania do país de opção.

Este fenómeno linguístico, denominado *convívio*, como se disse, só veio de novo a manifestar-se verdadeiramente em *O segredo da morta* (1935) de António de Assis Júnior (1878-1960); porém, e não obstante tal se verificar cerca de meio século depois de Alfredo Trony, naquele romance o autor limitou-se a empregar o quimbundo por intermédio de uma ou outra palavra, no interior do discurso do narrador, e fora disso na fala das personagens, em longas tiradas. Não houve, pois, qualquer avanço significativo em relação ao século XIX. Estas experiências como que se perderam na memória cultural. Caberá à geração da *Mensagem* (1951-1952) reiniciar, como projecto espontâneo, sem ligação com o passado, correspondendo a uma necessidade de expressão e a uma tomada de consciência que a leva a saber valorizar os idiomas maternos, introduzindo nos enunciados palavras em quimbundo, sem a concessão da tradução. Por exemplo, em *Viriato da Cruz*: «É praquê nossas raiz/Tem força do makèzú! ...» («Makèzú», in *Poemas*, 1961, p. 9). Agora nada se explica, como era das boas maneiras da escrita no século XIX, conforme atrás exemplificámos. Há, de longe, sem dúvida, uma maior consciência linguística e um sentido mais agudo na utilização do sistema do convívio.

O grupo da *Cultura* [II] (1957-1960) vai perseguir as experiências anteriores, mas já nessa altura se denotava uma preocupação no sentido de, no complexo sistema criativo angolano, se tirar um maior proveito da escrita. E vem por duas vias, com resultados diferentes. Em Cochat Osório, no conto «Aiué!», pela primeira vez se experimenta, na história literária angolana, numa narrativa completa, a transgressão fonética com base na oralidade, porventura próximo do processo trazido pelo nigeriano Amos Totuola, mas antes dele:

Dominga num qué chorár. Os minino já tá no vapor. E bana co mão e bana co lenço: mmamman, mmamman, mmamman ... Dominga num qué chorár (*Capim Verde*, 1957, p. 203).

Como se vê, de lado é posto o convívio linguístico para se construir uma linguagem uniforme. Esta experiência de Cochat Osório fora única da

sua parte e única enquanto totalidade de um texto. Vejamos. Numa ou noutra narrativa angolana, muito parcialmente, porém, e em regra quase tão-só nos diálogos, este processo já havia sido ensaiado. Mas uma história, contada de princípio ao fim nessa toada, como acontece no conto «Aiué! ...» ninguém mais o fez, que saibamos. Luandino Vieira surgiu nessa altura, mas só viria a concretizar o início da sua decisiva aventura linguística mais tarde, não propriamente no seu primeiro livro *A cidade e a infância* (1960), mas em *Luuanda* (1964), e *Vidas novas*, publicado em 1968 em Portugal, porém, muito antes estreado em França, dada a sua natureza «subversiva» do ponto de vista dos aparelhos ideológicos colonialistas de Salazar.

Tenha-se em conta, no entanto, que Luandino Vieira é um caso diferente do de Cochat Osório. Parente literário do brasileiro Guimarães Rosa, que lhe teria servido de motor catártico para o desencadeamento de um processo que o próprio Luandino já havia metido nas suas preocupações e, de certo modo, experimentado, ainda que hesitantemente, em histórias dispersas por diversas publicações. De facto, com Luandino Vieira opera-se uma profunda remodelação, ultrapassando o *convívio linguístico*, ao optar pela fusão de três vertentes: português, quimbundo e português da área dos musseques, onde o autor fora criado. Ou seja que L. Vieira enveredou, decidida e vitoriosamente, pelo *hibridismo linguístico*. Por exemplo:

Cá estou eu outra vez, vês? Mas ainda não cheguei, tu e os teus tranquilos. Mortos nos ouvem já nos risos e nos gritos de alegria do nosso marchar, formamos alas, Xindas – libamos de miúdos monadengues amarrados no encanto do homem suado, de fraque e chapéu alto (*Nós, os do Makuluso*, 1974, p. 96).

Luandino Vieira iria aprofundar, durante anos, no Campo de Concentração do Tarrafal de Cabo Verde, por ironia do destino chamado Chão Bom, um processo que iniciou nas cadeias de Luanda, nos inícios dos anos 60. E serão vários os ficcionistas que o acompanharam: Jorge Macedo, Jofre Rocha, Boaventura Cardoso, sobretudo. Nem todos como epígonos, mas alguns em jeito repetitivo. Seja assim ou não, a aventura linguística de Luandino Vieira

foi decisiva para a criação de uma nova linguagem literária angolana, que continua a exercer manifesto sortilégio junto de leitores e prosadores.

Companheiro de Luandino nas prisões do Tarrafal, ei-lo, Uanhenga Xitu que também partilha do uso frequente do quimbundo, mas nos diálogos, por vezes longos, e de modo exclusivo, na continuação daquilo que Assis Júnior havia praticado em *O segredo da morta* (1935), ele chega a transcreever uma canção em quimbundo sem ser acompanhada da tradução (cf. sobretudo *Maka na sanzala*, Luanda, 1979).

Quatro décadas decorridas, os escritores angolanos linguisticamente estão divididos em duas séries: os que seguem a corrente luandina e os que perseguem a norma padrão do português de Portugal, ainda que com o recurso a muitas contribuições das línguas maternas.

Em Moçambique, na década de 50, Rui Nogar experimenta na poesia as formas do chamado *pequeno português*, formas que têm a ver mais com as destruturações fonológicas do que morfo-sintáticas:

eu bebeu suruma oh suruma suruma
dos teus ólho Ana Maria
com meu todo vontade
com meu todo coração
(«Xicuembo», *Poetas de Moçambique*, 1962, p. 114)

Este processo, entretanto, é abandonado, havendo, no entanto, uma experiência ficcional fugaz, de Luís Bernardo Honwana: «Rosita, até morrer» (*Vértice*, Coimbra, n.º 331-332, 1971, p. 634-635). Pode-se dizer que o modo de criação linguística dentro dos princípios do hibridismo é iniciado com Ascêncio de Freitas, português longamente radicado em Moçambique, de onde regressou por volta de 1978.

Suas perna magra, suas perna já era magrinho, banava, banava, cadavez parece é causa de ser velho – Lukutúkúe tinha mais medo, não ... (*e as raiva passa por cima, fica engrossar um silêncio*, 1979, p. 75).

Concretamente só agora Mia Couto traz a notável revelação de *Vozes anoitecidas* (1985), com a qual experiência, do ponto de vista linguístico, está próximo de Luandino Vieira e porventura não tanto de Ascêncio de Freitas:

Só ficava sentado. Mais nada. Assim mesmo, sentadíssimo. O tempo não zangava com ele. Deixava-o. Bento João Mussavele (*Vozes anoitecidas*, 2.^a ed., 1987, p. 109).

Esta prática criativa é continuada, com o mesmo êxito, e mais refinadamente, nas obras posteriores de Mia Couto: *Cronicando* (1988), crónicas, e *Cada homem é uma raça* (1990), contos.

Relativamente a São Tomé e Príncipe, do qual também não se pode falar de uma ficção oitocentista, na época moderna, é com Francisco José Tenreiro (1921-1963) e com o seu *Ilha de nome santo* (1942) que os enunciados reflectem os efeitos das relações de contacto que o português e o crioulo de São Tomé e Príncipe estabelecem entre si, no plano de criatividade linguística. Atente-se que os fenómenos de alteração da linguagem poética em Tenreiro são mais de natureza fonológica do que morfo-sintáctica. Vamos a dizer que corre mais próximo da referida experiência de Cochat Osório do que da de Luandino Vieira. Só que o relevo a dar a Francisco J. Tenreiro está em que a sua experiência linguística se antecipa em cerca de dezassete anos à de Cochat Osório em «Aiué! ...»:

Seu Silva Costa/chegou na ilha:/fez comércio di alcool/fez comércio di homem/fez comércio di terra («Romance do seu Silva Costa», *Ilha de nome santo*, 1942, p. 13).

Cabo Verde, como se disse, tem como língua mãe o crioulo – e como língua outra, hoje língua oficial, a língua portuguesa, como aliás o é em todos os outros quatro países africanos.

É com a geração da *Claridade* (1936), que demarca o início da moderna literatura cabo-verdiana, que as interferências do crioulo se começam a fazer sentir, quer na poesia quer na ficção, embora haja exemplos, ainda que

esporádicos, desde o século XIX. Isto de um modo generalizado, diríamos institucionalizado. Basta sabermos, por exemplo, que todos os ficcionistas cabo-verdianos de qualidade, ainda que não estejam fortemente sensibilizados para proceder à intervenção do crioulo na linguagem literária, não deixam de o tomar em linha de conta na fala das personagens. Mas, além disso, o crioulo, nuns mais, noutros menos, está sempre presente nos enunciados poéticos ou ficcionais. No entanto, é com Baltazar Lopes e com *Chiquinho* (1947), cujos primeiros capítulos foram publicados no n.º 1 da *Claridade*, que o crioulo adquire uma nova dimensão nos enunciados literários cabo-verdianos. Aí Baltazar Lopes não se limita a revelá-lo através das personagens do romance. Vai mais longe. O discurso do narrador é feito através da fala que, com frequência, resulta do aproveitamento do crioulo por parte da língua portuguesa:

Tói Mulato não. Nas nossas questões, ele era sempre o mais velho. Pegávamos queda, brigávamos de boca, mas ao chegar Tói Mulato acabava tudo (*Chiquinho*, 1.ª edição, 1947, p. 33).

Permita-se-nos que registemos aqui a experiência que, neste domínio, coube fazer ao signatário:

Esses meninos desabusados chegavam junto das casotas dos vadios e diziam, ao ataque, e numa trupida entravam dentro das casas, fuque-fuque, desinfectavam, saíam, fazendo ruído (*Voz de prisão*, 1971, p. 133).

Ou seja que, nesse aspecto, Baltazar Lopes antecipou-se em muitos anos ao brasileiro Guimarães Rosa e ao angolano Luandino Vieira. Bem vistas as coisas, porém, a verdade é que este fenómeno da reapropriação da linguagem oral vem de longe no Brasil: desde José Alencar, culminando com o Modernismo Brasileiro, de 1922, e espectacularmente com Mário de Andrade, em *Macunaíma* (1928).

Esta problemática da criatividade linguística em África, em que a língua portuguesa, no plano da escrita, confrontada com as línguas nacionais,

sofre múltiplas e fundas alterações, empresta um acrescido aliciente ao processo literário africano, já que as várias literaturas, originais em si mesmas, e cada uma de *per si*, evidenciam o desvelo da sua personalidade e enriquecem o vasto quadro literário dos Cinco.

Manuel Ferreira, (n. 1917, m. 1992) foi professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde fundou a cadeira de Literaturas Africanas, a primeira em Portugal (1974). Foi romancista e contista saído do movimento neo-realista português e integrou-se posteriormente na literatura cabo-verdiana. Da sua extensa bibliografia destacam-se *A aventura crioula* (1967); os três volumes de *No reino de Caliban* (1975-86); *O discurso no percurso africano – I* (1989) e *História das literaturas africanas de língua portuguesa* (no prelo).

Projectos e limites da CEI

À memória de alguns mortos da CEI que participaram nesta produção literária e política: Agostinho Neto, Carlos Ervedosa, Francisco José Tenreiro, José Ilídio Cruz, José Manuel Vilar e Mário António (Fernandes de Oliveira).

Quando cheguei a Lisboa, obrigado a abandonar Angola nos finais de 1957, fui morar num andar da Avenida Duque d'Ávila, no n.º 5, que ficava exactamente em frente da Casa dos Estudantes do Império. Dei-me conta que podia continuar em África, o que naturalmente fiz. Estava em Lisboa, na capital de um Império agonizante, mas podia encontrar as diferentes maneiras de viver no continente que fora obrigado a abandonar, bastando para isso atravessar a Avenida.

A CEI era mais do que uma simples associação de estudantes africanos, mesmo quando estes ainda o não sabiam, como se pode ver através do texto desolador que Sócrates Dáskalos consagrou à sua própria experiência. O mais importante não residia na criação do gueto, embora esta função fosse deveras significativa: o que mais interessava era provar a autonomia africana. A instituição era hegemónica, tendo conseguido a proeza de transformar o «império» em movimento independentista e anti-colonial.

Estava-se ainda nesses anos longe de um pensamento anti-colonial, e o país e a oposição encaravam como simplesmente natural a existência das colónias. O Partido Comunista não hesitara em instalar «agências» em alguns pontos dessas colónias. Só pude conhecer bem a «agência» de Luanda: os seus membros não repeliam a colonização, e procuravam – delicados humanistas – corrigir os seus excessos, de modo a assegurar a perenidade do modelo de dominação português.

A situação fora completamente revista em Lisboa: a Casa dos Estudantes do Império não acreditava nas boas intenções do colonialismo, denunciava com alguma veemência – às vezes um pouco infantil – os colonialistas e encaminhava-se para o único objectivo possível: a independência. Creio que uma das suas tarefas pedagógicas foi a de retirar aos futuros dirigentes políticos os cueiros luso-tropicalistas que ainda entravavam a marcha de muitos.

Não seria difícil organizar uma lista de nomes, por ordem mais ou menos alfabética, mas tal não me parece indispensável. Digamos simplesmente que os efeitos da Conferência de Bandungue, associados às intervenções mais radicais do coronel Nasser, somados às primeiras independências africanas modernas e à intervenção quase mítica dos mau-maus que todos iam conhecendo graças ao livro do Dr. Jomo Kenyatta, contribuíram poderosamente para devolver à situação africana a complexidade que lhe fora negada pela colonização portuguesa, que reduzia as relações com o continente a uma simples máquina de exploração de recursos naturais e de força de trabalho.

O programa político fora traçado com grande precisão pelos angolanos da *Mensagem*: cada país, cada nacional, tinha obrigação de descobrir o seu país. Não bastava a simples rotina de aí ter nascido: esta relação natural – quase no sentido hegeliano – exigia um complemento indispensável: definir a sua identidade e organizar o percurso para a independência. Não creio que o conceito fosse muito utilizado, mas a verdade é que não se pode compreender o funcionamento da CEI sem levar em conta esta latência: na Avenida Duque d'Ávila só havia independentistas.

Esta orientação viu-se reforçada pela actividade do CEA – o famoso Centro de Estudos Africanos, criado por Francisco (José) Tenreiro e por Mário (Pinto) de Andrade, associados a alguns outros, dos quais me parece necessário citar António Domingues, o único angolano-principês nascido em Lisboa, Julieta e Arlindo Espírito Santo, mas sobretudo de Noémia de Sousa, que também usara o lindíssimo pseudónimo Vera Micaia. Foi este o grupo que mais sentiu a violência da guerra do Bate-bá, quer dizer do massacre

decidido pelo Governador de S. Tomé, o artilheiro do Alto do Duque, Carlos de Sousa Gorgulho, em Fevereiro de 1953.

O sangue derramado na praia de Fernão Dias agiu de maneira decisiva no mecanismo africano, tanto mais que o governo salazarista não fora capaz de pôr termo à carreira do bufão trágico, tendo-o condecorado, ao que parece devido a uma intervenção de Santos Costa. O político associa-se neste momento ao literário, pois que a publicação do primeiro Caderno de poesia negra de expressão portuguesa fez-se em Abril desse mesmo ano de 1953. A poesia dizia, graças à sua carga metafórica, a beleza africana, reforçada pela beleza da independência.

Convém sempre pôr em evidência um facto sócio-político central, que nem sempre é convenientemente evocado: não existia então em Portugal um vero pensamento anti-colonial. Não havia sequer tomadas de posição individuais, a não ser entre alguns raros anarquistas. Lembro-me sempre com surpresa da primeira, e durante muitos anos única, declaração anti-colonialista que ouvi entre militantes comunistas: a de Manuel Fiúza Júnior, antigo anarquista, que de resto seria assassinado pela PIDE, na sinistríssima rua do Heroísmo, onde as caves cheiravam às flores mortas do Cemitério do Repouso.

Aceita-se hoje a ideia de ter havido pelo menos um esboço de pensamento anti-colonialista: leiam-se os textos consagrados às «colónias» pelos autores portugueses e envergonhemo-nos pensando no que foi capaz de escrever um homem inteligente como o Dr. Brito Camacho, Alto-Comissário da República em Moçambique. Podia acrescentar-lhe a boa vontade da excelente senhora que era Maria Archer, que quis ser uma figura eminente da Oposição, ou o bom-colonialismo de um jornalista da *República*, como Julião Quintinha.

A ausência deste pensamento anti-colonialista enraíza na legitimação da colonização e dos seus aspectos mais negativos, como a escravatura ou o trabalho forçado. A língua portuguesa mantém ainda os restos dessas razões, pois que se trabalha ainda hoje «como um escravo», «como um mouro» ou «como um preto». Não se trabalha nunca como um branco, pois que o próprio do branco será exactamente o não-trabalho. Nestas condições

compreende-se a lógica da dominação, tal como se explica a dinâmica da guerra e o facto de alguns representantes da esquerda inteligente terem feito a guerra sem experimentarem o mínimo remorso. Não citarei nomes, porque são eles demasiado conhecidos

Face a esta situação, havia que procurar organizar a reflexão, não hesitando em denunciar a própria condição do estudante africano em Portugal. A primeira grande violência colonialista residia nessa operação singular, que possuía dois aspectos complementares: a decisão de não criar universidades nas colónias, mesmo se estas eram administrativamente províncias ultramarinas, e a necessidade de se instalar em Portugal para frequentar uma universidade. Os custos da operação reduziam as possibilidades dos africanos. Não poderei esquecer a amargura de Mário António, numa tarde já antiga dos anos 54-55, dizendo-me, entre o palácio do governo geral e a cacimba da Maianga, a sua amargura por não poder licenciar-se, devido aos limitados meios financeiros da família.

Simultaneamente não se considerava a existência de uma literatura africana, e alguns africanos duvidavam deles próprios, não assumindo a sua condição de criadores de literaturas novas. Essa incerteza aparece até em muitos autores cabo-verdianos, que foram contudo os primeiros a superar as obras individuais para agir criticamente como uma colectividade cultural, capaz de se exprimir através de uma literatura que procurava assumir tanto os elementos do real quotidiano, como os do imaginário que libertava os homens da sua condição de dominados.

Só com efeito nos anos 20 começa a esboçar-se uma análise crítica do projecto literário, mal esboçada pelos cabo-verdianos da geração republicana. Mas tanto em Cabo Verde na *Claridade*, como em Angola na revista *Angola*, se procurava definir o projecto cultural. Dado não ser possível analisar o projecto político, devido à repressão colonial e à violência da censura, os intelectuais analisam a questão servindo-se do arsenal estilístico, da metáfora à metonímia e à sinédoque. Tanto na *Claridade* como na *Angola*, se começa a esboçar o perfil de uma autonomia literária, que não pode deixar de se completar por via do discurso e sobretudo da prática política.

Simplemente, essas operações não eram conhecidas em Portugal, onde só fora ouvida a voz poética de Francisco José Tenreiro, que em 1942 pudera publicar no Novo Cancioneiro a *Ilha de nome santo*, que exprimia a maneira de ver dos pan-africanistas. Poema que fora precedido por uma tentativa de Orlando Mendes, infinitamente menos decidida na assunção da condição de africano descendente de africanos escravizados. A África era então um continente sem boca, ou com a boca amordaçada, e por isso necessariamente sem voz. Quer dizer, sem literatura reconhecida. A situação não melhorou senão sob a pressão das publicações da Casa dos Estudantes do Império, reforçada por intervenções complementares, sendo a cabo-verdiana a mais importante. A capacidade de leitura dos portugueses, críticos ou professores de literatura, leitores anónimos e normais, era por isso particularmente inexistente. É certo que aqui e ali se tinha registado uma pequena erupção de textos mais virados para o exótico, mas que se satisfaziam com essa orientação. O Outro africano não passava de um elemento singular de uma natureza também singular, e por isso despojado de qualidades. Nessas condições, era difícil, digamos simplesmente impossível, reconhecer a existência de uma escrita, menos ainda de um projecto literário.

Os esforços feitos pelos jovens escritores que se encontravam em Portugal nos anos 50 saldaram-se por um fracasso notório. Organizaram-se todavia várias sessões literárias de propaganda e a juvenilíssima Alda Lara mobilizou os seus talentos de *disease* para assegurar a banalização de alguns autores e de alguns poemas. A delegação coimbrã da CEI, onde se concentravam alguns jovens autores africanos, não conseguiu mais do que uma atenção polida, que se devia a pessoas que procuravam mostrar o que sabiam. Talvez por isso, Alda Lara exaltava o seu país natal, proclamando a certeza de voltar e apostando a sua vida nesse regresso.

A primeira antologia organizada pela CEI, foi consagrada a Moçambique: os dois compiladores foram Victor Evaristo, aluno então de engenharia, e Orlando de Albuquerque, que frequentava medicina. Todavia os dois autores, ambos europeus, não acreditavam na existência de uma poesia realmente moçambicana, o que explica a discreção do título desta antologia –

Poesia em Moçambique –, isto mau grado a presença de Ruy de Noronha, que não podia ser senão o autor de uma poesia realmente moçambicana. Esta restrição possui a enorme qualidade de revelar não só as incertezas culturais de cada país, mas sobretudo a falsa certeza de que a produção literária só podia ser realmente portuguesa.

O paradoxo reside todavia no facto de ser possível reunir, num pequeno volume ciclostilado, a poesia mais significativa – porque a menos portuguesa – de uma «província ultramarina». As condições da criação não dependiam já exclusivamente de Portugal, o que era sobretudo visível na poesia de Noémia de Sousa, evidentemente a mais anglófona dos poetas moçambicanos. Este esteio anglófono, também presente na poesia de Francisco José Tenreiro, sublinhava a singularidade da poesia africana, num momento em que ainda se não reparara muito na genealogia anglófona de uma parte substancial da obra de Fernando Pessoa.

A crítica portuguesa mostrou-se soberbamente indiferente à produção literária dos africanos, fosse em Portugal, fosse em África. A simples consulta de uma revista como a *Vértice* sublinha a rareza das referências ou das publicações. Lisboa, graças a Tenreiro e ao seu cunhado Carlos Alberto Lança, publicara alguns poemas na antologia *Contos e poemas*, que não viveu muito tempo, e que não alcançou uma grande difusão. E não poucas vezes os críticos, mesmo bem intencionados, manifestavam um singular desconhecimento dos particularismos geo-físicos e geo-culturais, repetindo por isso, mesmo quando o não desejavam, a cartilha do bom colonialista.

Situação tornada mais complexa pelos prémios da muito oficial Agência Geral das Colónias, que ia premiando, ano após ano, os *melhores autores* coloniais. Durante muito tempo foi praticamente impossível conseguir abrir uma brecha nessa muralha colonialista, havendo que referir as boas intenções de Álvaro Salema, a actividade frenética de Amândio César – com este nome e com o pseudónimo de Margarido Pires –, e a contribuição arguta de Carlos Cunha, que co-dirigiu a segunda fase do «Diálogo» – suplemento cultural do *Diário Ilustrado* – antes de lhe ser confiada a terceira fase deste suplemento. Desgraçadamente Carlos Cunha comprometeu-se excessi-

vamente com a PIDE, organizando a vigilância dos intelectuais portugueses em Paris, o que o tornou indigno das referências culturais.

Nestas condições a CEI e as suas edições acabaram por se transformar não em gueto, mas em força virada para dentro, exprimindo as diferentes tendências das opções políticas dos países africanos. A partir de 1958, sabia-se que o único objectivo era a independência, e as actividades editoriais da CEI iam todas nesse sentido. Já tive oportunidade de explicar inclusivamente a razão pela qual se não elaborou nunca uma antologia da poesia africana englobando todos os poetas, tal como fizera Mário Pinto de Andrade: não nos parecia nem útil nem conveniente dissolver as pulsões nacionais de que a poesia era portadora, em volumes concentrando todos os criadores. Esta lógica da frente unida poética, que fora certamente útil em 1953, que ainda se podia aceitar em 1958, já não podia ser eficaz nos anos subsequentes, após a estruturação dos movimentos de libertação. Estes volumes autónomos tinham por missão dar a ler, dar a compreender, a lógica das consciências nacionais, tal como a poesia as podia assumir.

Não sem contradições: pode mostrar-se sem dificuldade que persistiam compromissos, que levaram todas as antologias a incluir a produção literária dos colonos, excepto no caso da antologia dos poetas de S. Tomé e Príncipe, que, por razões políticas, foi a última deste ciclo. A antologia de Cabo Verde, que ainda comecei a organizar mas não acabei, deixando o prefácio a meio caminho, insistia na rejeição dos colonos ou até de falsos autores cabo-verdianos, como penso que continua a ser o caso de Daniel Filipe, todavia um autêntico poeta português, combinando a sua socialização lisboeta, a memória de Trás-os-Montes familiar e paterno e as reminiscências da Boavista, onde sua mãe nascera.

Só a guerra colonial conseguiu abrir a boceta desta Pandora literária, recrutando outros leitores, capazes de aceitar a existência de literaturas africanas, e não hesitando em reconhecer a dignidade dos autores africanos. Dignidade criadora, que subitamente vinha explicar a necessidade da luta armada, face aos portugueses que não queriam reconhecer a autonomia dos africanos. Pode por isso afirmar-se que só a conjunção campanha Humberto

Delgado, operação do Santa Maria, começo da guerra de libertação em Luanda a 4 de Fevereiro de 1961, conseguiram desbloquear a situação. A violência da guerra podia ser explicada pela poesia: o que se esperava não era nem a morte nem o sofrimento, mas a esperança e a liberdade, para não dizer a felicidade.

Ao fechar em 1965 a CEI, o governo português, sob a pressão do ministro Silva Cunha, reconhecia o carácter *perigoso* da CEI: era todavia demasiado tarde. Tanto no plano político como no plano literário a instituição fora capaz de assumir as suas tarefas. Não sem dificuldades, pois fora necessário improvisar um sector editorial, em circunstâncias particularmente difíceis. A verdade contudo é que se pretendia devolver a voz e a palavra aos falsos mudos da criação literária. E queria-se também que esta literatura fosse teoria e grito. Creio que a tarefa foi plenamente cumprida. Hoje ninguém duvida, nem os racistas mais apaixonados, do talento literário dos africanos. Tal como acabarão por acreditar que as democracias africanas podem ser elaboradas e geridas pelos criadores literários. Inelutavelmente.

Alfredo Margarido é professor na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e na Universidade Autónoma (ambas de Lisboa). Foi professor em várias universidades francesas, desde 1964. Pertenceu à Casa dos Estudantes do Império. Com Mário de Andrade e Manuel Ferreira, é um dos históricos dos estudos literários africanos. Investigador e pensador multifacetado, é autor de uma extensa bibliografia, de que se destaca, na área africana, *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa* (1980).

A cooperação e as condições políticas do desenvolvimento

1. A cooperação, na sua acepção mais comum e politicamente mais significativa, é um domínio de relações relativamente recente: tornou-se semanticamente autónoma a partir do post-guerra, ou mais concretamente, a partir do termo das grandes descolonizações, designadamente a francesa, tendo vindo a substituir progressivamente desde então o conceito inicial de ajuda ou assistência. Embora, no domínio mais estrito da cooperação política, tenha como protagonistas preferenciais os países desenvolvidos do norte e como objectivo a articulação de políticas comuns, sobretudo financeiras e militares, a cooperação *tout court* designa exclusivamente a relação com os países do Terceiro Mundo ou países sub-desenvolvidos e visa a chamada ajuda para o desenvolvimento.

2. A filosofia que presidiu ao estabelecimento desta cooperação, que aparece, nos termos descritos, como instrumento de substituição do antigo relacionamento de natureza colonial, tem uma etiologia complexa, em que razões de carácter ético, emergentes de uma má-consciência puritana que se desenvolveu, curiosamente, nos países que nunca tiveram colónias e junto dos sectores mais radicais das esquerdas metropolitanas, se aliam a razões mais concretas e identificáveis que são coincidentes com o interesse económico das antigas metrópoles na continuidade, sob outra invocação, das relações comerciais com os territórios ultramarinos. Tem ainda a ver com a percepção de que a institucionalização desse relacionamento, facilitado pelo tropismo natural nos antigos colonizados de se aproximarem do colonizador, é importante enquanto meio, inesperadamente mais favorável –

porque liberto dos *incomoda* característicos do colonialismo dos cipaios – de manter, estruturar melhor ou alargar zonas de influências, úteis como instrumento valioso de política externa.

Relativamente aos países mais poderosos, o interesse de tais zonas contedia decerto com o prestígio nacional, mas valia sobretudo pelas suas virtualidades estratégicas, no âmbito do campo de forças definido por uma ordem fundamentalmente caracterizada por dois pólos – os EUA e a URSS – e respectivos espaços de aliança ou satelização. Nos países menos poderosos, aqueles a quem as circunstâncias da sua própria irrelevância no jogo estratégico moderavam as ambições de protagonizarem aí qualquer papel de vulto, importavam todavia outros factores adjuvantes da composição de um espectro apesar de tudo relevante, tanto em termos de posicionamento externo, como de satisfação interna: os ingredientes deste sentimento são vários e prendem-se com a afirmação da língua, a defesa de interesses económicos e comerciais, a eventualidade de uma re-emigração útil do ponto de vista do emprego, a própria transferência das tecnologias tornadas obsoletas.

Do ponto de vista dos novos Estados, a cooperação cedo se tornou um remédio essencial: na verdade, como vieram a dar-se conta tanto os teorizadores da negritude, como os do socialismo africano, as independências políticas prometiam mais do que deram: mesmo na esfera de libertação interior ou do protagonismo da história, como quiserem, o desencanto em breve afogou as esperanças iniciais. Partindo com dificuldades praticamente insuperáveis, dada a fragilidade do tecido social e político em que assentavam os novos Estados e a pulverização da Nação por múltiplas obediências, tanto étnicas como raciais, as independências não souberam ou não puderam evitar a alienação progressiva das massas, ou a continuação, quase sem qualquer intervalo, da alienação que era própria do sistema colonial; os novos governos mais não foram, na maioria das vezes, que substitutos ou prolongamento autóctones do poder alienígena, igualmente divorciados das populações que, em África sobretudo, continuaram a existir num universo próprio, regido por leis, ciclos e dinâmicas que pouco foram influenciados, no sentido do reforço do Estado e da construção nacional, pelos governos post-independência.

Face às dificuldades de toda a ordem, emergentes das fragilidades apontadas e de uma intrínseca pobreza tanto em recursos humanos como em recursos naturais e tecnológicos, os governos do Terceiro-Mundo descobriram o que viria a tornar-se na panaceia perversa da segunda metade do século, isto é, a ajuda internacional, mãe da cooperação.

3. Essa cooperação podia ter tido sorte diferente e resultados também diferentes se não fora a perversidade que lhe constituiu desde o princípio o sentido e a coerência mais profundos e que, como vimos, teve fundamentalmente a ver, do lado dos dadores, com a preocupação ideológico-estratégica emergente do grande cisma do século XX e do combate global pelo domínio político do mundo. E também e paralelamente, com a procura de influências e interesses que, como economias de escala, procuraram garantir-se adentro dos próprios sistemas ou zonas de influência.

Do lado dos que recebiam a cooperação, aquela perversidade consistiu principalmente na irresponsabilidade com que os fundos foram aplicados, nas prioridades que se estabeleceram, dos alinhamentos políticos que se engendraram, na corrupção avassaladora que se instalou.

4. Não seria porém nem verdadeiro nem justo considerar o quadro descrito para além do que pretende ser: um quadro geral, que identifica determinantes e tendências, reflecte a generalidade das situações e caracteriza um período, que conheceu no entanto gradações diversas e que não deixou, por força de factores externos, mas também internos, à relação de cooperação e aos países considerados, de ensaiar, melhor ou pior, o processo da sua própria regeneração. Nem toda a cooperação se perdeu, nem toda se fez em obediências a interesses diversos das populações; muito esforço se empregou com recta intenção, alguns exemplos felizes se podem apontar. Mas no conjunto, o resultado global de anos de ajuda internacional não é encorajante: pelo contrário, se um juízo sintético é possível fazer do que poderíamos, sem grande propriedade, caracterizar como o resultado do primeiro grande período da cooperação, é porventura o que, num dos seus

escritos, Fukiama constata tristemente: a regressão generalizada da África e o seu empobrecimento galopante, que permite afirmar que as diferentes regiões do continente se tornaram tanto mais pobres quanto mais se foram distanciando do colonialismo.

5. A conclusão mais imediata que me parece legítimo tirar do que acabamos de dizer e em que pretendemos caracterizar o primeiro grande período de ajuda internacional ao desenvolvimento, após as independências dos países do chamado Terceiro-Mundo é a de que, descontados os poucos exemplos que atribuímos ao que, porventura com demasiada severidade, chamei de má-consciência puritana, é que essa cooperação foi sobretudo concebida como um instrumento da política externa dos paísesadores, numa altura da história em que os países mais internacionalmente relevantes, que acontece serem os mais ricos e os que destinaram maior percentagem do seu produto à ajuda dos países do Sul, tinham interesse directo numa continuada partilha do mundo, já não em termos coloniais ou de ocupação territorial efectiva, mas de influência ideológica, por sua vez veiculadora de interesses económicos ou militares. A filosofia de base que presidiu a este tipo de relacionamento só na aparência traduziu uma real solidariedade com as pessoas e os povos e conduziu, por força do próprio combate ideológico que caracterizou a guerra fria, a sustentar, apoiar, senão mesmo a instalar, governos mais sintonizados com o desígnio da grande estratégia das super-potências que com o serviço público dos países carentes. Este binómio de interesses veio a revelar-se catastrófico para o desenvolvimento da África, que constitui o universo mais paradigmático da teoria de problemas que aqui nos interessam. Tal filosofia conduziu directamente aos regimes de partido único, às extravagantes ditaduras negras, ao descalabro das economias, à má utilização dos dinheiros públicos, à corrupção e à relativa inoperância da cooperação. Como bem se compreende – com governos que constituíram, na grande maioria dos casos, emanção e expressão do único instrumento de poder existente, isto é, o exército, tanto nos regimes pró-ocidentais como nos regimes marxistas-leninistas, que constituíam a maioria – as populações

viram-se postergadas por auto-proclamadas vanguardas e continuaram ausentes, exiladas nos seus próprios países, objecto e não sujeitos da sua própria história.

6. Como deixei dito, o quadro geral esboçado é apenas isso: um quadro geral, que surpreende, na sua globalidade, o conjunto dos fenómenos que marcaram o penoso caminhar do Terceiro-Mundo, desde as independências, e a relativa frustração das esperanças de Bandung. Nesse quadro, a cooperação soçobrou, por vícios inerentes e por dificuldades exógenas, tendo estas a ver com a incapacidade ou com a deliberada perversão dos recipiendários: todavia, e como também pude acentuar, esta visão não esgota a realidade, porque muito se fez, a cargo sobretudo das agências menos politizadas, dos países menos comprometidos em termos de disputa ideológica na área, e das organizações humanitárias, cujo contributo, em sectores tão sensíveis como a Saúde, a Protecção Social, a Educação e a Formação, remou eficazmente contra a maré e pôde evitar, nestes domínios – os menos directamente conotados, de resto, com interesses financeiros ou económicos – que o afundamento das estruturas e a degradação das situações fosse mais acentuada.

7. O que resta no entanto – e mau grado essas pequenas ilhas de relativo êxito da cooperação, no controle das grandes endemias, e na formação de quadros – é para a teorização da cooperação uma grande dose de perplexidade, tanto mais inquietante porquanto incide não já sobre as antigas metodologias facilmente descartáveis por ineficazes e sem sentido, terminada que foi a guerra fria com o desaparecimento da União Soviética, mas ainda e sempre sobre os modelos, cuja querela continua a agitar-se e que reflecte a preocupação – ou o problema – centrais a todo este debate. Refiro-me à querela dos modelos de desenvolvimento, ou, de maneira mais simples, ao problema de saber como ajudar eficazmente um país a desenvolver-se, quando o que conhecemos como processos de desenvolvimento, liberais ou estatais, têm todos a ver com técnicas que foram criadas e aperfeiçoadas no seio e por virtude de uma racionalidade e no âmbito de formas que não

coincidem antes divergem, por vezes radicalmente, das que prevalecem no Terceiro-Mundo.

8. De qualquer modo, algo de muito importante aconteceu entretanto, que veio projectar os seus efeitos em praticamente todas as dimensões públicas da vida e que obrigou a uma maior ou menor redefinição das relações entre os estados e designadamente entre os vários mundos em que é costume catalogar os grupos de países. Esse acontecimento, que só poderia ser antecipado por quem tivesse a consciência de que a história caminha, não tanto linearmente para o seu fim, mas antes de maneira sobressaltada e ressurgente, foi, como sabemos, o fim da União Soviética e com ela, da bipolarização e do consequente combate pelo domínio planetário. Os aliados ideológicos na perspectiva desse combate deixaram de ter importância e as zonas periféricas, sem interesse excessivo do ponto de vista comercial, industrial ou tecnológico, perderam igualmente a precária, mas disputada, importância de que gozavam. Começaram deste modo a desenhar-se as condições para libertar a cooperação da instrumentalidade político-ideológica e a operar-se uma consequente redefinição nos respectivos pressupostos teóricos e objectivos estratégicos.

9. Libertas assim da ganga ideológica as relações entre o mundo desenvolvido e os universos de pobreza situados ao sul, é possível prever que venha a valorizar-se aquilo que é, na cooperação, o seu fundamento mais lógico e teoricamente o mais correcto e aceitável: isto é, a ideia do dever de solidariedade que constitui uma das componentes essenciais tanto do pensamento ocidental de raiz judeo-cristã como das restantes civilizações que puderam, em nome de uma racionalidade valorizadora do carácter laico e não mágico da relação do homem com as coisas, adaptar e adoptar modelos e técnicas de desenvolvimento e assegurar desse modo níveis elevados de riqueza e bem-estar. Este reposicionamento da relação de cooperação, conducente a uma dimensão em que o resultado tem mais importância que a preservação do *status quo* e da respectiva qualidade político-ideológica,

empresta naturalmente maior dignidade e importância aos protagonistas passivos dessa relação e por força dos novos objectivos estratégicos a que aquela relação tende, torna necessário e imperativo que neles concorra uma nova legitimidade política, social e humana. Se esses protagonistas forem ainda e sempre o governo, ou as autoridades constituídas do país, elas terão de funcionar não já como guarda pretoriana ou vanguarda, mas como intérpretes credíveis e legitimados da população no seu conjunto. Esta rotação na compreensão dos interlocutores, que se tornou empolgante e activa imediatamente após o desaparecimento da União Soviética, de maneira clara por parte dos grandes dadores ocidentais, vinha já a ser antecipada pelas instâncias internacionais de desenvolvimento, designadamente as integrantes do sistema das Nações Unidas, com destaque para o Banco Mundial: não certamente por conversão virtuosa, mas por necessidade emergente da própria lógica das operações que constituem objecto de tais instituições, que se preocupam sobretudo com a saúde financeira dos países, em último termo necessária para que o serviço da dívida e o seu ulterior pagamento possam assegurar-se. Assim é que, desde já há vários anos, as instâncias internacionais de crédito vinham argumentando – e com peso suficiente para que às primeiras reacções negativas se seguisse uma aceitação mais ou menos generalizada – com a necessidade de os países devedores procederem à reforma dos respectivos sistemas políticos, em ordem a suscitarem e estimularem adesão e participação popular, como condição estrita da possibilidade de *démarrage* e de desenvolvimento económico.

10. O fenómeno a que aludimos mais atrás, embora já antecipado por este último, tem todavia motivação não inteiramente coincidente e é a essa luz que alcança significado no contexto da cooperação: esta passa a preocupar-se de certo com as condições políticas do desenvolvimento – e estas coincidem avassaladoramente com a participação e a presença das populações – mas preocupa-se com essas condições não apenas enquanto pressupostos de desenvolvimento económico ou solvência financeira, mas sobretudo na óptica da defesa dos direitos humanos, da decência política, da correcção na

administração, da aplicação justa dos fundos, do estabelecimento correcto das prioridades e da não discriminação.

11. Tal perspectiva, que decorre directamente dessa coisa ainda difusa a que se dá o nome de nova ordem, está a influenciar profundamente a natureza e a qualidade da cooperação: num sentido saudável e tão eficaz que fluxos importantes de ajuda têm sido interrompidos quando as exigências de uma maior justiça e democraticidade no interior dos países não são cumpridas. Cabendo aqui – o que demonstra que a cooperação interessada ou desinteressada de vantagens estratégicas, é sempre uma componente da política externa – dizer que a nova ordem, que se vai construindo rodeada das hesitações, os avanços, os recuos e as fragilidades que acompanham fatalmente as situações de crise, se estrutura realmente sobre uma fundamentação ética inquestionável, que volta a pôr o direito no centro do sistema de relações entre os Estados. A paz deixa de ser uma resultante do terror nuclear, como aconteceu na vigência da guerra fria, para se afirmar como um imperativo moral e jurídico. Esta concepção enforma naturalmente as relações de cooperação, que assumem ou vão assumindo a dimensão nobre que lhe é outorgada pela sua natureza de expressão institucionalizada de solidariedade, radicada na percepção que existe uma fraternidade essencial entre os homens a qual os torne co-responsáveis pela condição de todos e cada um.

12. O que quero no fundo dizer é que a cooperação – a qual pouco tenho abordado nesta fala que lhe é dedicada – não escapa, antes particularmente beneficia, pelo menos no seu *outline* mais alargado, às profundas alterações que o mundo vem experimentando e que foram, não é demais repeti-lo, precipitadas pelo fim insólito da União Soviética. E embora não possamos nem devamos ser ingénuos ao ponto de acreditar ou sustentar que as relações entre o Norte e o Sul, tanto em sede de cooperação como de trato, passaram a tornar-se puras e justas, a verdade é que a perda de importância estratégica na perspectiva bipolar dos países periféricos retirou aos seus

governos poder de manobra e de pressão, enfraqueceu as cumplicidades espúrias e deixou expostos os vícios. Já não é muito possível fazer cooperação em nome apenas dos interesses político-ideológicos dos dadores e do apetite das claques corruptas instaladas no poder. Por outro lado, tampouco o prosseguimento de interesses económicos menos legítimos, sob a capa da cooperação, poderá continuar a gozar de impunidade no novo quadro determinado pela onda de democratização que percorre o mundo e que introduz nos sistemas factores de fiscalização até agora inexistentes.

Se esta leitura for verdadeira quase poderemos dizer que daqui para o futuro a cooperação será justa ou não será, porque a sua justificação terá passado de facto e finalmente a centrar-se no dever de solidariedade para com os mais pobres.

13. Seria pouco, todavia, se ficássemos por aqui: a solidariedade é de certo uma virtude maior, mas infelizmente a virtude é mais uma qualidade individual que um atributo colectivo e se esta solidariedade, que existe e se afirma objectivamente, obedecesse apenas a impulsos de natureza ética, teríamos talvez razões para não lhe augurar um futuro muito dilatado ou um percurso sem subversões. Felizmente, creio que essa solidariedade tem, além daqueles, outros fundamentos mais estáveis e mais vinculativos.

14. Quando se procura antecipar quais as forças que vão modelar o mundo de amanhã e que de resto constituem já as grandes linhas de tendência detectáveis na nossa circunstância presente, avultam sobretudo a explosão demográfica e a ressurgência cultural e religiosa que rapidamente, como escreve Samuel Huntington, está a substituir a ideologia como factor pontual de conflito. É todavia a explosão demográfica, expressa em números assustadores, que mais proximamente constitui motivo de sério alarme. Diferentemente do que aconteceu com o crescimento demográfico verificado nos últimos dois séculos, que pôde, contra as previsões igualmente pessimistas que na época também se fizeram, ser contrabalançado na Europa pelo progresso tecnológico da Revolução Industrial e pelo aumento significativo

de produtividade agrícola e cujos fluxos migratórios procuraram espaços abertos e livres, para onde transportaram níveis elevados de *know-how*, racionalidade e iniciativa, a explosão demográfica dos séc. XX e XXI não vai certamente gerar a partir das suas dinâmicas quaisquer fenómenos positivos de compensação. Pelo contrário e uma vez que, como observa Paul Kennedy no seu último livro, bastante pessimista, o progresso tecnológico não ocorre hoje nos lugares onde se verifica a explosão demográfica – e esses são, numa curiosa e teimosa reivindicação da espécie dos países com maiores manchas de miséria, de doença e de fome – esse crescimento explosivo da população, desacompanhado de crescimento industrial e económico, resultará inelutavelmente em vagas de imigrantes tentando forçar as fronteiras do velho mundo, velho e rico, recriando os cenários que rodearam, por exemplo, a imigração judia na Alemanha e na Austro-Hungria, com trágicas consequências de racismo e paranóia persecutória. O alarme que os países Europeus começam a manifestar e que tem tradução nas novas leis, que vão aparecendo por toda a parte no velho continente, sobre os refugiados e emigrantes, os lamentáveis episódios de Berlim e de Soligen e o ascenso da extrema-direita fascista e do neo-nazismo, são factores premonitórios do que nos estará reservado no próximo século. Se considerarmos ainda que muitos ou a maior parte destes futuros imigrantes serão não apenas jovens, sem qualquer preparação profissional mas ainda militantes dos fundamentalismos religiosos que vão igualmente marcar a face do próximo século, podemos intuir sem dificuldade a natureza explosiva dos movimentos que se avizinham.

15. É a esta luz que, retomando o fio ao discurso, dizia atrás que a solidariedade que surge como renovado fundamento do dever – e, porque não, do direito à cooperação – não tem apenas, ou não tem essencialmente, carácter moral: mais do que isso, creio que essa solidariedade ganhou um carácter estrutural que bem pode vir a inscrever a cooperação, de novo, como elemento de alta prioridade na agenda política do nosso tempo. A razão é simples e briga de novo com interesses que pouco se preocupam com a ética, antes têm a ver com a preservação não só das condições globais de habitabi-

lidade do próprio planeta, no sentido da necessária e urgente travagem dos processos de degradação do meio ambiente provocados pelas multidões famélicas do Terceiro-Mundo, como sobretudo pela igualmente necessária e urgente descoberta de soluções que possam travar os adivinhados movimentos migratórios em busca dos *el-dorados* do Norte. A solução está em criar ou ajudar a criar, tão rápida e eficazmente como as circunstâncias impõem, as condições que tornem a vida suportável nos países carentes do Sul: para tanto, há que promover em bases auto-sustentáveis o desenvolvimento económico, fazer inflectir as curvas demográficas, vencer a doença, controlar as grandes endemias, formar as pessoas, criar as escolas e as universidades, gerar emprego: este é o quadro da cooperação, que tem de passar a olhar mais alto e mais fundo, preocupar-se com o progresso real das pessoas e das comunidades, valorizar as culturas locais, ajudar em suma a que as pessoas se ajudem a si mesmas. Para o fazer, tem de ser mais autêntica, mais verdadeira, mais sensível, mais atenta à especificidade e à diferença. Em nome curiosamente, para aquelas que dão ou a fazem, do seu próprio conforto.

Victor de Sá Machado foi Ministro dos Negócios Estrangeiros e é, actualmente, Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian. É colaborador convidado no âmbito da disciplina de «Políticas e Estratégias para a Cooperação», integrada no «Mestrado de Relações Interculturais» da Universidade Aberta.

REGISTO BIBLIOGRÁFICO

ÁLVAREZ, Eloísa; LOURENÇO, António Apolinário – *História da literatura espanhola*, Porto, Asa, 1994, 385 pp.

A publicação desta obra pioneira constitui um acontecimento cultural da maior importância para o acanhado meio intelectual português, subserviente a tudo o que seja de proveniência gaulesa ou *yankee*, mas tradicionalmente alheando-se em demasia, pasme-se, das culturas espanholas, africanas, árabes, judias ou ciganas, que tanto o ajudariam a compreender-se melhor.

Este trabalho alicerça-se num critério ora de maior amplitude temporal («A Idade Média»), ou menor (séculos XV, XVI, XIX e XX), ora periodologicamente estético-literário («O barroco», «O neoclassicismo»), ou ainda numa perspectiva de abrangência de géneros diversificados, desde a poesia épica culta à prosa historiográfica e didáctica, passando pela novela e o teatro. A partir desse dado e do título, percebe-se que se trata de uma *síntese histórica da literatura espanhola*, isto é, escrita *em espanhol*.

No quadro conceptual referido, a obra abrange temas como a génese do teatro, o picaresco, o misticismo espanhol, o Romantismo, o Realismo e o Naturalismo ou, finalmente, entre muitos outros, a geração de 27 e o romance depois de 1975, focando, em subcapítulos distintos, desde Berceo a Juan Ramón Jiménez, Garcilaso de la Vega, Calderón ou Bécquer. Como o prefaciador (Carlos Reis) salienta, esta história tem ainda o atractivo de estabelecer pontes entre tal literatura espanhola e a portuguesa, logicamente também por os autores serem docentes universitários das literaturas de língua espanhola (ibérica e sul-americana), Apolinário Lourenço trabalhando precisamente na área das relações literárias luso-espanholas e Eloísa Álvarez, estudiosa e tradutora de Miguel Torga, há longos anos leccionando, com seu marido, Manuel del Pino (que deu o seu contributo a esta realização), em Coimbra. Com esta co-autoria ibérica, afastaram-se à partida, suspeitas de visão unívoca e, na primordial acepção do termo, escreve-se uma história *bilateral* da literatura espanhola para uso português. (P. L.)

Discursos

Antologias de poesia da Casa dos Estudantes do Império. 1951-1963 (org. de A. Freudenthal, R. Magalhães, H. Pedro e C. Veiga Pereira), 2 vols., Lisboa, ACEI, 1994, 348+282 pp.

Finalmente, uma reedição dos trabalhos antológicos levados a cabo, na decisiva década de 50 e começos da de 60, pela Casa dos Estudantes do Império (CEI), a cargo da recém-criada associação revivalista e revitalizadora (ACEI). As antologias agora recuperadas referem-se a Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe. O encerramento da CEI já não possibilitou que Cabo Verde e a Guiné-Bissau fossem contemplados.

Recorde-se que todas as edições da CEI (antologias, livros, revista, etc.) em moldes *artesanais*, sem meios nem espavento, por falta de recursos, tinham tiragens limitadas e uma divulgação muito restrita.

Colectando poemas de quase uma centena de autores, com estudos, glossários e a reprodução das capas das antologias, conclui-se que se trata de mais um documento imprescindível para o labor de profissionais e outros interessados nesta matéria. Só não figura na lista da bibliografia selectiva fornecida por este número de *Discursos* porque, acabado de sair a público, merece aqui uma nota de leitura da mais flagrante actualidade, quando, por vezes, sectores retrógrados da sociedade portuguesa, ainda teimam em diminuir a importância da actividade poética africana, dos anos 50 (e mesmo depois das independências!), para a constituição dos respectivos sistemas literários nacionais. (P. L.)

BUSSE, Winfried – *Dicionário sintáctico de verbos portugueses*, Coimbra, Almedina, 1994, 449 pp.

Trata-se de um dicionário de aproximadamente dois mil verbos portugueses que visa explicitar as propriedades sintácticas dos mesmos, no quadro da gramática de valências. Para além de poder interessar alunos e investigadores que têm como língua materna o português, a obra é útil sobretudo para estudantes de português língua estrangeira. A língua de referência é o português europeu, embora pontualmente surjam algumas observações sobre usos divergentes no português do Brasil.

Tendo sido coordenada por um professor alemão, especialista em Linguística Românica, não é de estranhar que a obra apresente, depois de cada lema verbal, a respectiva tradução em alemão, de acordo com os contextos de ocorrência. Segue-se a explicitação das diferentes configurações sintácticas admitidas pelo verbo, com indicação dos seus complementos obrigatórios e facultativos e respectiva categorização sintáctica; há sempre exemplos ilustrativos de cada uma das configurações, recolhidos fundamentalmente na literatura portuguesa contemporânea, em jornais e também em obras de temática específica. (A.C.M.L.)

COELHO, Adolfo – *Jogos e rimas infantis*, Porto, Edições Asa, 1994, 144 pp.

Apresentada e actualizada ortograficamente por Maria da Conceição Rolo, esta colectânea de rimas e jogos tradicionais portugueses destinados às crianças resulta de um trabalho de recolha pessoal de Adolfo Coelho, ao qual o autor acrescentou algumas peças retiradas do *Romanceiro do arquipélago da Madeira* (coligido e publicado por Álvaro Rodrigues de Azevedo) e da obra *Tradições Populares de Portugal*, de J. Leite de Vasconcelos. Etnógrafo interessado pelos problemas pedagógicos, Adolfo Coelho recolhe, nesta colectânea, material que pertence à cultura de tradição oral portuguesa e que pode ser usado com proveito na educação das crianças. Se, por um lado, se preserva pela fixação escrita um património sujeito à erosão do tempo, por outro lado, oferece-se à comunidade um conjunto significativo de rimas e jogos infantis que, na sua vertente lúdica, proporcionam à criança a descoberta do sabor da linguagem e o desenvolvimento da sociabilidade. As intuições de Adolfo Coelho sobre a eficácia pedagógica do material recolhido, expressas num apêndice da colectânea, parecem estar hoje confirmadas pela investigação produzida no campo da psicologia do desenvolvimento e das ciências da educação, como se acentua na apresentação. (A.C.M.L.)

Colóquio Antero de Quental. Anais, Aracaju, Fundação Augusto Franco, 1993, 348 pp.

Reúnem-se nesta obra as intervenções no «Colóquio Antero de Quental» que decorreu no Brasil em 1991, mais concretamente no Recife (de 16 a 18 de

Setembro) e em Salvador (de 19 a 20 de Setembro). Pretendendo contribuir para o conhecimento do pensamento luso-brasileiro, o «Colóquio» contou com a participação de intelectuais e professores do Brasil e de Portugal, e aos dois locais de reunião – Recife e Salvador – correspondem os dois módulos em que se divide o presente volume.

Como refere o pequeno texto explicativo desta edição, o «Colóquio Antero de Quental», tal como o «Colóquio Tobias Barreto» realizado em Lisboa, em Julho de 1990, integra um projecto que «permitirá a organização de uma Estante do Pensamento Luso-Brasileiro, para realçar aquilo que revela a identidade cultural dos dois países, mas também para sublinhar as divergências que marcaram, em certa época, a atividade mental de brasileiros e portugueses». É justamente neste sentido que algumas das intervenções no «Colóquio» abordam o pensamento de Antero em simultâneo com o de intelectuais brasileiros como Farias Brito ou Jackson de Figueiredo; outras ainda situam a obra do poeta português no contexto cultural luso-brasileiro. Estão neste caso os textos de Paulo Cavalcanti, António Paim, José Rodrigues de Paiva e António Braz Teixeira.

A História, o Socialismo, a Filosofia, Deus e o Absoluto são as questões eleitas pelos textos que neste volume se recolhem, sendo por isso de salientar a intervenção de Leonel Ribeiro dos Santos sobre *O Lugar da Arte no Pensamento de Antero de Quental* e a de Maria de Fátima Brito, com o título *Tradição e Ruptura na Poesia de Antero de Quental*. (M. R. C.)

DEELY, John – *New Beginnings. Early Modern Philosophy and Postmodern Thought*, Toronto/Buffalo/London, University of Toronto Press, 1994, 310 pp.

Este novo livro de John Deely – no qual o autor continua o trabalho de investigação na área da filosofia e da semiótica, que o tem ocupado e de que tem dado conta em ensaios e obras anteriores – aponta para uma questão nuclear do pensamento filosófico, cujo debate, como se diz no prefácio, se estenderá por muitos anos de controvérsia.

A tese que Deely apresenta, defende e fundamenta é que a filosofia moderna se constituiu sobre o desconhecimento ou o mau aproveitamento de fontes latinas fundamentais que, a terem sido contempladas e ponderadas, teriam direcionado o pensamento filosófico moderno noutra sentida.

As correntes de pensamento ignoradas ou esquecidas consubstanciam-se no desenvolvimento intelectual ibérico, em curso ao tempo de Descartes, e representado pelo pensamento semiótico de João Poincaré (1589-1644), exposto na sua fundamental obra *Tractatus de Signis*. Deely mostra que aqui se encontra sugerida a proposta de uma «doutrina dos signos», que Locke haveria de apresentar mais tarde. Deely vai ainda mais longe, sustentando que Poincaré estabelece um elo de continuidade entre a matriz latina da primeira filosofia moderna e a filosofia pós-moderna, encontrando-se nessa ligação a resposta a muitos problemas colocados pelo impasse e pela exaustão do pensamento filosófico moderno.

Para tanto, o livro de Deely estrutura-se em duas longas partes: na primeira, são apresentadas cinco figuras centrais e representativas das respectivas épocas: Descartes, Locke, Peirce, Heidegger e Poincaré. A segunda parte estabelece conexões entre o desenvolvimento semiótico ibérico e o pensamento pós-moderno.

A obra contém ainda dois Apêndices, um dos quais de citações latinas, uma vasta lista de referências bibliográficas e um índice remissivo. (V. C. F.)

FLORENCIO, Violante – *A Literatura para Crianças e Jovens em Irene Lisboa*, Porto, Ed. Asa, 1994, 111 pp.

Nos últimos anos temos vindo a assistir à publicação de alguns ensaios na área da literatura para crianças e jovens – saudamos aqui esse facto –, campo de estudos no qual se insere a presente obra. Simultaneamente, este texto integra o processo de uma certa recuperação da figura literária de Irene Lisboa, processo esse que tem tido como dinamizadora Paula Morão e que conduziu à reedição da obra da autora.

Feita esta breve contextualização, centremo-nos no presente estudo. Organizado em torno de duas grandes partes, num primeiro momento, este livro

situa-nos face ao conceito de literatura para crianças em Irene Lisboa, remetendo igualmente para algumas das suas concretizações. Enquanto professora do ensino infantil e autora também de uma obra pedagógica, manifesta-se por diversas vezes em relação à educação infantil e concretamente ao papel da literatura destinada a crianças e jovens.

Na segunda parte deste ensaio, abordam-se três títulos de Irene Lisboa. Apon-tam-se aqui, entre outros aspectos que são analisados, algumas das relações que é possível estabelecer com o universo dos contos tradicionais e, noutro paradigma, com a sua obra para adultos, sobretudo ao nível temático. E esta-mos, na verdade, perante textos representativos de «trigo entre o joio», no domínio da escrita para crianças e jovens, para utilizarmos aqui uma expressão da própria autora.

O estudo inclui ainda uma bibliografia com a obra pedagógica e textos para crianças de Irene Lisboa. (G. B.)

GUISLAIN, Georges – *Didáctica e Comunicação*, Porto, Edições Asa, 1994, 240 pp.

Os problemas da Didáctica e da Comunicação na sala de aula são abordados dentro do mesmo quadro conceptual, englobando métodos de ensino e de edu-cação.

A utilidade maior deste livro consiste na dilucidação de vários aspectos da comunicação didáctica no terreno pedagógico, a saber, a preparação das activi-dades educativas, os objectivos pedagógicos, os momentos didácticos funda-mentais na preparação das lições, o raciocínio pedagógico, o problema da pro-gressão pedagógica e o da avaliação. Toda esta gama de assuntos é apresen-tada nos primeiros cinco capítulos. O sexto capítulo parte de uma investigação centrada na observação do fenómeno educativo e passa em revista toda uma série de acontecimentos escolares, em particular os comportamentos verbais, não verbais e paraverbais, discutindo-se diversas questões implicadas nos fenómenos educativos.

As interrogações que o autor vai colocando ao longo do livro sobre os fundamentos comunicativos da prática didáctica em sala de aula, servem-lhe para apresentar as bases do que propõe como modelo comunicativo do processo educativo, alicerçado num campo interdisciplinar hoje muito convocado em diversas instâncias de investigação do ensino – a pragmática da comunicação. O processo educativo é, então, analisado, no último capítulo, à luz do processo psicológico da persuasão, segundo diversos modelos teóricos e experimentais. (C. M.)

LANDIER, Jean-Claude; BARRET, Gisèle – *Expressão Dramática e Teatro*, Porto, Edições Asa, 1994, 253 pp.

Este livro é, antes de tudo, um manual pedagógico muito útil para educadores que, desejando trabalhar sobretudo com crianças em actividades didácticas ligadas ao teatro, procurem não só chamar-lhes a atenção para a importância da linguagem e prática dramáticas, mas também promover a valorização pessoal e o sucesso de cada uma.

A presente obra divide-se em três partes. No primeiro capítulo, intitulado «Os Indutores», são privilegiados cinco «mediadores de expressão e de comunicação» (o objecto, a imagem, o som, a personagem e o texto), «mediadores» que, 'trabalhados' pelas crianças em etapas sucessivas, estimulam o seu imaginário, desenvolvem o seu sentido de espaço-tempo, facilitam a expressão oral, escrita e corporal.

«Temas e variações» é o título do segundo capítulo, onde os autores apresentam um conjunto de exercícios práticos, passíveis de serem trabalhados e orientados pelo animador e explorados pelas crianças.

No último capítulo, «Animação e Grupo de Trabalho», Landier e Barret estudam a figura e as funções do animador, assim como a estruturação e funcionamento do grupo de trabalho.

Em suma, esta é uma obra que visa quase exclusivamente a actividade prática do animador cultural, oferecendo-lhe uma extensa grelha de propostas didácti-

cas, que podem ser aplicadas, de forma essencialmente lúdica, por ele e pelas crianças, quando aquele procura incutir nestas o gosto pela expressão dramática, nunca perdendo de vista três objectivos primordiais: desenvolver o seu imaginário, promover a sua auto-confiança e fomentar o gosto pelo trabalho em grupo. (D. V. M.)

MITCHELL, Lee Clark – *Determined Fictions: American Literary Naturalism*, New York, Oxford, Columbia University Press, 1989, 173 pp.

Em *Determined Fictions*, Mitchell confronta-nos com uma nova abordagem do naturalismo americano, que põe em prática através da análise de textos de teor naturalista de autores do final do século XIX.

No âmbito do panorama literário, é sabido que o naturalismo constituiu sempre um ponto de abordagem sensível por parte dos críticos, talvez porque, até na perspectiva dos seus defensores mais entusiastas, existiam aspectos dificilmente aceitáveis tais como, por um lado, fornecer modelos comportamentais que não encontram de facto paralelo com a vida real, e, por outro, apresentar, do ponto de vista formal, um estilo que não se coaduna aparentemente com determinados padrões estético-literários.

Começando por aceitar que os vulgarmente considerados «defeitos» do naturalismo constituem na verdade os seus aspectos mais essenciais, Mitchell procurará demonstrar em que medida são fruto de uma interpretação falsa dos pressupostos naturalistas as tradicionais críticas que lhe são feitas.

É, pois, com base no pressuposto que o naturalismo exige atenção não apenas por razões extra-textuais, e, sim, pela estruturação formal que lhe é inerente e pelos conflitos emocionais que, ainda hoje, experimentamos ao ler narrativas deste tipo, que Mitchell constrói toda a sua argumentação, provando que o naturalismo sempre é qualquer coisa mais do que a simples variante, de contestável qualidade, do realismo do final do século XIX. (A. R. N.)

PIEDADE, Ana Nascimento – *A Questão Estética em Mário de Sá-Carneiro*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994, 187 pp.

Obra de inegável qualidade, onde o investigador (ou o simples leitor) da obra de Mário de Sá-Carneiro encontra uma informação rica e metodologicamente organizada sobre a «questão estética» da obra daquele que com Fernando Pessoa manteve profundo «diálogo numa alma».

Apresentado como dissertação de Mestrado em Estudos Literários Comparados, à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 1988, este estudo apresenta três partes ligadas entre si: na primeira, a autora tem em conta a importante participação e contribuição de Mário de Sá-Carneiro para a formação da estética e da mentalidade modernistas. Neste contexto, concede Ana Nascimento Piedade uma importância essencial às cartas que Sá-Carneiro escreve a Pessoa, personalidades consideradas ambas os «principais responsáveis pela criação e modelação» da «consciência modernista» (p. 25). O segundo capítulo deste livro é sobretudo uma leitura das principais concepções e opções estéticas de Sá-Carneiro, recorrendo a autora essencialmente à teorização de Fernando Pessoa; nesta etapa, é concedida uma atenção especial ao «excesso» que marca a obra de Mário de Sá-Carneiro, à «exaltação sensorial» que a percorre, assim como ao «hibridismo estético» de ‘ismos’ que a marca indelevelmente. No terceiro capítulo, a autora tem em conta as «sugestões metafísicas na estética de Mário de Sá-Carneiro», privilegiando quatro noções nucleares que travejam os textos do escritor: «além», «ampliação», «irreal» e «mistério».

Finalmente, uma conclusão particularmente interessante, à qual preside a ideia de que, na obra de Sá-Carneiro, há uma relação entre a «multiplicidade» e a «unicidade» estética. (D. V. M.)

REIS, Carlos – *O Conhecimento da Literatura. Introdução aos Estudos Literários*, Coimbra, Almedina, 1995, 540 pp.

Como o subtítulo indica, esta é uma obra de introdução aos estudos literários e, como tal, oferece ao leitor o instrumental teórico básico, indispensável a uma efectiva iniciação no conhecimento da literatura.

«Trabalho de *introdução*, ele tenta projectar o conhecimento da literatura que a teoria favorece para um nível e para um labor que o transcende e que, noutra etapa, será o da leitura literária [...]», diz Carlos Reis no prefácio. Com efeito, a sistematização de conceitos fundamentais do campo da teoria literária faz-se acompanhar de uma abundante exemplificação (retirada predominantemente da Literatura Portuguesa) que visa demonstrar, em primeiro lugar, a estreita ligação que neste campo de estudos deve existir entre a teoria e os textos concretos e, em segunda instância, alertar o leitor para a possibilidade de uma reflexão autonomizada sobre a literatura.

O Conhecimento da Literatura compõe-se de oito capítulos, cujos títulos valem como uma síntese das muitas vertentes do fenómeno literário em que incide esta obra: «A literatura como instituição»; «A linguagem literária»; «Texto literário e obra literária»; «Texto literário e arquitectualidade»; «A poesia lírica»; «A narrativa literária»; «A evolução literária»; «Os períodos literários».

O Apêndice de «Textos Doutrinários» que se encontra no fim do livro tem um claro propósito de ilustração de matérias expostas ao longo da obra e, no sentido de uma melhor apreensão do significado desses textos, são propostas algumas pistas de reflexão.

Completa a obra um índice de autores. (V. C. F.)

ROLLA, Anabela; ROLLA, Jorge Silva – *O projecto educativo em educação de infância*, Edições Asa, Porto, 1994, 30 pp.

Além de uma «Introdução» e uma «Conclusão», esta obra é constituída por três partes, correspondentes aos seguintes capítulos: «Antecedentes históricos», «Fundamentos científicos» e «Concepção do Projecto». Como o próprio título indicia, é em torno do conceito de *projecto* que todo o texto se desenvolve, de uma forma coerente e consistente, quer o avaliemos em função da sua estrutura organizacional, do conteúdo informativo ou da expressão, sempre clara e fluente.

No primeiro capítulo, através de uma síntese dos grandes nomes e correntes da história da educação ocidental, os autores esboçam o enquadramento histórico sem o qual dificilmente se compreendem os valores de algo que podemos designar por «modernidade pedagógica».

No segundo capítulo, a noção de *projecto educativo* é analisada tendo em conta os níveis filosófico, psicológico, sociológico e didáctico, cuja relação de reciprocidade é claramente acentuada.

No terceiro capítulo, após uma incursão no domínio da teoria curricular e uma breve referência ao conceito de *paradigma* segundo Thomas Kuhn, é a questão dos *modelos*, enquanto constructos teóricos, que está em causa. Da descrição dos dois principais modelos em confronto, resulta, como possível e desejável, a proposta de um «modelo híbrido ou integrado» (p. 22), solução ecléctica, porém sustentada em estudos de especialistas como Gimeno Sacristán e Angeles Gervilla.

As notas e a bibliografia enriquecem um texto em que harmoniosamente se articulam a capacidade de divulgação e o rigor científico e académico. (J. T.)

SARMENTO, Anabela – *O processamento de texto e o ensino das línguas estrangeiras*, Edições Asa, Porto, 1994, 31 pp.

Neste pequeno mas muito útil volume, encontra o leitor e, em especial, o professor de línguas estrangeiras, uma excelente síntese dos problemas inerentes à integração das tecnologias da informação e comunicação na sociedade e na escola.

Foi objectivo principal da autora, como pode ler-se na p. 7, «elaborar algo que pudesse ser útil aos professores, que lhes oferecesse pistas para a utilização do computador, que os desmistificasse e incentivasse», concretizando-se este objectivo nas três partes em que a obra se divide: uma primeira, consagrada à análise das deficiências do *software* educativo existente para o ensino das línguas estrangeiras; uma segunda parte, porventura a mais importante, em que se salientam as vantagens da utilização do processador de texto na aula de lín-

guas; finalmente, uma terceira, onde são relatadas duas experiências levadas a cabo por professores portugueses de línguas estrangeiras, no âmbito do Programa Minerva.

De entre muitas considerações pertinentes, salientamos, pelas suas implicações pedagógico-didáticas: a referência à importância da utilização intensiva do computador como meio de aperfeiçoamento do processo de escrita; a valorização das potencialidades do processador de texto como forma de expandir «a complexidade do cenário de comunicação na sala de aula» (p. 17); a convicção de que o uso correcto do computador pode favorecer «uma relação pedagógica mais interactiva e colaborante em que o professor intervém durante e não apenas no final do processo» (p. 27). (J. T.)

SENA, Jorge de – *O dogma da trindade poética (Rimbaud) e outros ensaios*, Porto, Asa, 1994, 426 pp.

O título agora saído dos prelos, já em 1942 o autor o anunciava, sem que, entretanto, pudesse concretizar o sonho. Agora, esta compilação procede sobretudo do empenho de Mécia de Sena, que agrupou trabalhos datados desde 1941 (precisamente o que fornece a parte principal do título) até 1976 (uma comunicação sobre Garcilaso).

Os ensaios de maior fôlego são o de 1941 e os que intitulou «Sobre o modernismo» (1974), prefácio a um livro, e «Rainer Maria Rilke, post-simbolista» (1967). Nas margens destes e de outros escritos mais desenvolvidos, encontramos artigos, resenhas, notas de leitura, traduções, etc., que o autor produziu ao longo de uma vida cultural intensa, procurando estudar e sobretudo revelar novidades ou perspectivas diferentes. Não por acaso, encontramos, neste volume, principalmente textos (dele ou traduzidos) sobre os escritores, temas e movimentos que podemos situar como arautos e construtores da modernidade: Rimbaud à cabeça, claro, mas também Lautréamont, Rilke, Hopkins, António Machado, Ungaretti, Cavafy, o surrealismo, o imagismo, o expressionismo, o existencialismo, entre outros.

Os leitores passam a ter acesso a textos, inéditos uns, fora de alcance prático outros, que ajudam a compreender melhor o próprio percurso poético do autor, manifestamente agradado da poesia de Rimbaud, Machado, Ducasse e Cavafy. (P. L.)

EM TEMPO

■ **Multimedia nas Bibliotecas**

Encontra-se em desenvolvimento um projecto de cooperação, financiado pela União Europeia, entre o Danish Library Centre (Dinamarca), a Dublin Corporation Libraries (Irlanda), a Universidade Aberta (Portugal) e a UNI-C (Dinamarca), com vista à elaboração de um dicionário de autores numa base de dados em CD-ROM.

Tendo como suporte a tecnologia multimedia, serão apresentados, no conjunto, 45 autores portugueses, dinamarqueses e irlandeses, contemporâneos, através da combinação dos seguintes componentes: texto, som, fotografia e vídeo. Os autores contemplados enquadram-se em diversas áreas e todo o material será apresentado na língua original e em Inglês.

A intenção do projecto é alargar os serviços oferecidos pelas bibliotecas, em suporte CD-ROM. Esta tecnologia poderá ser facilmente integrada no funcionamento geral das bibliotecas, correspondendo, com rapidez e eficiência, às necessidades do utilizador.

■ **1.º Congresso das Associações Africanas na Europa**

O «1.º Congresso das Associações Africanas na Europa» vai realizar-se de 21 a 23 de Junho próximo, em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian.

Serão abordadas várias áreas temáticas no âmbito da «Participação da Mulher no Contexto Sociopolítico Nacional e Internacional».

Para mais informações, contactar o Sector de Relações Públicas da Universidade Aberta.

■ **1.º Congresso Internacional de Hispanistas**

O «1.º Congresso Internacional de Hispanistas» vai realizar-se, de 26 a 30 de Junho de 1995, no Centro Associado da Universidade Nacional de Educação a Distância, em Melilla.

Este Congresso pretende realizar uma análise multidisciplinar do peso específico da História e Cultura Hispânicas no contexto da História e Cultura Universais.

Para mais informações, contactar Editorial Algazara, S.L. (C/ Albert Camus, 1, 29002, Malaga, Tel.: 95 235 82 84; Fax: 95 233 3175).

■ **A Educação do Futuro
O Futuro da Educação**

As Edições Asa e o Centro UNESCO do Porto patrocinam a realização de um curso de Verão subordinado ao tema «A educação do futuro/o futuro da educação», que terá lugar na Casa Diocesana de Vilar, Porto, de 6 a 8 de Julho de 1995.

São principais objectivos deste curso:

- «Pensar o futuro dos sistemas educativos e o futuro da educação e do ensino nas sociedades e nas economias que se avizinham;
- Antecipar a evolução dos sistemas educativos tendo em vista melhor gerir o quotidiano actual e melhor discernir as prioridades a estabelecer;
- Fornecer aos responsáveis públicos, aos directores das escolas e aos gestores, aos directores dos centros de formação, aos investigadores, aos parceiros sociais da educação e a todos os interessados no desenvolvimento dos sistemas educativos, elementos teóricos e práticos que permitam romper as barreiras e os labirintos que quotidianamente parecem impor-se-nos como definitivos e fatais».

Para mais informações contactar o secretariado executivo (Paula Cristina, R. D. Afonso Henriques, 742, 4435 Rio Tinto, Telefone: 02/9732521; Fax: 02/9716610).

■ III Encontro Internacional de Queirosianos

O Centro de Estudos Portugueses da Universidade de São Paulo encontra-se a organizar o III Encontro Internacional de Queirosianos, que se realizará de 18 a 21 de Setembro de 1995.

Tal como aconteceu nos Encontros anteriores (no Porto, 1988 e em Coimbra, 1992), este III Encontro procurará reunir professores, críticos e investigadores interessados no estudo da obra queirosiana.

No ano em que se comemoram os 150 anos do nascimento de Eça de Queirós, revela-se pertinente a possibilidade de apreciação e discussão das principais linhas de leitura, análise e interpretação sugeridas pelo conjunto da sua obra ao longo do tempo. Este Encontro constitui ainda oportunidade para a apresentação de tendências críticas actuais, através de pesquisas recém-concluídas e em curso.

Para mais informações contactar o Centro de Estudos Portugueses /USP (Av. Prof. Luciano Gualberto, 403, salas 100/101, Cidade Universitária, Caixa Postal 8105. 05508-900 São Paulo, SP. Telefone: 011 211 4214; Fax: 011 818 5035).

■ 1.º Colóquio Internacional de Português Língua Estrangeira

Vai realizar-se na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, nos dias 21, 22 e 23 de Setembro próximo, o «1.º Colóquio Internacional de Português de Língua Estrangeira».

O Colóquio tem como objectivos essenciais:

- contribuir para a reflexão sobre a investigação e o ensino do Português língua segunda e língua estrangeira;
- fomentar o intercâmbio de experiências pedagógicas nesta área;
- incentivar o contacto de docentes e investigadores.

Para mais informações, contactar a Comissão Organizadora do Colóquio (Departamento de Língua e Cultura Portuguesa, Faculdade de Letras, 1699 Lisboa; Telefone: 01-7933356; Fax: 01-7937625).

■ **III Congresso Internacional de Literatura Lusófona**

Organizado pelas Irmandades da Fala da Galiza e Portugal e pelo Conselho Internacional da Lusofonia, vai realizar-se o III Congresso Internacional de Literatura Lusófona, na Faculdade de Ciências Económicas da Universidade de Santiago de Compostela, de 21 a 23 de Setembro de 1995.

A comemoração do V Centenário da Universidade de Santiago constitui a razão da escolha do local de realização deste Congresso que abrange a Galiza, Portugal, Brasil e os PALOP.

Serão abordados neste Congresso, diferentes temáticas: Literatura Lusófona, Linguística, Sociolinguística, Criação Literária e aspectos do ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa na Galiza, em Portugal, no Brasil e nos PALOP.

Para mais informações, contactar Irmandades da Fala da Galiza e Portugal (Apartado 1068-4710 Braga; Tel.: 72 746).

■ **Encontro Internacional Iuri Lotman**

O Departamento de Linguística Geral e Teoria da Literatura da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Granada encontra-se a organizar o «Encontro Internacional Iuri Lotman» que se realizará em Granada de 26 a 28 de Outubro de 1995.

A temática geral tratada neste Encontro relaciona-se com o trabalho teórico de Lotman e da Escola de Tartu e abrange, entre outras, as áreas de Semiótica, Linguística, Teoria do Texto, Literatura, Cultura, Teatro e Teoria da Literatura.

Para mais informações contactar o Departamento de Linguística General y Teoría de la Literatura, Facultad de Filosofía e Letras (Campus de Cartuja, 18071 Granada, Tel.: 34 58 243591; Fax: 34 58 243591).

■ **Poder e Sociedade – Jornadas Interdisciplinares**

As «Jornadas Interdisciplinares», subordinadas ao tema «Poder e Sociedade», realizar-se-ão na Faculdade de Letras (Anfiteatro 1) da Universidade de Lisboa, de 2 a 4 de Novembro de 1995.

O tema em questão apresenta um carácter inovador e interdisciplinar, de modo a permitir estudos comparativos das estruturas de poder e suas exteriorizações, numa leitura diacrónica e em sincronias diversas: o Mediterrâneo, no que respeita à Antiguidade e a Portugal ou à Península Ibérica, para os períodos seguintes.

Os estudos a apresentar contemplarão as seguintes áreas:

- Poder, ideologia e propaganda;
- Impérios, expansões e colonizações: o território, a economia e a mentalidade;
- *Varia*: Área-Escola.

As fichas de inscrição ou participação podem ser solicitadas à Universidade Aberta (Rua da Escola Politécnica, n.º 147, 1250 Lisboa).

Direcção, secretariado e assinaturas
Universidade Aberta – Delegação de Coimbra
Rua Dr. António José de Almeida, 27 – r/c
3000 COIMBRA (Portugal)
Telefone (039) 33300
Telefax (039) 29547

A Direcção e Redacção tomam em apreço, para eventual publicação, todos os originais que lhes forem remetidos, preferentemente de acordo com a política editorial da revista. Serão também objecto de apreciação livros para resenha e notícia. Aceita-se permuta.

Preços – 1995
Números avulso: 1.100\$00
Assinatura anual (3 números)
Portugal: 2.800\$00
Estrangeiro: Europa: \$32 dólares
Outros continentes: \$42 dólares
Cheques em nome de *Discursos*/Universidade Aberta
Capa: *Rocha de Sousa*
Concepção gráfica: *Fernanda Dália*
Edição e propriedade
Universidade Aberta
Arranjo Gráfico: G.C. – Gráfica de Coimbra, Lda.
Depósito Legal nº 55225/92
ISSN: 0872-0738